FLÁVIA DE FREITAS SOUZA

UMA CASA EM TRÊS TEMPOS: HISTÓRIA, MEMÓRIA URBANA E PATRIMÔNIO NO ESPAÇO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS

Vol.1

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.
Orientadora: Prof.ª Dra. Janice Gonçalves.

Florianópolis, SC

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Flávia de Freitas
Uma casa em três tempos : história, memória urbana e patrimônio cultural no espaço público de Florianópolis / Flávia de Freitas Souza. -- 2019.
160 p.

Orientadora: Janice Gonçalves
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

1. Patrimônio Cultural. 2. Florianópolis/SC. 3. IDCH. 4. (Re)significação. 5. História do Tempo Presente. I. Gonçalves, Janice. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Flávia de Freitas Souza

"Uma casa em três tempos: história, memória urbana e patrimônio no espaço público em Florianópolis"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientador: _____

Doutora Janice Gonçalves
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez
Universidade Estadual de Londrina

Florianópolis, 02 de outubro de 2019.

Dedico ao meu grande incentivador e parceiro
em todos os momentos da vida, Marcello Lima,
e ao meu pai, Emmanuel Luiz, que me ensinou
o valor e o respeito às nossas memórias.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de dissertação embora um processo solitário é movido por diálogos que integram diferentes interlocutores: professores, colegas, funcionários de instituições, autores e personagens da história narrada. Sem a interferência generosa e solícita de outros, não há como dar prosseguimento a uma investigação. Quero aqui registrar o meu sincero agradecimento à minha orientadora, Profa. Dra. Janice Gonçalves, pela firmeza, paciência e confiança na condução do trabalho. Estendo minha dívida à Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha, que me apresentou a casa pesquisada e que, com a sua generosidade e conhecimento sobre a cidade, me abriu inúmeras possibilidades para pensar e falar sobre Florianópolis.

Agradeço à Coordenação e ao corpo técnico do Curso de Pós-Graduação em História, da UDESC, e em especial aos Professores Doutores Mariana Joffliy, Rogério Rosa Rodrigues, Cristiane Beretta e ao Secretário, Piter Kerscher, pelos encaminhamentos e profissionalismo. Estendo ainda os meus agradecimentos aos professores das disciplinas cursadas nos semestres 2017/2 e 2018/1, especialmente, ao Prof. Dr. Émerson Campos pelas aulas instigantes e por ter contribuído com comentários enriquecedores ao fazer parte da minha banca de qualificação, e à Profa. Dra. Cláudia Marques Martinez por ter aceitado, tão gentilmente, compor a banca de defesa.

Agradeço aos colegas Márcia Peixe, Luciana Mendes dos Santos, Merilyn Ricieli, Anne Carolina Peixer, Igor Lemos Moreira, Lucas Kammer e Gilvan Figueiredo Gomes a quem sou grata pelo apoio emocional dispensado, por dicas e indicações de textos. Meu agradecimento especial também vai aos amigos Ana Luiza e Pedro Eurico pelos momentos de descontração, desabafos, cafés com carinho e muitos, muitos livros emprestados.

Devo especiais agradecimentos à bibliotecária e técnica aposentada do Instituto de Documentação e Pesquisa em Ciências Humanas (IDCH), nossa querida e solícita Iracy Borcsz; ao coordenador do Museu do Judiciário Catarinense, Adelson André Brüggemann e à técnica Silvana Pisani pela sua dedicação e presteza em localizar e disponibilizar processos muito raros; ao Secretário do Conselho Estadual de Cultura (CEC), Rosivaldo Flausino, que prontamente e sem dificuldades disponibilizou as atas do Conselho Estadual no recorte da pesquisa; ao diretor legislativo da Câmara Municipal de Florianópolis, Alfredo Westphal, que me ofereceu cópia do projeto comentado que originou a Lei n. 1202, de 1974, colocando-se sempre à disposição em colaborar; e a todos os funcionários que me atenderam no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC); na Biblioteca Pública do Estado de Santa

Catarina (BPESC); Biblioteca Central da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Biblioteca do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF); Casa da Memória; Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC); Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PMF (DAU); e no Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis (SEPHAN).

Agradeço à CAPES pelo auxílio federal recebido e que propiciou o custeio das despesas relacionadas à esta pesquisa; ao contribuinte catarinense; e à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) pela infraestrutura. Da mesma forma, agradeço ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) pela boa formação proporcionada e por acolher e instrumentalizar esta pesquisa.

“Os verdadeiros bem-estares têm um passado”

***(Gaston Bachelard*)**

RESUMO

Esta dissertação propõe uma reflexão acerca da relação que se estabelece entre uma edificação, remanescente do século XIX, e os processos de transformação social, cultural e urbana vivenciados na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, especialmente, no final do século XIX e decorrer do século XX. Por meio deste cruzamento, buscou-se compreender os mecanismos de produção de memória social que favoreceram a preservação deste imóvel e as políticas patrimoniais que garantiram a sua proteção e valorização como um bem cultural do município. A referida edificação é um dos 26 (vinte e seis) imóveis que compõem o acervo do Conjunto Arquitetônico Bairro Mato Grosso, tombado na esfera municipal pelo Decreto 270, de 30 de dezembro de 1986. Situa-se na rua Visconde de Ouro Preto, n. 457, no centro da capital catarinense, e atualmente abriga o Instituto de Documentação e Pesquisa em Ciências Humanas – IDCH, pertencente à Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. As questões que nortearam a dissertação, que tem a casa como objeto de observação, foram tratadas em três fases ou tempos da trajetória social deste edifício, cada qual correspondendo a um capítulo. Apresentá-las e discuti-las neste trabalho exigiu a mobilização de duas as categorias fundamentais: "distinção", nos termos propostos por Pierre Bourdieu, fenômeno que perpassa a história da casa e marca a sua relação com a cidade nos três tempos analisados; e a categoria "intelectual mediador", operacionalizada por Ângela de Castro Gomes, para discutir o papel de determinados atores sociais encarregados de produzir, dotar de valor e disseminar os bens culturais. Fundamentada teórica e metodologicamente nos pressupostos da História do Tempo Presente a dissertação também se dispõe a articular as categorias temporais presente, passado e futuro, atentando ao lugar do presente nas representações que sustentam a linha narrativa do trabalho. O primeiro capítulo relaciona a concepção da casa com os processos de desenvolvimento urbano e modificação dos costumes citadinos vivenciados na capital catarinense no último quartel do século XIX, período marcado pela adoção de novos padrões estéticos e valorização dos modos de morar. O segundo capítulo se dedica a apreender os caminhos que conformaram os campos da cultura e do patrimônio na capital catarinense, processo que remonta à segunda metade do século XX, cujos desdobramentos garantiram que a casa, juntamente com outros bens culturais ligados à memória urbana de Florianópolis, fosse preservada. Este processo contou com a participação dos intelectuais catarinenses como os seus principais articuladores, tema analisado no referido capítulo. Por fim, o terceiro e último capítulo trata da função educacional e cultural da casa no tempo presente. Ao destacá-la como espaço privilegiado de custódia e disseminação de acervos documentais em diferentes suportes, desde o ano de 2012, a dissertação se volta para a análise das suas recentes estratégias de uso e valorização e para os mecanismos patrimoniais que vem garantido a inserção e o reconhecimento deste bem cultural no cenário citadino.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Florianópolis, SC; IDCH; (Re)significação História do Tempo Presente.

ABSTRACT

This dissertation proposes a reflection about the relationship that is established between a building, reminiscent of the nineteenth century, and the processes of social, cultural and urban transformation experienced in the city of Florianópolis, Santa Catarina, especially in the late nineteenth century and throughout the century. XX. Through this crossing, we sought to understand the mechanisms of social memory production that favored the preservation of this property and the heritage policies that ensured its protection and appreciation as a cultural asset of the municipality. This building is one of 26 (twenty-six) properties that make up the collection of the Bairro Mato Grosso Architectural Complex, listed in the municipal sphere by Decree 270, of December 30, 1986. It is located at Visconde de Ouro Preto Street, n. . 457, in the center of the capital of Santa Catarina, and currently houses the Institute of Documentation and Research in Human Sciences - IDCH, belonging to the State University of Santa Catarina - UDESC. The questions that guided the dissertation, which has the house as object of observation, were treated in three phases or times of the social trajectory of this building, each corresponding to a chapter. Presenting and discussing them in this work required the mobilization of two fundamental categories: "distinction", as proposed by Pierre Bourdieu, a phenomenon that permeates the history of the house and marks its relationship with the city in the three analyzed times; and the category "intellectual mediator", operated by Ângela de Castro Gomes, to discuss the role of certain social actors in charge of producing, endowing and disseminating cultural goods. Based theoretically and methodologically on the assumptions of the History of the Present Time, the dissertation is also prepared to articulate the present, past and future temporal categories, paying attention to the place of the present in the representations that support the narrative line of the work. The first chapter relates the conception of the house with the processes of urban development and modification of the city customs experienced in the Santa Catarina capital, in the last quarter of the nineteenth century, a period marked by the adoption of new aesthetic standards and appreciation of the ways of living. The second chapter is dedicated to apprehending the paths that shaped the fields of culture and heritage in the capital of Santa Catarina, a process that goes back to the second half of the twentieth century, whose developments ensured that the house, along with other cultural assets linked to the urban memory of Florianópolis. , were preserved. This process had the participation of the Santa Catarina intellectuals as their main articulators, a theme analyzed in the referred chapter. Finally, the third and final chapter deals with the educational and cultural function of the home in the present tense. By highlighting it as a privileged space for the custody and dissemination of documentary collections in different media, since 2012, the dissertation focuses on the analysis of its recent use and valorization strategies and on the patrimonial mechanisms that are guaranteed the insertion and the recognition of this cultural good in the city scene.

Keywords: Cultural Heritage; Florianópolis, SC; IDCH; resignify; History of the Present Time

LISTA DE ABREVIATURAS

ABL – Academia Brasileira de Letras.

ACL – Academia Catarinense de Letras.

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra .

APC – Área de Preservação Cultural.

APSC – Arquivo Público do Estado Santa Catarina.

BPSC – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

CEC – Conselho Estadual de Cultura.

CFC – Conselho Federal de Cultura.

CMF – Câmara Municipal de Florianópolis.

COTESPHAN – Comissão técnica do SEPHAN.

DAC – Departamento de Assuntos Culturais.

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ESPLAN - Equipe de Planejamento Sociocultural do Município.

FAED – Faculdade de Educação (atual Centro de Ciências Humanas e da Educação).

FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação.

FNpM – Fundação Nacional Pró-Memória.

FCC – Fundação Catarinense de Cultura.

HTP – História do Tempo Presente.

IDCH – Instituto de Documentação e Pesquisa em Ciências Humanas.

IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

PAC – Programa de Ação Cultural.

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis.

PNC – Plano Nacional de Cultura.

SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Imagem da Casa que atualmente é a sede do IDCH (2019). 41
Figura 2 - Residência que pertenceu a Germano Wendhausen.(2019).....41
Figura 3 - Villa em estilo ilatliano com porão alto (2019). 42
Figura 4 - Villa Maria de Lourdes, entrada lateral (2019).....42
Figura 5 - Imagem panorâmica da rua Visconde de Ouro Preto (início do século XX). 43
Figura 6 - Rua Visconde de Ouro Preto no tempo presente (2019) 43
Figura 7 - Alpendre lateral com colunas e guarda corpo em ferro forjado (2019) 43
Figura 8 - Mapa da Vila de Desterro (1819) 44
Figura 9 - Planta de Desterro (1868). 46
Figura 10 - Foto da Praça XVII de Novembro, atual Getúlio Vargas (início do século XX) ..49
Figura 12 - Edifício da Casa Comercial André Wendhausen & Cia. (1900) 52
Figura 13 - Edifício do antigo Quartel da Força Policial (2019).....56
Figura 14 - Imagem da casa quando ainda era uma residência familiar (década de 1950). 60
Figura 15 - Entrada social da casa (2016) 61
Figura 16 - Entrada por onde se acessa a área social da casa (2016) 62
Figura 17 - Cerimônia de casamento de Alice Gertrudes Wendhausen (1917). 73
Figura 18 - Quadro de documentos permanentes depositados no IDCH. 115
Figura 19 - Quadro de projetos desenvolvidos no IDCH 115
Figura 20 - Inauguração do espaço Eglê Malheiros e Salim Miguel(2013).....118
Figure 21 - A casa, os intelectuais e o IDCH (2013).....119
Figura 22 - Frente da casa na década de 1930.....149
Figure 23 - Vista da alameda de palmeiras imperiais que compunha a entrada da casa. 149
Figura 24 - Imagem da casa no ano do seu tombamento (1986).....150
Figura 25 - Casa que pertenceu a André Wendhausen (2019) 150
Figura 26 - Planta baixa do primeiro pavimento da casa (1933).....151
Figura 27 - Projeto solicitando reforma da casa (1933). 152
Figura 28 - Casa em estilo *Cottage* (2012).....153
Figura 29 - Casa em estilo Bangalô (2012). 153
Figura 30 - Casa em estilo Eclético (2012). 154
Figura 31 - Casa com telhado em duas águas, no estilo colonial (2012) 154
Figura 32 - Palácio do Governo Provincial (Século XIX).....155

Figura 33 - Palácio do Governo do Estado na virada para o século XX..... 155
Figura 34 - Imagem aérea da Praça XV de novembro (década de 1950). 156
Figura 35 - Imagem aérea de Florianópolis (década de 1960)..... 156
Figura 36 - Imagem aérea do aterro da Baía Sul e da Ponte Colombo Salles (1970)..... 157
Figura 37 - Aterro da Baía Sul (1970) 157
Figura 38 - Imagem aérea da Praça Getúlio Vargas (2012)..... 158
Figura 39 - A Praça Getúlio Vargas e o Instituto ao fundo (2016)..... 158
Figura 40 - Símbolo da República Federativa do Brasil no Palácio de Governo (2019)..... 159
Figura 41 - Sacadas e balcões sustentados por delicadas cimalhas ornamentadas. (2019) ... 159
Figure 42 - Platibanda intercalada com painel decorado (2019) 160
Figure 43 - Frontispício indicando o estilo arquitetônico do imóvel (2019). 160

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 21

CAPÍTULO 1. UMA CASA NA CIDADE QUE SE "CIVILIZA" 33

1.1 A CASA, O BAIRRO E A CIDADE. 37

1.2 MUDANÇAS NO ESTILO DE VIDA: O MORAR COMO PATRIMÔNIO. 51

1.3 REPRESENTAÇÕES DO URBANO: FLORIANÓPOLIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX. 64

CAPÍTULO 2. DE RESIDÊNCIA A BEM CULTURAL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA CAPITAL CATARINENSE – (1965 -1986) 79

2.1. POLÍTICAS CULTURAIS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA 81

2.2 DOS PROJETOS ÀS LEIS: 1974 COMO PONTO DE VIRADA 90

2.3 O PASSADO NO PRESENTE: O TOMBAMENTO DE 1986 95

CAPÍTULO 3. PAPÉIS DAS MEMÓRIAS: A CASA TORNADA CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 111

3.1 ACERVOS PESSOAIS, UM OBJETO DE ANÁLISE 120

3.2 MEDIAÇÃO CULTURAL, MEMÓRIA E TERRITÓRIO 129

CONSIDERAÇÕES FINAIS 135

REFERÊNCIAS 139

ANEXO A – IMAGENS DA CASA NA DÉCADA DE 1930 149

ANEXO B – CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO BAIRRO MATO GROSSO 153

ANEXO C – PALÁCIO DO GOVERNO ANTES E APÓS A REFORMULAÇAO COM A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA 155

ANEXO D – FLORIANÓPOLIS NA DÉCADA DE 1950, 1960 e 1970 156

ANEXO E – A PRAÇA GETÚLIO VARGAS NO TEMPO PRESENTE 158

APÊNDICE A – ORNAMENTOS 159

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu de um interesse pessoal em pesquisar e apreender a trajetória social de uma casa. O imóvel, localizado na rua Visconde de Ouro Preto, n. 457, no centro da capital catarinense, é sede do Instituto de Documentação e Pesquisa em Ciências Humanas – IDCH, entidade ligada à Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, que tem por finalidade salvaguardar e disseminar acervos documentais relacionados às pesquisas docentes e discentes da Faculdade de Educação – FAED, cujo centro comporta os cursos de graduação e pós graduação nas áreas de história, geografia, pedagogia e biblioteconomia.

Por cerca de dois anos, durante a graduação, frequentei o IDCH como pesquisadora bolsista de Iniciação Científica, onde desenvolvi pesquisas nos acervos pessoais de dois professores catarinenses, Elpídio Barbosa e Victor Márcio Konder. Foi a partir dessa frequência, que ocupou o meu cotidiano acadêmico entre 2014 e 2016, que se deu o meu vínculo e interesse pela história da casa e do bairro onde ela se situa.

A escolha do tema da dissertação apoiou-se na disposição pelo estudo de cidades a partir da observação de reminiscências materiais preservadas no âmbito urbano, cujo atributo, relativo à sua conexão espaço-temporal, tende a evidenciar múltiplas experiências circunscritas em um mesmo presente, indicando-nos o quanto uma cidade pode ser saturada de memórias, esquecimentos, discursos e identificações. No caso em tela, o objeto da pesquisa atuou como um observatório dos significados que em diferentes tempos históricos lhe foram atribuídos – sentidos públicos e privados –, ajudando a evidenciar a forma como os símbolos e representações de um bem cultural são mobilizados e compartilhados em uma sociedade, promovendo nos jogos do tempo a sua apropriação coletiva e afirmando no senso comum, uma ideia de identidade e pertencimento.

Nesse sentido, além de um aprofundamento na história da casa e nas reflexões acerca da concepção deste imóvel em meio aos processos de transformação social, cultural e urbana vivenciados na capital catarinense, a partir do último quartel do século XIX; este trabalho também se dedica a compreender os mecanismos de construção de memória social que definem, simbolicamente, um bem cultural, fenômeno do qual a casa foi objeto e que possibilitou a sua patrimonialização no final do século XX. No decorrer dos capítulos, a "expressão distintiva" e a posição privilegiada da casa no espaço social dá o tom desse processo, construído a partir do olhar de determinados sujeitos compreendidos na dissertação como "mediadores culturais".

Na obra *A distinção: crítica social do julgamento*, publicada no Brasil em 2007, o sociólogo francês, Pierre Bourdieu, se dispõe a explicar, a partir de uma perspectiva relacional, como os agentes sociais experimentam, se apropriam e dotam de valor determinados bens e expressões, colocando coisas e pessoas em posição privilegiada (p.56). Para o autor, preferências e gostos são socialmente instituídos e estruturados no interior do campo, espaço definido pela posição ocupada pelos sujeitos, a depender das competências que reúnem ou, nos termos do autor, do volume de "capital" que acumulam. Quanto ao valor distintivo, identificado nos bens culturais, Bourdieu esclarece que ele é determinado, objetivamente, na relação que se estabelece com o diferente ou paradoxal, e na legitimação de referências ou posturas que vem para afirmar "a posição ocupada no espaço social como lugar a assegurar ou distanciamento a manter (p. 57)".

Partindo-se dessa noção, procurou-se perceber e explicitar alguns processos de construção de memória social que fizeram com que a casa ocupasse um lugar diferenciado no espaço da cidade, admitindo-se que esse fenômeno decorre das práticas e olhares de determinados sujeitos que com ela se identificavam. Para compreender como essa construção se desenvolveu em dados momentos da trajetória da casa, optou-se por dividir o seu percurso social em três experiências de tempo.

No primeiro tempo a casa é apresentada como testemunha das transformações sociais e de costumes experienciadas na capital catarinense, especialmente durante o processo de transição que instaurou o regime republicano no estado de Santa Catarina. No segundo tempo o edifício é revelado por sua conexão com os projetos que marcaram a emergência dos campos da educação, da cultura e do patrimônio em Florianópolis, período que remonta a década de 1960, quando afloraram novas preocupações visando a definição e instituição de políticas de preservação de bens culturais no estado; este processo, que contou com a participação dos intelectuais catarinenses como os seus principais articuladores, resultou na inclusão da casa no rol de bens protegidos pelo estatuto do tombamento, em 1986, assumindo assim, o *status* de testemunho da "evolução" urbana da cidade. No terceiro tempo, por sua vez, a presença da casa é discutida à luz das demandas preservacionistas do tempo presente, após ela ter sido duplamente patrimonializada quando foi convertida, no ano de 2012, em uma instituição de memória dedicada a preservar e disseminar acervos documentais, parte deles, produzidos por intelectuais que tiveram as suas trajetórias públicas associadas à história da cultura em Florianópolis.

Nos três tempos da dissertação, a presença da casa foi utilizada como um elo para divisar as experiências e as expectativas observadas nos planos de desenvolvimento da capital

catarinense e as suas reverberações no campo social, cultural e patrimonial. Os projetos, ambições e contingências de cada presente foram apreendidos nas memórias produzidas sobre a casa, o bairro e a cidade onde ela se inscreve. Para tanto, foi analisado um vasto conjunto de documentos capazes de formar uma rede de sentidos que relacionasse o imóvel às memórias da capital catarinense, perpassando temas como: a extensão da área residencial da cidade para além da região central e portuária, promovida por famílias de elite do século XIX; a normatização dos costumes citadinos implementada pelos planos de reformulação dos espaços públicos e projetos edificados; a emergência dos campos da educação, da cultura e do patrimônio na década de 1960; a construção de um ideal identiário que reuniu em torno do tema intelectuais e técnicos da PMF, responsáveis pela definição de um rol de bens culturais compreendidos como representativos da cidade; e os jogos simbólicos que caracterizam a constituição de um patrimônio cultural, visando a proteção dos valores nele identificados.

Tendo evidente que a amplitude desses temas ainda reverbera na memória da cidade, a dissertação procurou alinhar-se, teórica e metodologicamente, às perspectivas conceituais da História do Tempo Presente (HTP), área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGH/UDESC. As especificidades dessa modalidade de fazer historiográfico dizem respeito a uma abordagem que abre ao historiador a possibilidade de investigar o seu próprio tempo, pelo uso de métodos e problematizações específicos de uma disciplina que lida com um passado que persiste em manifestar-se no presente como testemunho de processos sociais e políticos decorridos, "sedimentados em camadas sucessivas de sentidos que expandem as suas possibilidades à medida que alcançam maior profundidade" (DOSSE, 2012, p. 11).

Nessa perspectiva, "tempo" e "memória" são instrumentos que dão sustentação a essa concepção historiográfica onde o presente é tomado como fonte de sentido e "objeto de exploração pela história frente aos seus próprios traumas e suas próprias demandas" (DOSSE, 2012, p.10). Valendo-me desta linha de pensamento, optei pelo estabelecimento de diálogos com produções que me ajudassem a compreender as demandas sociais contemporâneas, relacionadas ao tema do patrimônio cultural, assim como, configurassem caminhos conceituais que conduzissem à melhor forma de interpretar o objeto de estudo da dissertação: fragmentos de memória corporificados em bens patrimoniais, preservados na cidade de Florianópolis.

As reflexões de Ulpiano de Meneses (2006) acerca da aproximação entre as modalidades de bem cultural e as dimensões dos fazeres humanos trouxe o entendimento de

que a densidade das experiências sociais também pode ser percebida em artefatos do cotidiano, como uma casa, por exemplo. O sentido, o valor e o significado atribuídos a um bem patrimonial emergem, segundo o autor, do interior de um campo de forças em que as práticas lhe dão forma e função ao longo do tempo, conferindo-lhe inteligibilidade e promovendo uma organização simbólica que define a sua existência social e histórica. De acordo com o intelectual, "sem as práticas sociais, não há significados sociais; mas também não há significados sociais, sem vetores materiais (p. 37) ".

Sendo assim, entende-se que as disputas e as estratégias de representação e distinção envolvidas no processo de produção de memórias no âmbito urbano, associando memória e patrimônio, revelam a edificação. O seu lugar social, ao longo de quase cento e cinquenta anos de existência, e os diferentes usos que sofreu, foram fundamentais para a compreensão da sua permanência, posto que, ao traçar essa trajetória no tempo, percebeu-se que embora de forma imperceptível, esta antiga residência atuou e continua atuando no movimento da história de Florianópolis, funcionando como um vetor de memórias a projetar, sobre os que se interessam pelas representações do urbano, mostras dos processos de formação e apropriação dos lugares públicos e privados, e das experiências neles acumuladas.

Para François Hartog (2015), o duplo da memória presente no espaço público é o "patrimônio", noção que enfrenta muitos vaivéns a depender do regime de historicidade. Segundo o autor, tal como ocorreu com o patrimônio, os anos de 1980 foram marcados pela afirmação do "estatuto da memória", noção configurada no ocidente como uma nova categoria intelectual, social e cultural, caracterizada inicialmente pela memória dos lugares, representada no espaço público como testemunha de eventos passados. Apropriada pelo cinema, literatura e televisão, a memória tornou-se objeto de consumo de massa; um investimento cultural que aumentou sobremaneira o interesse do público pela história. Nesse contexto, nutrido pela multiplicação de monumentos, comemorações e narrativas, o tema do patrimônio também foi fortalecido, entre outras razões, por sua capacidade de atuar no presente como um suporte simbólico que muito além de definir posse, se inscreveu nesse contexto cultural como um vetor para definir identidade, reafirmando assim, que o fundamento do patrimônio reside na sua transmissão, razão pela qual ele resiste frente à ameaça do fracasso, do esquecimento, da obliteração ou mesmo do apagamento (HARTOG, 2015, p.193-195).

Muitos trabalhos, originalmente acadêmicos, ajudaram a construir o objeto da dissertação que se dedica a trilhar a trajetória histórica e patrimonial de um bem local. Foram particularmente importantes produções que abordaram tema semelhante, percorrendo o

mesmo recorte cronológico e espacial proposto na minha investigação, e que ofereceram leituras e pontos de vista revelando especificidades que definiram uma fase importante de investimento memorial em Florianópolis; alguns trabalhos, além de indicarem caminhos de pesquisa a percorrer, foram tomados como fontes de informações que me aproximaram das discussões sobre os processos de instituição das políticas de preservação na capital catarinense, principalmente a partir da década de 1970.

Foi especialmente importante a dissertação de Mestrado em História da arquiteta e urbanista Eliane Veras da Veiga, defendida na UFSC, em 1990, e publicada pela primeira vez em forma de livro, no ano de 1993. O trabalho de Veiga (2010), fortemente apoiado na historiografia de Oswaldo Rodrigues Cabral (1971 e 1972), também utilizada nesta dissertação, assinalou aspectos significativos acerca das mutações físico-espaciais impostas à paisagem urbana de Florianópolis, além de evidenciar importantes referências arquitetônicas da cidade no recorte temporal da sua pesquisa, período que compreende os anos de 1850 a 1930.

O trabalho de Veiga contempla ainda um relevante índice de mapas e croquis, comentados pela autora, que ajudaram a compreender o processo de ocupação dos vazios urbanos em direção aos bairros, no século XIX; além de remeter aos critérios utilizados pelos técnicos do município, no final do século XX, para mapear e definir os dez conjuntos urbanos tombados no polígono central da cidade, com base nas referências geográficas e representações cartográficas dos séculos anteriores. Destaca-se que, esta arquiteta e urbanista fez parte do corpo técnico que atuou, na década de 1980, nos trabalhos de identificação e seleção dos bens patrimoniais tombados na esfera municipal.

Igualmente importante foi a dissertação de Mestrado em Geografia da arquiteta e urbanista Betina Adams, defendida na UFSC em 2001, e transformada em livro no ano seguinte. Uma leitura cuidadosa desse trabalho, devido aos muitos detalhes técnicos e referências documentais e de pessoas, revelou a conjuntura em que se desenvolveram importantes ações que culminaram na municipalização da preservação de bens culturais em Florianópolis, processo que contemplou quase vinte anos de estudos e planejamento, levados a efeito, em 1986, com o tombamento do centro histórico da capital catarinense. Nesse movimento de formação do campo patrimonial na capital catarinense, Betina Adams atuou diretamente como técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis (SEPHAN), desde a sua implantação, em 1977, e como coordenadora do SEPHAN-IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), a partir de 1984.

Finalmente, destaco a dissertação de Mestrado em História de Fábio Andréas Richter, defendida na UDESC, em 2009. O trabalho de Richter forneceu um panorama acerca da participação de segmentos da sociedade florianopolitana nos debates preservacionistas, encampados na cena urbana a partir da década de 1970, quando, em contextos específicos, certos bens culturais significativos para a comunidade local foram colocados em risco de destruição ou mesmo destruídos.

Os três pesquisadores têm em comum serem, ou terem sido, servidores municipais diretamente ligados ao campo do patrimônio cultural em Florianópolis, no recorte da presente investigação. Seus trabalhos, além de referências de pesquisa e leitura, carregam o testemunho desses atores sociais que vivenciaram e atuaram diretamente nos processos abordados na dissertação, e que tratam, especificamente no segundo e terceiro capítulos, da municipalização das leis de preservação; da patrimonialização de bens culturais na capital catarinense; e da inserção deste patrimônio no cotidiano e no presente da cidade.

A participação nos acontecimentos narrados na dissertação tornou estes profissionais e as suas produções particularmente relevantes para a construção do objeto deste trabalho, posto que, pelo menos em hipótese, as suas produções carregam parte das vivências, dos olhares e das percepções que tiveram como técnicos da prefeitura municipal (PMF). Nesse sentido, ser contemporânea dos produtores de tais testemunhos me coloca diante da oportunidade de dialogar diretamente com esses agentes sobre os acontecimentos que entram no meu campo de observação. No caso em tela, os trabalhos produzidos por estes atores/pesquisadores foram utilizados tanto como bibliografia, quanto como fonte de análise.

Foi por meio dessa aproximação que eu observei uma importante especificidade metodológica da HTP: se por um lado as testemunhas tinham vantagem narrativa por terem participado dos acontecimentos estudados, por outro, a proximidade do seu próprio tema de investigação poderia, em alguma medida, incidir sobre a objetividade do seu relato, fazendo prevalecer nos seus discursos uma possível valorização interpretativa de autores, de atores e acontecimentos descritos. Enfrentar os desafios colocados por essa presença, embora tenha exigido uma observação crítica e criteriosa dos tais trabalhos, foi algo positivo para a minha análise pois revelou aspectos e dimensões do olhar desses técnicos que participaram e ajudaram a construir práticas de preservação em Florianópolis. Algumas preferências, inclusive, aparecem nas narrativas e nas escolhas empreendidas nos processo de seleção dos bens culturais na cidade.

Para a construção dos capítulos, foram mobilizados diferentes tipos de documentos que me possibilitassem apreender um longo processo diacrônico. O primeiro capítulo foi

dedicado ao uso residencial do imóvel, nessa fase, houve um investimento em memórias pouco visíveis da casa e do bairro onde ela se situa. A investigação iniciou no período que remonta a sua construção, no século XIX, e encerrou na década de 1960, mais precisamente, no ano de 1965, quando o edifício deixou de atender a usos privados e habitacional e passou a pertencer ao erário do Estado de Santa Catarina, tendo sido adaptado para atender como sede da Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG. Cabe destacar que no início da pesquisa, eram poucas as informações sobre a fase residencial, exceto algumas memórias de antigos moradores do bairro que, em geral, não se confirmaram ou foram confundidas com a história de outras residências próximas.

Assim, para alcançar os objetivos do capítulo, foram coletadas pistas de quando a casa foi construída; quem foi o responsável pela construção; em que conjuntura social e cultural da cidade ela foi concebida; qual era o lugar da casa no cenário da cidade; quem foram os seus proprietários; e que posição eles ocupavam na sociedade local. Narrativas e representações do urbano foram coletadas em jornais, documentos de governo, memórias literárias, mapas, trabalhos historiográficos, inventários, processos judiciais, plantas residenciais e muitas fotografias. Destaca-se que a própria casa e o conjunto arquitetônico no qual ela se inscreve foram fontes de observação, haja vista que, o edifício conserva grande parte dos elementos incorporados no passado e que garantiram a sua apropriação como um bem patrimonial no presente.

Considerando que atualmente a casa é um centro de documentação e custódia que contempla documentos sobre a história de Santa Catarina, optou-se por iniciar a pesquisa acessando os documentos salvaguardados na própria instituição que ela atualmente abriga. No IDCH, foram coletadas as primeiras informações sobre o imóvel e sobre alguns dos seus possíveis proprietários. Também foram acessadas fotografias, projetos, plantas da casa, e uma variedade de livros sobre a história da cidade, acessados no acervo bibliográfico do Professor Walter Fernando Piazza.

Quanto ao período em que a documentação se mostrou mais escassa, o recurso foi consultar o arquivo do Museu do Judiciário Catarinense, na expectativa de acessar antigos processos relacionados à transmissão da casa como certidões, testamentos e ações judiciais.

Seguindo essa ordem, foi possível acessar o espólio da primeira proprietária da casa e através de processos correlatos, descobriu-se quem foi o segundo proprietário. A leitura desses documentos possibilitou a coleta de outras informações significativas que puderam ser cruzadas com fatos narrados nos jornais. Aos poucos, as fontes foram se conectando com a

realidade social e cultural da cidade garantindo um panorama interpretativo de acontecimentos que revelaram temas do cotidiano, redes de sociabilidades, instituições e personagens da época, inclusive, os próprios proprietários da casa que, em geral, tinham posição destacada na sociedade do seu tempo e não raro, seus nomes eram citados em narrativas da cidade, contidas em livros e jornais.

Parte dos jornais pesquisados foram acessados na base de dados da Hemeroteca Digital Catarinense (http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br), disponível na página do IDCH, mas a maioria foi acessada nos arquivos digitais da hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN) (https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital). Para esse recurso utilizou-se palavras-chave retiradas dos documentos. Os mapas e plantas da cidade foram pesquisados na biblioteca do IPUF, no Arquivo Digital de Mapas Catarinenses (IDCH) e nas ilustrações dos livros de Oswaldo Rodrigues Cabral (1971 e 1972) e Eliane Veras da Veiga (2010); essas representações demonstraram especificidades geográficas da cidade e do bairro Mato Grosso, no séculos XIX e início do XX, indicando a ordem da ocupação dos espaços e a data possível da inserção da casa no cenário urbano. Já as plantas do imóvel, cedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento e Urbanização (SMDU) e obtidas no IDCH, revelaram a sua compartimentalização, dando mostras do quanto ela ainda é preservada. Grande parte das fotografias foram obtidas no IDCH, na Casa da Memória ou produzidas *in loco*; estas colaboraram para a percepção das memórias do bairro presentes, principalmente, no ideário estético da arquitetura urbana e residencial.

Quanto ao segundo tempo da casa, a partir de 1965 ela se vê inserida nos planos de desenvolvimento socioeconômico da cidade, ao ser transformada em sede de uma instituição de educação superior, acontecimento que marcou um novo paradigma no campo da educação, da cultura e da administração pública em Santa Catarina. Nesse que corresponde ao segundo capítulo, foram trabalhados os caminhos que culminaram na patrimonialização da casa, tombada, em 1986, como componente do acervo arquitetônico do Bairro Mato Grosso, conjunto representativo, segundo a justificativa da sua proteção, dos processos de desenvolvimento urbano da capital catarinense.

Esse pleito, conforme já destacado, foi resultado de quase vinte anos de debates e projetos voltados para a definição e proteção dos símbolos representativos da cidade e sua sociedade, e da intenção de se definir e preservar espaços históricos ameaçados pela reformulação urbana, empreendida de forma bastante intensa em Florianópolis, na década de 1970. Abordá-lo, envolve situar a conjuntura econômica, política e cultural da capital catarinense nos anos de 1960 e 1970; período de intensa formulação de planos que visavam o

desenvolvimento socioeconômico da cidade, com destaque para aqueles que defendiam a modernização e a redefinição do seu traçado urbano, com vistas a compor um cenário alinhado com as noções de progresso que se impunham com os programas desenvolvimentistas do chamado "milagre econômico".

Para entender os planos que os dirigentes políticos tinham para o campo da cultura e da educação no estado de Santa Catarina, além da bibliografia complementar, foi relevante analisar as atas das reuniões do Conselho Estadual de Cultura (CEC), relativas ao período de 1968 a 1973, fontes pesquisadas na Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Nelas, procurou-se identificar quem eram os intelectuais envolvidos nos projetos de renovação do campo cultural no estado; quais eram as suas filiações institucionais; que encaminhamentos tinham para o tema da cultura e do patrimônio no estado e na capital catarinense; e como vinham desenvolvendo, na esfera pública, o plano de institucionalização de uma política para a cultura, em diálogo com as metas nacionais encampadas pelo MEC em parceria com o Conselho Federal de Cultura (CFC), a partir de 1966.

As práticas, as sociabilidades e a institucionalidade envolvidas nesse processo foram compreendidos utilizando-se o potencial analítico e abrangente da categoria "mediação cultural", mobilizado por Ângela de Castro Gomes (2014, p. 9-11). Delimitando-se à práxis dos "intelectuais mediadores" dedicados ao tema da cultura em diferentes campos de ação, este conceito foi mobilizado no trabalho para se compreender os modos de operar dos intelectuais catarinense dentro de um universo simbólico que envolve comunicar ideias, produzir conhecimento, afirmar identidades e construir memórias sociais a partir do olhar institucionalizado e das vivências em comum desses produtores e disseminadores de cultura.

Compreender os primórdios da preservação em Florianópolis e a municipalização dos processos que culminaram na proteção de quase quinhentos imóveis situados no centro da cidade, entre os quais a casa se insere, exigiu a leitura das atas do Conselho do Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis (COTESPHAN), produzidas entre os anos de 1984 a 1989, das quais se buscou coligir as preocupações e medidas adotadas pelos entes municipais – IPUF, SEPHAN e COTESPHAN– para proteger esse acervo edificado e amenizar os riscos de desaparecimento de muitos imóveis mapeados e qualificados como de interesse histórico e cultural para Florianópolis.

Com a finalidade de criar um contraponto de destaque para as especificidades locais que, entre outras iniciativas, levaram o município de Florianópolis a promulgar a sua própria legislação de preservação, no ano de 1974, procurou-se situar esse processo no contexto

histórico brasileiro. Assim, sempre que pertinente, buscou-se relacionar as articulações locais, no campo do patrimônio, com discussões mais amplas na esfera nacional e internacional, na intenção de pontuar a importância que a categoria "bem cultural" passou a representar para entidades e atores envolvidos na sua definição e preservação.

Além dos campos de conflitos entre interesses econômicos, políticos, culturais e simbólicos que caracterizam a constituição de um patrimônio cultural, este trabalho se dedica a discorrer, mesmo que sucintamente, sobre o universo onde se instituem as políticas que visam à proteção dos valores culturais nele identificados. Assim, ao perscrutar a relação entre a casa, objeto da pesquisa, e a sua apropriação como ambiente cultural, requalificado e disponibilizado para atender a usos educativos pela via da preservação e custódia de acervos documentais, levou-se em consideração que o sentido de um bem cultural não reside apenas na relevância patrimonial que a ele se atribui, mas na sua capacidade de comunicar valor ao maior número possível de agentes sociais, ainda que dele, nem todos façam a mesma leitura (FONSECA, 2017, p.42).

É na esteira dessa reflexão que se desenvolve o terceiro e último capítulo, no qual foi destacado o segundo processo de patrimonialização que incidiu sobre a casa, quando esta foi transformada em um espaço de custódia e disseminação de acervos documentais, ação que, em certa medida, alterou ou potencializou os significados atribuídos à casa que, a partir de então, passa a ser percebida como uma instituição de memória. Nesse terceiro tempo, portanto, procurou-se perceber os valores assumidos pelo instituto, tomando-se como referência a sua função mediadora no campo da educação e da cultura. Novamente, o objetivo foi evidenciar a participação efetiva desse edifício, oficialmente reconhecido como um patrimônio cultural de Florianópolis, nos projetos de afirmação das memórias sociais da cidade. Destaca-se que nessa fase, o Instituto e os conjuntos documentais que ele abriga foram as fontes de análise e reflexão.

Ressalta-se que estudar este processo tornou-se mais um desafio metodológico, na medida em que exigiu um trabalho interpretativo sobre uma história em processo de se fazer, cuja proposta envolve não apenas discutir a inserção deste patrimônio na realidade social da cidade, mas também, evidenciar os campos de tensão implicados na sua função de abrigar, em um mesmo espaço de preservação, memórias conflitantes, produzidas no âmbito da mesma cidade. Aqui, estou a tratar do paradoxo existente entre os acervos de intelectuais, que preservam as trajetórias notáveis desses personagens reconhecidos no seu campo de atuação; e as memórias da dor, presentes tanto nos prontuários da penitenciária de Florianópolis, produzidos entre os anos de 1930 e 1970, denominados *Arquivos Marginais* pela

coordenadora deste projeto, Profa. Dra. Viviane Trindade, quanto aos arquivos da Ditadura Civil Militar em Santa Catarina, doados pelo coletivo catarinense *Memória, Verdade e Justiça.*

Nesse sentido, ao mesmo tempo que a instituição conta com conjuntos documental que remete a um processo de afirmação dos projetos educacionais e culturais em Santa Catarina, e que podem ser acessados no acervo profissional do professor e legislador, Elpídio Barbosa; nos acervos dos professores Víctor Márcio Konder e Walter Fernando Piazza; e no conjunto documental do casal de intelectuais de esquerda, Eglê Malheiros e Salim Miguel. Não haveria como deixar de mencionar arquivos que, na sua especificidade, são o oposto ou o paradoxo, na percepção de Pierre Bourdieu, daquilo que a "distinção" presente no olhares sobre a casa procurou afirmar.

Sem perder de vista a ideia de que a conformação do Instituto se dá a partir de escolhas e batalhas internas empreendidas, também na seleção dos acervos e na valorização das memórias e das produções que se pretende destacar, associadas ou não aos acervos e coleções. Nesta, que é a última discussão da dissertação, o leitor é convidado a refletir sobre a relevância da preservação dos conjuntos documentais e objetos que compõem os acervos públicos e privados salvaguardados no IDCH, além de perceber o valor da pesquisa e da divulgação científica na formação de especialistas no campo das ciências sociais e da educação.

Espera-se que a discussão, além de estimular a reflexão sobre a constituição de um espaço de memória, possa propiciar uma noção de conjunto dos três tempos da casa, permitindo uma associação entre o edifício e o seu entorno, os intelectuais e os seus documentos, e os processos de construção de memória social que foram determinantes para a preservação da casa que hoje que abriga todas essas memórias.

CAPÍTULO 1. UMA CASA NA CIDADE QUE SE "CIVILIZA"

No presente capítulo trabalharei sobre a materialidade e o aspecto constitutivo da casa da rua Visconde de Ouro Preto, atual n. 457, procurando evidenciar a sua inserção no espaço citadino e as reverberações dos processos de transformação urbana da cidade de Florianópolis presentes nessa incorporação, fator relevante para que este imóvel fosse reconhecido e elevado à condição de Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico da cidade.

O objetivo central do capítulo consiste em demonstrar o lugar destacado dessa casa no bairro e na cidade em que foi concebida, salientando em que medida os projetos de adequação que ela sofreu, no último decênio do século XIX, a integraram aos planos de modernização de uma cidade empenhada em alçar ao progresso pela via reformista, comprometendo-se para isso, com Posturas que valorizavam, não apenas a higiene como também, o embelezamento dos espaços e edifícios públicos da cidade, estendendo tais conceitos às fachadas e projetos residenciais.

Técnicas de construção, estilo, decoração, localização e emprego de determinados materiais são elementos não verbais capazes de traduzir realidades e sensibilidades correntes. O que se pretende na dissertação, a partir destes aspectos, é buscar a historicidade de um espaço construído a fim de apresentá-lo como um documento representativo de uma sociedade e suas expectativas. Assim como o traçado urbano de ruas e praças podem ser tomados como recursos materiais para se representar uma cidade, a arquitetura tende a evocar as experiências culturais de uma época. A minha proposta é revisitar e contextualizar, historicamente, um "passado presente", pela dimensão material e simbólica de uma casa.

Para compreender a concepção desta casa e os componentes arquitetônicos que ela reúne e que, inclusive, a diferenciam de outras do mesmo período que também chegaram aos nossos dias, foram necessários alguns exercícios de análise: o primeiro exigiu situá-la no tempo, a fim de descobrir quando e por quem a casa foi construída e que elementos desse processo ela ainda preserva. Após apurada a data provável da construção, fez-se necessário situá-la no espaço, a fim de compreender o que era o Mato Grosso no tempo da sua construção e o que representava, para a sociedade do período, conceber uma casa de tal padrão, em um arrabalde considerado longínquo da área urbanizada da cidade. Por fim, no intuito de apreender usos e adaptações a que foi submetida, fez-se necessário mergulhar no seu sistema de relações para que, a partir da trajetória social da casa e dos seus proprietários,

se pudesse perceber o que essa edificação e os documentos produzidos sobre ela são capazes de testemunhar acerca de Florianópolis e da sua conformação urbana.

Todos esses temas são perpassados e repensados a partir das trajetórias de uma residência que atuou, tanto na esfera pública, como testemunha dos processos históricos que transformaram, social e urbanisticamente, as feições da cidade; quanto na esfera privada, onde a casa é percebida como um espaço de ação social e domínios culturais na qual as relações humanas que operam no cotidiano, reproduzem ou subvertem as regras e hierarquias que predominam na trama social (LISSOVSKY, 1995). A partir daqui, o que se pode afirmar é que o universo de uma casa tende a se confundir com a própria ordem social do seu tempo, de modo que, sem entender a sociedade com as suas hierarquias, ideologias e valores, não é possível compreender uma casa e as suas fronteiras.

O início republicano, em 1889, e as mudanças que acompanharam esse novo regime, certamente foram sentidas de formas bastante distintas entre os habitantes locais. Para compreender como parte desse processo se desenrolou na capital catarinense, para uma parcela da sua população, buscou-se abordar, a partir da presença da casa na cena urbana, as experiências que definiram novas formas de viver em Florianópolis. Para os objetivos da dissertação, foi importante destacar alguns eventos nesse processo: a extensão da ocupação residencial, especialmente por parte das famílias de elite, em direção aos bairros e arrabaldes; a consequente urbanização destes espaços, refletindo a melhoria de vida e a separação entre as classes; a normatização dos costumes citadinos pautada por valores cívicos, alinhados com os projetos da república; as melhorias tecnológicas nas habitações e o fornecimento de alguns serviços públicos; e a adoção de novas referências nos hábitos e na arquitetura, referendando uma expectativa da cidade de alinhar-se com os fundamentos da modernidade.

Diante da ideia de se "civilizar" a cidade, os fundamentos da vida em sociedade passaram a exigir que a urbanidade se abrisse ao tema da circulação "fosse do ar e da luz, fosse a do tráfego propriamente dito" (LISSOVSKY, 1995, p. 21). Em Florianópolis, essa marcha renovadora incidiu fortemente sobre a dimensão funcional e simbólica das habitações, e modos de morar, e fez com que a ocupação dos bairros e vazios urbanos ganhassem incentivo e protagonismo, principalmente no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, período em que a multiplicação de edifícios se apresentou como consequência da melhoria econômica e das expectativas diante das novidades modernas que, gradualmente, aportavam na capital catarinense.

Nesse processo de reforma dos costumes, os limites entre as esferas pública e privada definiam-se e com eles a delimitação dos espaços passou a ser percebida como elemento de

distinção. Este primeiro tempo da casa, portanto, concentra-se em um período em que a importância conferida à ideia de "interioridade" e "domesticidade" foi fortalecida, concedendo à habitação ganhos de compleição e sentidos peculiares, na medida em que a sua configuração se vê destinada ao resguardo do indivíduo, à valorização da intimidade e à delimitação dos papéis sociais, abrindo-se à construção de distinções e identidades pessoais (MALTA, 2014, p. 49).

Todas essas representações colocam o espaço reservado à casa no centro normatizador das regras de uso da cidade, especialmente, a partir da introdução de novas posturas municipais, nos anos de 1889, 1896 e 1898. Publicadas em formato de resoluções e amplamente veiculadas nos jornais locais, tais resoluções eram utilizadas como instrumento para regulamentar as regras de convivência e demarcar limites a uma antiga e costumeira confluência entre os espaços da rua e da morada. Assim, questões normativas relacionadas à higiene também incluíam a redefinição e fiscalização das regras de edificação determinantes para limitar uma confusão franqueada pelo próprio padrão arquitetônico das casas da área central, em geral geminadas, com quintais abertos e compartilhados, alinhamento sobre as vias, com portas e janelas deitando-se sobre as ruas estreitas para onde escoavam os rejeitos domésticos e a água das chuvas que descia dos telhados de duas águas.

Ao chamado Serviço de Higiene, administrado pela Superintendência Municipal, competia providenciar o asseio das vias públicas, executar a limpeza de córregos e valas, fornecer serviços de coleta de lixo e iluminação, assim como, distribuir água potável. Conforme trecho do capítulo II do Código Municipal de Florianópolis, publicado no jornal *República,* em janeiro de 1896, o órgão também era responsável por fiscalizar a adoção de novos padrões construtivos, estabelecidos para todos os edifícios e o seu entorno, sob pena de multa e agravamento dos impostos àqueles proprietários que não procedessem de maneira adequada à construção de calçadas e passeios; instalação de platibandas – de balaústres ou gradil de ferro – evitando a visão dos telhados; colocação de calhas nos beirais das casas; levantamento de muros; e fechamento dos terrenos. Também cabia ao Serviço de Higiene, desapropriar e determinar a demolição das construções classificadas como "insalubres"; certificar-se de que os proprietários estavam procedendo, corretamente, com a numeração das suas casas, norma adotada após a substituição do nome de quase todas as ruas do centro da cidade, em 1891; além de recomendar a execução da pintura das fachadas, "com cor de pérola nas frentes dos prédios que derem para o mar, visto a dita cor produzir melhor efeito e dar realce à vista da baía em frente a esta cidade" (*REPÚBLICA,* 09/01/1896).

A observância das regras e posturas era austera em Desterro[1], tanto que, no final da década de 1890, o escritor catarinense, Virgílio Várzea, destacou ter a Câmara Municipal abolido uma prática que remontava aos tempos coloniais e que consistia no costume de se construir casas tendo a sua frente voltada para a Igreja Matriz. Várzea, um escritor formado nas bases do cientificismo do século XIX, via como prejuízo "à estética da cidade no seu primeiro aspecto impressivo", a visão das "casinhas encarapitadas umas sobre as outras" com os seus "quintalejos" voltados para o mar, a maioria situada nos bairros dos embarcadiços – Figueira, ao norte do cais; Toca e Prainha, na sua porção sul. Segundo o escritor, à exceção de algumas ruas e arrabaldes que vinham se modernizando pela prática de se construir belas moradias, quase toda construção da capital era antiga, naquele final de século. Apresentavam atenuantes, os edifícios que formavam a ala sul das Ruas Altino Flores e João Pinto, por serem altos, limpos e com fachada para o mar, a exemplo daqueles dispostos entre o Largo Quinze de Novembro e o Forte de Santa Bárbara (VÁRZEA, 1985, p. 26)[2].

Essa conjuntura higienista e reformista, destacada pela intensificação dos processos sociais que visavam romper com alguns padrões que remontavam ao império, avançou século XX adentro e perdurou na cidade, pelo menos durante as suas três primeiras décadas. Em dezembro de 1895, por exemplo, o Conselho Municipal baixou resolução dispensando "todo e qualquer imposto, durante dez anos, às casas edificadas para moradia" (*REPÚBLICA,* 28/12/1895); nos meses seguintes, o órgão publicou novas Posturas incentivando e valorizando a construção e a reformulação de casas e fachadas. Foi nesse cenário, relevante no contexto da dissertação, que foi identificada a primeira, e talvez a única, grande reforma da casa da Rua Visconde de Ouro Preto, n. 91, na ocasião, na qual foram incorporados elementos estruturais (cômodos) e alguns padrões estilísticos, em voga no período, que se esforçavam em contemplar os paradigmas que a modernidade vinha conferindo à capital catarinense, afirmando novos hábitos de vida e práticas sociais de lazer e de consumo.

[1] Cabe situar o leitor que até o ano de 1894, a Ilha de Santa Catarina, constituída como Vila da Capitânia de Santa Catarina, em 1726, e elevada ao *status* de cidade, no ano de 1823, em decorrência do processo de independência, denominava-se Nossa Senhora do Desterro. A partir de 1894, com o desfecho da Revolução Federalista e suas reverberações políticas na cidade, determinou-se que o nome da cidade fosse alterado para Florianópolis, em homenagem ao autoproclamado Presidente da República, General Floriano Peixoto. Por essa razão, as referências à cidade que remetam a períodos anteriores à sua renomeação, utilizarão o nome Desterro.

[2] Ver nas figuras 8 e 9 o espaço que compreende o largo XV de novembro e o Forte de Santa Bárbara

1.1 A CASA, O BAIRRO E A CIDADE.

Atualmente o imóvel situado nas proximidades da Praça Getúlio Vargas, no que hoje corresponde ao centro da capital catarinense, constitui-se como um dos últimos edifícios remanescentes do conjunto de chácaras situadas nas proximidades da área central da cidade, ainda no século XIX.[3] Estima-se que a construção dessa casa remonte à década de 1870, podendo ser anterior, conforme evidências que serão apresentadas mais a frente. O que se tem ao certo é que na ocasião, a casa fora concebida no "distante" bairro Mato Grosso, para atender como moradia de Dona Anna Francisca da Costa e Silva.

Nascida na vila de Desterro, no início do século XIX, Anna Francisca Livramento da Costa era filha de Francisco da Costa Xavier e Anna Joaquina do Livramento, ambos provenientes dos Açores e da Ilha Terceira[4]. Casou-se na Corte com o negociante português Anacleto José Pereira da Silva, no ano de 1844, e adotou o nome de Anna Francisca da Costa e Silva[5]. Seu marido faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1849, e ao que parece, deixando-a em boa situação financeira.

A constatação de que Anna Francisca tinha boa condição financeira decorre de três evidências: um litígio questionado os seus direitos de herança, tornado público quando um dos herdeiros diretos de Anacleto, o filho Manoel José Pereira da Silva, então procurador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por meio de nota publicada no jornal *Diário do Rio De Janeiro,* de 18/07/1949, recomendava que não se fizesse negócios com a viúva de seu pai já que ele estava a questionar na justiça os direitos desta aos bens do casal, incluindo, a validade da escritura dotal de Anna Francisca; um anúncio de leilão publicado no jornal *O Comércio,*

---

[3] Conforme indicam antigos mapas da cidade representados nas figuras 8 e 9, no corpo deste trabalho.

[4] Grande parte das terras do Mato Grosso pertenceu à família Livramento, cuja figura principal foi José Luís do Livramento, destacado comerciante e militar de Desterro que atuou no ramo de secos e molhados e foi um dos maiores produtores e exportadores de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina. Face à divisão da sua herança, as glebas que compunham esse arrabalde foram distribuídas entre os herdeiros e transformadas em grandes chácaras que notabilizaram o bairro (CABRAL, Notícia I, 1971, p. 259)

[5] O casal não teve filhos. Conheceram-se em Desterro, por volta de 1826, quando Anacleto achava-se assentado no posto de Sargento-Mor das Forças Militares na Ilha de Santa Catarina, e também atuando como administrador do Hospital de Caridade e procurador da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos (*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 12/09/1826). Casaram-se em "segredo" quase quinze anos depois de estarem vivendo maritalmente na cidade do Rio de Janeiro. Talvez tenha sido para preservar Anna Francisca da avaliação e opinião da sociedade cortesã, ou mesmo para garantir a sua situação financeira que o casal resolvera regularizar, reservadamente, a sua situação matrimonial. Registros do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ) indicam que, na primeira metade do século XIX, vinte e um casais teriam regularizado as suas situações civis por meio do chamado "casamento de consciência" ou "oculto". Este procedimento, de exceção, que o Bispado do Rio de Janeiro vivenciou na primeira metade do século XIX, eximia os nubentes de realizarem habilitação matrimonial, os chamados "banhos" ou proclamas, que na realidade eram processos pré-nupciais com a função de se verificar os dados do casal para que pudessem ser considerados aptos ao matrimônio (SILVEIRA, 2004, p.2).

em 23/02/1958, no qual o leiloeiro Manoel de Oliveira e Sá se diz encarregado de vender, "pela melhor oferta obtida, a sua riquíssima e completa mobília e mais artigos pertencentes à mesma", em decorrência de uma mudança de residência; e o testamento de Anna Francisca, revelado em decorrência da sua morte, no ano de 1877, na cidade de Desterro.

Tanto os objetos ofertados no leilão, quanto aqueles listados no testamento de Anna Francisca indicam que a mulher gozou de um vida confortável, segundo os padrões da época, nos anos em que viveu na corte e posteriormente na capital catarinense, já no final da sua vida. A sessão de leilão conduzida no endereço da sua ex-propriedade, localizada na Rua de São Clemente, n. 80 A, também indica isso. No ocasião foram colocados à venda:

> (...) ricos móveis de mogno sólido, com estufo de *brocatelle* de seda carmesim e capas (entrando a mobília completa), superior piano-forte de *Collard & Collard*, de Londres, mesa elástica, aparadores de sala de jantar, cômodas, sofás, cadeiras e mesas diversas, espelhos, ricas cortinas de casa fina, pêndula, serpentinas, ricos vasos de ornamento, louça, porcelana, cristais, esteiras de sala, etc. etc. (*O COMERCIO*, 23/02/1858).[6]

As peças e utensílio listados e mesmo a revelada localização da residência de Dona Anna Francisca na cidade do Rio de Janeiro, a Rua de São Clemente, permitem inferir que o seu padrão de vida na corte era relativamente elevado e remetem à hipótese de que esta senhora, antes de retornar e fixar moradia definitiva em Desterro, tenha conhecido e frequentado casas e bairros elegantes na capital do império que, desde meados do século XIX, vinham introduzindo uma série de inovações construtivas, nas residências familiares, como elementos paisagísticos, adoção de porões altos e elevação dos edifícios em relação à rua.

Nas peças anunciadas para o leilão, a referência a objetos e utensílios finos e importados condizem com os hábitos de consumo da elite cortesã. Os móveis de luxo, o piano inglês, as "ricas cortinas de casa fina", ornamentos, serpentinas[7] e cristais também remetem a uma residência aberta à vida social, onde, possivelmente, recepções eram oferecidas para um círculo íntimo de amigos. Como uma mulher de elite, pode-se imaginar ainda que Anna Francisca tenha marcado presença em saraus noturnos, idas ao teatro e demais acontecimentos da sociabilidade cortesã e que, sendo ela uma mulher proveniente de uma vila interiorana,

---

[6] Para melhor compreensão dos textos retirados dos documentos de época, optou-se, na produção, por atualizar a grafia e pontuação a fim de constituir um conjunto coerente entre a escrita e a mensagem contida nas fontes.

[7] O anúncio não especifica que tipo de utensílio são as serpentinas, que segundo pesquisa poderiam ser: peças para aquecimento interno das residências; peças decorativas como candelabros, ou ainda, uma espécie muito comum, até a metade do século XIX, de transporte utilizado pelas famílias abastadas cujo adorno em espiral remete ao nome serpentina (Conforme página do Museu Virtual do Transporte Urbano, http://www.museudantu.org.br/QRiodeJaneiro.htm acessada em 28/09/2019).

tenha aprendido a se portar em público e a bem representar diante das visitas, de acordo com os moldes sociais da época.

Informações contidas nos autos de transmissão do patrimônio de Anna Francisca também indicam que, após se mudar da Rua São Clemente, no bairro Botafogo, a viúva fixou residência em um sobrado situado à rua Santa Christina, no bairro da Glória, onde viveu até 1862. Em fevereiro deste mesmo ano, retornou em definitivo para Desterro. O jornal *Correio Mercantil*, de 06/02/1862, noticiou o embarque dessa senhora a bordo do vapor Tocantins, "no qual seguiu para Santa Catarina em companhia da sua irmã Justina, um criado e seis escravos".

Embora não seja possível afirmar que ao fixar moradia em Desterro Dona Anna Francisca tenha se instalado imediatamente no bairro Mato Grosso, é importante destacar que a sua última moradia na cidade foi, conforme indica o seu testamento, "em uma casa de chácara à rua Áurea, número 37". Esta rua, no tempo do Império, era uma importante artéria que ligava o centro da cidade ao arrabalde do Mato Grosso; por ela, também era possível acessar o caminho que levava à Praia de Fora e ao Forte São Luiz. Atualmente, a junção das ruas Ilhéus e Visconde de Ouro Preto corresponde ao que um dia foi a rua Áurea, e a casa n. 37, sofreu duas alterações desde então, tornou-se n. 91 no início do século XX, e no presente corresponde ao n.457. O imóvel, por sua vez, aparece representado em mapas e plantas da capital catarinense pelo menos desde 1868, indicando que esta "casa de chácara" pode ter sido concebida ainda nos primeiros anos do retorno de Anna Francisca à Desterro.

Hoje em dia, o terreno que comporta a antiga casa reúne um total de 720 m² de área construída. Nessa metragem estão incluídos: os prédios anexos que não fazem parte da construção original, mas foram adicionados ao conjunto, no final da década de 1960, para abrigar salas de aula da Escola Superior de Administração (ESAG); o porão que exerce a função de sustentação de todo o edifício principal; e uma parte assobradada à frente, elemento que se estima ter sido acrescentado à estrutura, na reforma do final do século XIX.

Breve passagem no testamento de Anna Francisca indica que, na sua origem, esta casa era térrea. Considera-se, portanto, que além do pavimento superior, o imóvel também tenha sofrido acréscimos de cômodos especializados – copa, cozinha, despensa, banheiro e quartos – dispostos em estrutura separada do corpo principal do edifício, no andar térreo do imóvel.

Embora não tenham sido encontrados documentos relativos a essa suposta reforma[8], um projeto de 1933 e as memórias literárias produzidas por escritores da cidade que conheceram a casa, corroboram a hipótese de que ela era uma casa colonial e que sofrera uma intensa reforma no final do século XIX. Assim, a casa espaçosa se destaca no ambiente urbano pelo estilo arquitetônico que lhe confere diferenciação, inclusive, em relação a outras casas preservadas na mesma rua e que apresentam elementos ornamentais bem mais acentuados e condizentes com o gosto eclético dos edifícios construídos nas primeiras décadas do século XX, cujo gênero marcou os planos de urbanização das capitais brasileiras, na virada do século.

Embora a feição externa da casa apresente elementos que remetam aos modismos do período, ela também espelha características marcantes do estilo colonial o que reforça a tese de que parte da sua estrutura seja a mesma desde a primeira construção. Enquanto no piso inferior, por exemplo, as janelas arcadas com abertura em guilhotina, introduzidas no Brasil no século XVIII, remetem à arquitetura luso brasileira; o padrão adotado no pavimento superior é significativamente diferente, denotando que este pode ter sido elevado posteriormente, possivelmente para atender às exigências de conforto e privacidade dos proprietários. Outra característica marcante é o telhado a vista, padrão que já não condizia com o gosto construtivo daquele final de século.

Um levantamento fotográfico realizado durante a pesquisa reuniu imagens das casas que atualmente compõem o Acervo Arquitetônico do Bairro Mato Grosso – vinte e seis no total – e revelou que as tendências de decoração das fachadas e os estilos arquitetônicos de edifícios, relativamente contemporâneos, não eram padronizados. As modas ecléticas eram muitas, especialmente no início do século XX, e reuniam do neoclássico ao *art nouveau*, passando por *chalets* e *cottages,* ou pelas chamadas vilas em estilo italiano; todas as casas muito bem construídas e apresentando entre si pelo menos um elemento em comum: o afastamento lateral das casas, garantido pelos alpendres, jardins, em alguns casos, ou pelas reentrâncias protegidas por portões de ferro forjado responsáveis por separar as entradas social e de serviço (ver figuras 29, 30, 31 e 32 , no Anexo – B, no final deste trabalho). [9]

[8] Parte das plantas e projetos arquivados na antiga Secretaria de Obras públicas de Florianópolis foram destruídas em decorrência de um incêndio.

[9] A investigação não alcançou quem eram os construtores e artífices encarregados de produzir a variedade de estilos construtivos verificadas no Bairro Mato Grosso. No entanto, produções especializadas no tema, como a tese de doutorado de Carlos Alberto Ávila Santos (2007), indicam que os primeiros agentes responsáveis por romper com os padrões da arquitetura luso brasileira e introduzir técnicas do ecletismo arquitetônico no Brasil, foram os imigrantes italianos, ainda nas últimas décadas do século XIX. Segundo Ávila Santos, as características mais marcantes observadas na técnica construtiva desses trabalhadores são: estrutura embasada no porão alto;

As residências representadas nas figuras 1 e 2, estão dispostas lado a lado na rua Visconde de Ouro Preto, mas apresentam estilos completamente distintos. As duas casas são mencionadas pelo escritor Virgílio Várzea, em 1900, como sendo “as notáveis, como muitas outras, casas de construção moderna ou recentemente reformada, dos irmãos Wendhausen [Germano e André], ambas situadas ao lado do quartel do Corpo de Segurança” (VÁRZEA, 1984, p.39).

Figura 1 - Imagem da Casa que atualmente é a sede do IDCH e da qual destaco os detalhes construtivos que misturam traços coloniais, como a diferença observada nas janelas e o telhado visível, por exemplo, com elementos decorativos que remetem, discretamente, ao ecletismo. Fonte: Blog Casas Antigas (2012).

Figura 2 - Residência que pertenceu a Germano Wendhausen. Nos detalhes destacam-se inúmeros elementos ecléticos como a platibanda balaustrada intercalada com um painel decorado para ocultar beirais e telhados, atendendo ao gosto e a postura municipal de 1896. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019).

---

fachadas tripartidas respeitando o equilíbrio simétrico; e as saliências reforçadas por vergas, frontões e platibandas enriquecidas com elementos ornamentais de estuque (argamassa).

Figura 3 – Villa Maria de Loures. Esta casa que, situada na rua Visconde de Ouro Preto, comporta alguns elementos presentes no estilo dos construtores italianos que, conforme Àvila Santos (2007, p.251), aparecem na adoção de porão alto, tecnologia que garantia ventilação e elevação o imóvel em relação à rua, e na divisão tripardida que definia a simetria das casas, garantidas por reentrâncias e elementos ornamentais presentes nas fachada. Fonte: Acervo da autora (2019).

Figura 4 – Vista da entrada lateral da casa. Nos detalhes é possível perceber uma redução no uso das estruturas de ferro forjado e a adoção das chamadas ornamentações em massa como as compoteiras presentes na entrada principal, arabescos decorativos nas colunas que sustentam o alpendre, e guarda-corpo balaustrado. O uso do mármore na escada, também é um elemento de distinção. Fonte: Acervo da autora (2019).

Figura 5 - Imagem panorâmica da rua Visconde de Ouro Preto (início do século XX). No detalhe à direita pode-se ver uma construção, também do início do século XX, representada por elementos característicos da moda do período: vergas decorativas na fachada e contorno das janelas enfatizando as regras de geometrização e simetria; porão garantindo elevação em relação à rua; platibandas, calhas nos beirais e alpendre lateral. Fonte: Acervo da Casa da Memória (século XX).

Figura 6 – Imagem atual da mesma residência indicada na fotografia acima, dos anos iniciais do século XX. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Figura 7 – Vista da entrada lateral da mesma casa, onde também se verifica um porão, mais baixo, e o alpendre sustentado por colunas e guarda corpo em ferro forjado. Fonte: Acervo fotográfico da autora (2019)

Todos estes imóveis referenciados acima situam-se numa região que no passado era conhecida como Mato Grosso; um arrabalde considerado afastado da zona central e portuária, mas que atualmente está incorporado ao centro da cidade. Sabe-se que essa região foi oficialmente identificada e delimitada como um bairro da Vila de Desterro, em 1819. Na ocasião, contava com dois importantes acessos: o primeiro dava-se pela rua Áurea; iniciava no largo da Matriz e fazia o caminho que estabelecia a ligação da vila com o bairro. O segundo acesso dava-se pela denominada rua Mato Grosso (atual rua Victor Konder); correspondia a uma extensa que percorria o bairro findando na antiga rua das Olarias (avenida Mauro Ramos), com a qual formava um entroncamento que completava o caminho em direção à Praia de Fora e o Forte São Luiz, área que atualmente corresponde à região do shopping Beira-Mar.

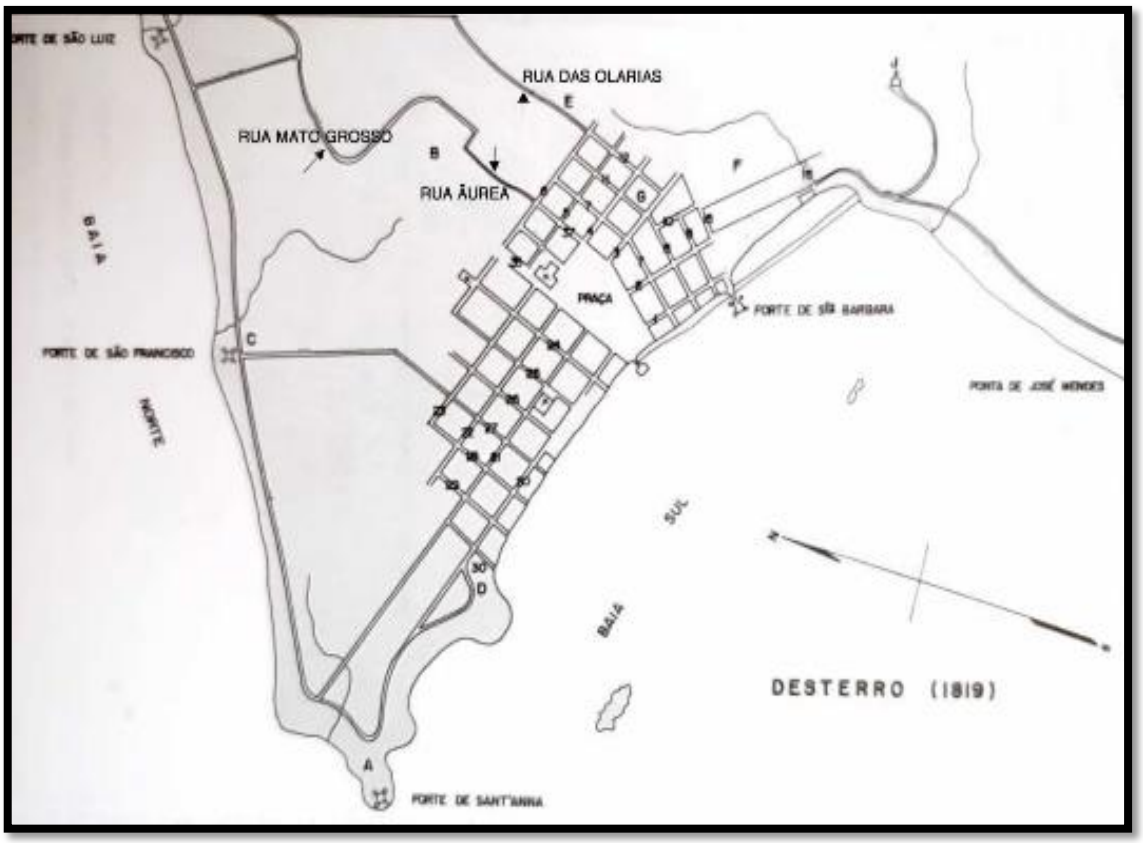

Figura 8 - Mapa da Vila de Desterro (1819). Na figura estão representadas as principais ruas do bairro Mato Grosso: Rua Áurea, Rua das Olarias e Rua Mato Grosso. No mapa também é possível situar a praça da Matriz, transformada em XV de novembro na década de 1890, e na direção sul, o Forte de Santa Bárbara, referenciado por Virgílio Várzea, na obra Santa Catarina a Ilha (1984). Fonte: Veiga (2010)

Grande parte das terras que compunham o Mato Grosso pertenceram a José Luís do Livramento, destacado comerciante e militar da Vila de Desterro que atuou no ramo de secos

e molhados e foi, ao lado do seu cunhado, Antônio José da Costa, um dos maiores exportadores de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina. Face à divisão da sua herança, em meados do século XIX, as glebas destas térreas foram distribuídas entre os herdeiros e transformadas em grandes chácaras que notabilizaram o bairro desde então (CABRAL, Notícia I, 1971, p. 259).

A partir da segunda metade do século XIX, a procura por lotes em regiões situadas à margem da aglomeração urbana fez aumentar o valor das terras em arrabaldes como Mato Grosso, Tronqueira e Praia de Fora, o que levou os donos das glebas situadas nestes bairros a retalharem-nas ainda mais, vendendo lotes de todos os tamanhos. Nesse processo, o entorno da cidade passou a contar com um maior número de chácaras, destinadas a abrigar famílias decididas a residir ou manter casas de veraneio em áreas mais aprazíveis, arejadas e isoladas do ambiente "insalubre da região comercial e portuária". Este fenômeno transformou as adjacências do Mato Grosso, antes consideradas afastadas, em vetores de crescimento da cidade (VEIGA, 2010, p. 101).

Para Oswaldo Rodrigues Cabral (1971), médico de formação e destacado historiador de Florianópolis, a iniciativa de muitas famílias de se mudarem do centro para localidades mais afastadas e "salubres" se caracterizou como um êxodo provocado pelo desejo de evitar a "nocividade" das ruas e o risco de doenças e epidemias. Segundo Cabral, "para os mais temerosos, as chácaras foram lugar de refúgio, pois até elas não chegavam os mosquitos que conduziam à febre amarela, nem os contágios da cólera ou da varíola" (CABRAL, Notícia I, 1971, p. 256). Baseando a sua opinião nos estudos higienistas do período, Cabral oblitera as aspirações de distinção e os cortes sociais decorrentes dessa ocupação e defende que o verdadeiro valor atribuído às chácaras, estava em conservar as famílias livres dos "miasmas" tão temidos. Pelas suas convicções, este teria sido o fator determinante para que a cidade se expandisse em direção à área rural.

Embora as razões defendidas por Cabral apareçam nos relatórios de governo que apresentam dados elevados acerca dos contágios e óbitos ocorridos em decorrência das epidemias, principalmente, por febre amarela, a ideia de que a ocupação dos arrabaldes se deu por esse motivo merece relativização e aprofundamento, tendo em vista que é o próprio Cabral quem nos revela que, a partir de meados da década de 1860, a área central de Desterro sofreu um aumento significativo na construção de sobrados de função mista, comércio e residência, em decorrência do incremento das atividades portuárias e comerciais na capital de Santa Catarina.

Pela análise comparativa de duas plantas topográficas produzidas em 1868 e 1876, é possível perceber que a cidade realmente se expandia em direção aos bairros e que ruas e becos vinham sendo ampliados e novos quarteirões abertos, denotando crescimento tanto da área urbana, quanto dos arrabaldes que a tangenciavam. No caso específico do Mato Grosso, os documentos indicam que o bairro ganhara nova divisão, passando a contar, inclusive, com construções públicas como o Largo Municipal e o Liceu Provincial, Colégio de educação mista que funcionava em uma chácara no final da rua Áurea.

O mapa de 1868, produzida pelo Eng. Otto Schllapal, aponta ainda para a existência de uma edificação privada no alto do Mato Grosso, muito próxima das instalações do Colégio. Chama a atenção o fato desta representação ter se mantido em todas as cartas topográficas da cidade, produzidas desde então. Pela análise de outra planta, elaborada em 1913 pela Companhia de Águas e Esgotos do município, tornou-se possível afirmar que essa representação se referia à residência situada na rua Visconde de Ouro Preto, n. 91, atual n. 457, e que nos tempos do Império correspondia ao n. 37 da rua Áurea, endereço que um dia pertenceu à D. Anna Francisca da Costa e Silva, falecida em 1877.

Figura 9 - Planta de Desterro (1968). Fonte: Veiga (2010).

Pela representação do mesmo mapa, também é possível se ter a dimensão do que era o Bairro Mato Grosso e o quão distante ele aparenta ser do porto e da praça central, onde

situavam-se a Igreja Matriz e os edifícios mais importantes da cidade. Obviamente, a abertura de ruas e quarteirões, assim como, a consequente ocupação dos vazios urbanos, incentivadas pelos projetos republicanos, além da consequente modernização do bairro, abastecido com serviços de iluminação e transporte com tração animal, alteraram esse referencial e fizeram com que essa distância fosse cada vez menos sentida pelos habitantes da capital de Santa Catarina.

Na imagem abaixo, da década de 1910, é possível apreciar a casa, que está contemplada ao lado de uma alameda de palmeiras imperiais, e a torre da igreja Matriz, situada ao fundo. Essa panorâmica foi tirada a partir da praça XVII de novembro (atual praça Getúlio Vargas) e nela, os dois edifícios, a casa e a igreja, aparecem praticamente alinhados, do lado direito da fotografia.

Figura 10 - Foto da Praça XVII de Novembro, atual Getúlio Vargas, com panorama da Casa com sua alameda de palmeiras imperiais, e ao fundo, a vista do campanário da Igreja Matriz (década de 1910). Fonte: Acervo fotográfico da Casa da Memória.

Pode-se inferir, ainda segundo os estudos de Oswaldo Cabral (1971), que a construção da casa de Dona Anna Francisca, estimada por volta de meados de 1860, se deu numa conjuntura em que a capital catarinense experimentava relativo crescimento econômico e populacional, impulsionada pelo incremento das operações portuárias e atividades comerciais e de transportes na cidade. Tal estímulo, decorrente dos negócios marítimos e do comércio de importação e exportação, vinha atraindo para a Ilha de Santa Catarina, de funcionários, civis e

militares, destacados para atuarem em funções administrativas e de defesa, assim como, profissionais liberais e investidores decididos a fazer carreira e fortuna na capital catarinense. Essa classe de pessoas letradas, ao se estabelecer na cidade, contribuiu para que significativas transformações de costumes começassem a operar na sociedade local, especialmente em relação aos hábitos de consumo, moradia e sociabilidades. Em linhas gerais, a cidade passou a contar com maior diversificação de lojas e serviços e por consequência com uma variedade de provisões sofisticadas, vindas do estrangeiro, e destinadas ao abastecimento das "boas famílias" de Desterro.

Segundo Cabral (Notícia I, 1971, p. 235-237), o número de casas térreas, sobrados e casas assobradadas (térreas transformadas em sobrado) aumentou em Desterro, entre os anos de 1866 e 1876, foi ampliada em mais de 400 edifícios. Embora grande parte das construções fossem térreas, chama a atenção o aumento dos sobrados de função mista (comércio e moradia) construídos no período, e que passaram a ocupar os quarteirões próximos ao centro da capital, em razão do seu uso comercial. Esta evidência contraria, em certa medida, a informação de que um êxodo urbano teria acontecido em direção à área rural em decorrência das epidemias, por outro lado, reafirma ser realidade que a cidade estava a experimentar um crescimento econômico e populacional significativo, considerando-se a informação fornecida por Virgílio Várzea, acerca do padrão das casas que vinham sendo construídas nos bairros e arrabaldes; do perfil das famílias proprietárias, grande parte delas famílias abastadas e de origem teuto brasileira; além do processo modernizador empreendido nesses bairros.

Este novo fenômeno urbano exigiu que o município reformulasse os seus espaços de circulação e convivência, assim, entre 1868 e 1876, foram construídos cinco Largos e Praças[10], duas igrejas e cerca de dez edifícios públicos, sendo eles: o Prédio do Correio e Telégrafo da Capital (1874); a Capitania do Porto; o novo Prédio da Alfândega (1874), incendiado em 1866; o Teatro Santa Isabel (1875); a Biblioteca e Sala Pública; o Cemitério Católico e Evangélico (1869), construído para atender a comunidade alemã; o Hospital Militar (1869); o Hospital da Marinha; e o Ateneu Provincial (1874).

[10] Em 1874 o Largo da Matriz (atual Praça XV de novembro) foi revitalizado e cinco praças foram construídas: Praça do General Osório (antes conhecida como Campo do Manejo); Largo Municipal (atual Praça Getúlio Vargas); o Largo da Princesa (atual Largo Benjamin Constant); o Largo do Coronel Fagundes; e o Largo de São Sebastião (Praia de Fora).

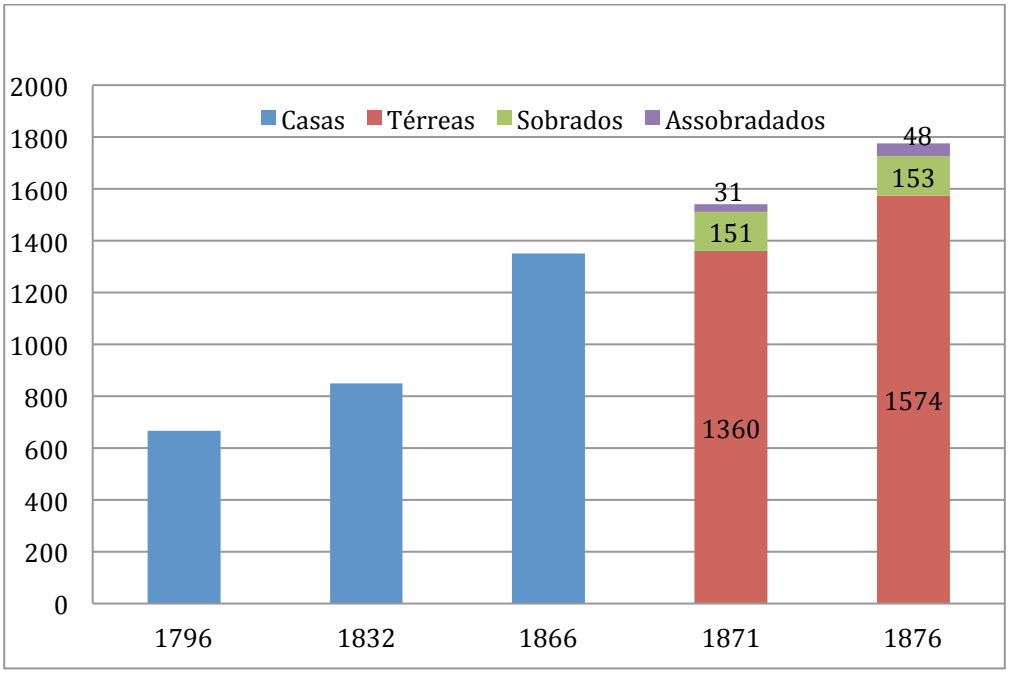

Figura 11 - Avanço construtivo em Desterro entre 1796 e 1876. Fonte: (CABRAL, 1971, p. 237)

Pelos números apresentados por Cabral, em oitenta anos foram construídos cerca de 1109 imóveis em Desterro. O aumento mais acentuado de edifícios se deu no decênio que compreende os anos de 1866 a 1876, período que se estima corresponder ao da construção da casa de Anna Francisca, no bairro Mato Grosso

As variações arquitetônicas dos edifícios situados nos núcleos urbanos de grande parte das cidades brasileiras, segundo Nestor Goulart Reis Filho (2004), costumavam ser pouco significativas e quando apareciam, em geral, eram nas casas de esquina por estas apresentarem maiores dimensões e número de peças, tirando melhor proveito da luz pela possibilidade de usarem duas fachadas, o que de certa forma, alterava o esquema de planta e telhado. A exceção, no entanto, podia ser verificada nos centros mais populosos, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, por influência da vida na Corte. Desde 1850, de acordo com o especialista, esta cidade vinha experimentando as primeiras transformações nos esquemas construtivos das casas urbanas.

Gradativamente, com a diminuição da dependência da mão de obra servil e a influência de técnicas trazidas pelas massas imigradas, algumas soluções permitiam o rompimento com os métodos tradicionais de construção. Assim, promovia-se o recuo dos edifícios nas laterais, conservando-se apenas o limite sobre o alinhamento da rua, com vistas a não romper completamente com os códigos do urbanismo colonial; utilizava-se o esquema de porão alto para elevar a estrutura da casa, conservar uma altura discreta da rua e proteger a

intimidade dos moradores, além de aproveitá-lo para alojamento dos empregados, armazenamento e local de serviço; transferia-se a entrada para a fachada lateral, solucionando-se o problema do desnível com a disposição de uma pequena escada que levava à porta de entrada; e enriquecia-se as casas maiores com um jardim e outros elementos paisagísticos (REIS FILHO, 2004, p.46).Todas essas soluções empreendidas nas residências familiares denotam que as pessoas vivenciavam o espaço público de formas diferentes, especialmente no período colonial, onde espaço público era compreendido como o espaço dos trabalhadores, em sua maioria escravos. Nesse sentido, se há uma uma diferença sociocultural marcante entre o período colonial em relação à república, é justamente essa mudança de paradigma, da qual emerge um investimento e uma valorização dos espaços de circulação dos cidadãos. Largos, praças, jardins, bustos, esculturas e monumentos vão atuar como instrumentos de pedagogia e educação dos cidadãos, na medida em que incorporam os elementos simbólicos da República e ao mesmo tempo renovam a relação das pessoas com o espaço citadino.

É possível que na ocasião da sua edificação, final da década de 1860, a casa de Anna Francisca tenha se destacado do padrão construtivo adotado em Desterro até aquele período. Aliado ao fato dela ter sido construída em uma área de chácara, reunindo os benefícios da amplitude do terreno e a possibilidade de receber cômodos maiores, mais arejados e iluminados – elementos caros às famílias decididas a transferir suas moradias do centro para os arrabaldes –, pode-se dizer que este edifício tenha adotado outras soluções modernas para a sua época, como por exemplo o porão alto que, além de garantir a elevação do prédio, melhorava a circulação do ar e preservava a intimidade da moradora. Ainda é possível citar, o acesso à moradia, provido por uma entrada lateral, e os elementos paisagísticos.

A alameda de palmeiras imperiais mantida no imóvel pelo tempo em que serviu como residência, lembra visualmente àquelas das chácaras de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Diante dos fatos levantados sobrea vida de Anna Francisca, antes dela se instalar definitivamente em Desterro, há uma grande probabilidade de que estas influências tenham sido adotadas na construção da sua residência, em virtude, como já foi destacado, da proprietária ter habitado ou frequentado edifícios com padrões semelhantes, no tempo em que viveu na corte, domiciliada nas ruas São Clemente e Santa Christina, nos bairros Botafogo e Glória, respectivamente.

Anos mais tarde outras inserções foram feitas na casa, todas portando as influências e conceitos de moda vigente em cada período. Na primeira grande reforma da qual se tem informação, empreendida no imóvel pelo segundo proprietário, no final da década de 1890, a

casa foi dotada de outras tecnologias e soluções que acompanhavam a modernidade à época, como uma maior compartimentalização e acréscimos de cômodos especializados. No andar térreo, por exemplo, verificou-se a instalação de um setor reservado aos serviços domésticos: copa, cozinha, despensa e o único banheiro do imóvel, ao fundo deste compartimento. Já no pavimento superior, dedicado à intimidade dos moradores, quartos amplos foram construídos.

1.2 MUDANÇAS NO ESTILO DE VIDA: O MORAR COMO PATRIMÔNIO.

Retornando ao tema da salubridade, na década de 1880, as questões sobre higiene e saneamento das casas e ruas de Desterro ainda eram ponto nevrálgico no debate público, especialmente nas páginas dos jornais. Encarregados de promover a oposição política os jornais atuavam como espaço de críticas e denúncias acerca das ações administrativas executadas por integrantes de partidos contrários, e nesse campo de embates, o tema da precariedade urbana era recorrente. Se de um lado, ao denunciar a "inércia da municipalidade", havia quem acusasse os moradores das áreas pobres de não colaborarem cumprindo as "poucas e insuficientes" normas e posturas editadas pela administração pública; do outro, cidadãos se dizendo indignados denunciavam o fato de certos logradouros serem frequentemente atendidos por serviços públicos de limpeza e "embelezamento" – devido à influência e prestígio de moradores economicamente favorecidos –, enquanto outros, com necessidades mais urgentes, se achavam abandonados por estarem situados em áreas de trânsito popular.

Em 7 de agosto de 1885, o jornal *O Conservador* publicou nota de um colaborador anônimo, de pseudônimo Z., denunciando o mau uso de verbas públicas municipais e o abandono das obras de aterro da praia do Menino Deus, onde, segundo o denunciante, "a própria prefeitura mandava lançar, diariamente, o lixo das ruas e todas as imundícies que nelas encontrava". Depois de se queixar das más condições de limpeza da orla marítima, o reclamante ratificou a sua indignação informando que os trechos entre a Ponte do Vinagre e a Rita Maria; da frente da rua João Pinto até o Mercado; do córrego que passava entre as ruas São Francisco e Trajano; e da Fonte Grande, também estavam em péssimo estado. Exasperado, o denunciante desabafou:

> A falta de limpeza das ruas e dos pântanos que nelas se encontram e que algumas carradas de areia fariam desaparecer, são também prejudiciais à saúde, além do incômodo aos transeuntes. [...] porque não dizem ao presidente da Câmara Municipal que mande limpar as ruas em lugar de estar aformoseando o Largo Municipal para regalo e prazer do Sr. Wendhausen? Porque não lhe fazem ver que,

> quando há pouco dinheiro, emprega-se primeiro no que é mais urgente e com as sobras então se satisfaz a vaidade? (*O CONSERVADOR*, 07/08/1885).

Este personagem de que trata o denunciante anônimo do jornal *O Conservador*, era o Tenente Coronel André Wendhausen, um proeminente comerciante local, membro ativo do partido republicano e proprietário da Casa Comercial André Wendhausen & Cia., situada na rua do Príncipe n. 01B (atual rua Felipe Schmidt), esquina da Praça Barão de Laguna, também conhecida na época como Largo do Palácio.

Em sua prestigiada loja, Wendhausen comercializava fazendas, artigos de vestuário, perfumaria, armarinhos e ferragens. Na virada do século XIX para o XX, tornou-se armador e operador financeiro, atuando em parceria com bancos nacionais e estrangeiros. Sua biografia é relevante para a dissertação porque além de ter protagonizado momentos importantes da história política da cidade, inclusive como articulador político no processo de transição da monarquia para a república em Desterro, também está diretamente relacionado com a história privada da casa da rua Áurea, n. 37, tendo protagonizado litígios de propriedade e engendramentos por meio dos quais a transmissão da casa foi disputada juridicamente, no plano econômico; e socialmente, no plano simbólico.

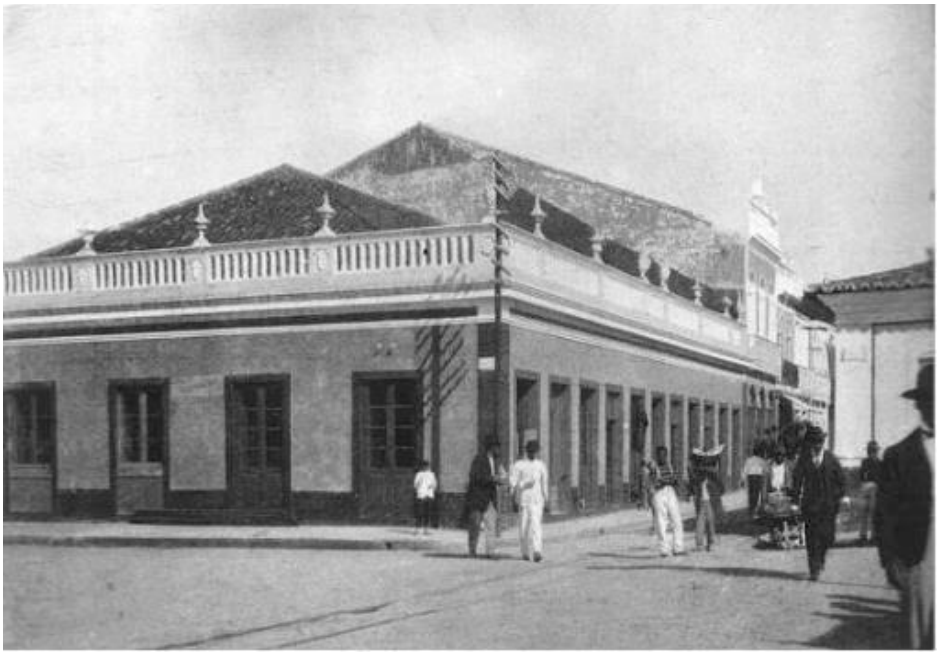

Figura 12 - Imagem do edifício onde funcionava a Casa Comercial André Wendhausen & Cia. (1900), situada na antiga rua do Príncipe n.01. Este comércio foi transformado, na virada do século XX, em uma agência do Banco do Comércio, instituição que também pertenceu a André Wendhausen e seus filhos. Atualmente no lugar deste edifício funciona uma agência da Caixa Econômica Federal, localizada em frente à Praça Fernando Machado, no centro da capital. Fonte: Acervo de imagens da Casa da Memória.

Nascido em Desterro, André Wendhausen (1850-1928) era proveniente de uma família germânica radicada na colônia de São Pedro de Alcântara/SC, desde meados dos anos 1830. Foi casado com Dona Maria Luísa (Häendchen) Wendhausen (1839-1901), com quem teve dez filhos. Juntamente com outros comerciantes, capitalistas, profissionais liberais e militares, da cidade, fazia parte da nova elite política e econômica que emergiu em Desterro a partir da década de 1880. Fez carreira militar e alçou ao posto de Tenente-Coronel do 1º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional em Desterro, nomeado em 1882 (*O DESPERTADOR*, 11/03/1882). Ao lado do irmão Germano Wendhausen, atuou como membro do Partido Liberal e do Clube Abolicionista de Desterro, fundado na sede do Clube 12 de Agosto, em 31 de março de 1884. Em 1891, candidatou-se a Deputado no Congresso Representativo de Santa Catarina e conquistou a suplência para a 1ª Legislatura (1892-1893). (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2018). Respondeu criminalmente, no ano de 1895, por suspeita de usar a sua patente militar no apoio ao levante das tropas federalistas, instaladas na capital catarinense, em 1893.

Com a Proclamação da República, ocorrida em novembro de 1889, os ânimos na política local se acirraram. Velhas rusgas entre membros dos partidos do Império (Conservadores e Liberais) e integrantes do recém-criado Partido Republicano Catarinense, fundado em 1885, suscitaram as disputas por cargos e posições representativas na cena política. Neste contexto de reposicionamento das lideranças políticas em Santa Catarina, André Wendhausen pode ser compreendido como um típico representante local das articulações, tensões e conflitos que marcaram a instauração de uma nova ordem política e administrativa em Santa Catarina. Apoiador declarado de Eliseu Guilherme da Silva, líder do Partido Liberal Catarinense, ajudou a compor e fez parte da comissão diretora que formou o Partido da União Nacional, sendo acompanhado por personalidades conhecidas da cena política da Província como Manoel José de Oliveira, ex-líder do Partido Conservador, Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Dr. Duarte Paranhos Schutel, Germano Wendhausen, Saturnino de Souza Medeiros e Luís de Oliveira Carvalho. Em franca oposição aos republicanos, os unionistas lançaram seus próprios candidatos para as eleições federais, mas foram derrotados. Assim:

> O acirramento das disputas entre os membros do Partido Republicano e do Partido da União Nacional deu vazão a muitos ressentimentos que abriram espaço para os conflitos da Revolução Federalista e para a mudança do nome da capital de Desterro para Florianópolis (NECKEL, 2013, p. 17).

Este advento republicano que na sua gênese fomentou tensões, composições e até conspirações resultou, por fim, na acomodação dos seus protagonistas: homens assentados em

um sistema clientelista, baseado no compadrio, e que não tiveram dificuldade em buscar saídas individuais que resultaram na reconfiguração da vida política e social em Santa Catarina. “Triunfaram nos novos enredos, os ideários do progresso e civilização e suas referências europeias” (CHEREM, 2001, p. 297). Referências estas, que segundo Rosângela Cherem, afetaram as sensibilidades, os interesses coletivos e as relações sociais na capital catarinense. A partir de então, as novas demandas, apontando para um alinhamento com os padrões sociais burgueses, favoreceram o consumo, a segurança e o conforto. Era o sonho de progresso e civilização que aportava no “horizonte de expectativas” das elites dominantes da então cidade de Florianópolis.

As características que marcaram, ideologicamente, o novo regime foram paulatinamente assimiladas pela sociedade por meio de uma construção retórica encarregada de afirmar as identidades republicanas, destacar as diferenças entre o antigo e o novo e organizar os novos símbolos e posturas que atuariam para alicerçar a nova ordem. Vale destacar que, em 15 de novembro de 1889, o governo instaurado ainda não contava com símbolos que o definissem. Segundo Carlos Humberto Corrêa (2004, p. 252), em Florianópolis, nas comemorações pela “vitória” republicana, cantou-se a Marselhesa e hasteou-se a bandeira do Partido Republicano.

Em dezembro do mesmo ano, um decreto municipal tratava de alterar o nome das principais ruas da antiga Desterro, substituindo denominações, antes associadas às práticas cotidianas e valores monárquicos, por símbolos e nomes de personagens que representavam a causa republicana. Foi por meio deste decreto que a rua Áurea, por exemplo, passou a se chamar rua Visconde de Ouro Preto, e o Largo Municipal, localizado no alto do Mato Grosso, recebeu o nome de Praça XVII de Novembro, em referência ao dia em que as lideranças políticas de Desterro reconheceram, oficialmente, a República em Santa Catarina.

O processo de escalada de André Wendhausen no cenário político foi acompanhado de notável projeção econômica e social deste personagem de ascendência germânica. Sua emergência pode ser representada, segundo as expectativas da época, pela decisão da família de transferir sua moradia da região central da cidade para o arrabalde do Mato Grosso. Assim como outras famílias que vinham experimentando uma crescente melhora de suas vidas financeiras, os Wendhausen acompanharam o deslocamento daqueles que tinham condições de deixar a “insalubridade” do centro, para habitar em casas mais espaçosas e disfrutar dos bairros bucólicos que margeavam a cidade.

Assim, em 1882 André Wendhausen mudou-se com a família da antiga rua da Paz (atual Jerônimo Coelho), no centro da cidade, para o bairro Mato Grosso, onde passou a viver

em residência alugada. O referido imóvel, situado na rua Áurea, n. 37, localizava-se bem próximo ao edifício do Ateneu Provincial[11], em frente ao Largo Municipal, e condizia, justamente, com a casa que pertencera a Dona Anna Francisca e que desde a sua morte, em 1877, vinha sendo objeto de disputa por sua transmissão, travada entre os legatários da propriedade e o testamenteiro da falecida, o Major Antônio Ramos Nunes.[12]

Coincidência ou não, a mudança de Wendhausen para o Bairro, condiz com um período em que este começava a se modernizar, contando com serviços de transporte público, ampliação de ruas, construção de praças, e conforme nota do denunciante de *O Conservador*, (07/08/1885), "com serviços de embelezamento e limpeza pública".

Em 1883, após encerradas as atividades do Ateneu, o governo provincial ainda procedeu com outra construção: a do Instituto Literário e Normal; porém, em 1888, este Instituto foi designado a mudar as suas instalações do Mato Grosso para o Centro da cidade, onde passou a ocupar o antigo prédio do Quartel da Força Policial, situado nas imediações do Largo do Palácio. O quartel, por sua vez, transferiu-se para o prédio do Instituto, situado no Mato Grosso, onde permanece até os dias atuais. Essa mudança provocou imediatas discordâncias da população local, menos pelo fato do Colégio ter sido transferido para o centro, do que pelo quartel ter se deslocado para o arrabalde, distanciando-se das ocorrências que demandavam a presença policial na região central, "onde a vida urbana se intensificava" (*A REGENERAÇÃO*, 16/02/1888).

---

[11] O Ateneu Provincial, importante colégio de educação mista, era, na ocasião, a única escola secundária de instrução pública em Santa Catarina e uma rara unidade com ensino científico no Brasil Imperial. Funcionava em uma chácara que atualmente, corresponde a uma parcela da Praça Getúlio Vargas e área do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina. Administrado pelo governo provincial, este colégio funcionou na região do Mato Grosso nos de 1874 a 1883, quando foi demolido e teve parte da sua área doada para que se promovesse a ampliação do Largo Municipal, cuja conformação ainda se mantém, e para que a rua Áurea fosse estendida até o limite com a Travessa Capitão Paulino (atual Av. Rio Branco). Antes do prolongamento da rua Áurea, o Largo Municipal ocupava menos da metade da área que corresponde atualmente à Praça Getúlio Vargas, isso porquê, a outra parte era ocupada pelo Colégio.

[12] Sobre esta propriedade, a testadora determinou que o resultado da sua venda, fosse distribuído entre quatro parentes seus, de 2º grau, sendo resguardados 2:000$000 (dois contos de réis) a serem doados ao Imperial Hospital de Caridade de Desterro. Determinou ainda que, a casa fosse negociada em hasta pública pelo melhor valor ofertado, sendo seu produto distribuído aos nomeados herdeiros, listados da seguinte forma: "Dona Rita Graciana, Dona Maria de Araújo, Dona Justina de tal (afilhada de batismo de seu finado marido) e José da Cunha (Cego) (Cfe. TRASLADO DOS AUTOS DO INVENTÁRIO DE D. ANNA FRANCISCA DA COSTA E SILVA, 1877 – 1883)".

Figura 13 - Edifício do Quartel da Força Policial instalado no Mato Grosso em 1888 (2019). Em primeiro plano a Casa e a representação do que restou da antiga alameda de palmeiras. Fonte: Acervo fotográfico da autora.

Quando Dona Anna Francisca da Costa e Silva faleceu, em fevereiro de 1877, deixou um longo testamento ditado dois meses antes da sua morte. A leitura do documento enriquece a imaginação e dá pistas das relações humanas e dos valores estabelecidos no interior da casa comandada por esta velha senhora, que vivia na companhia de dois idosos libertos, quatro jovens escravas e duas crianças livres. Em Desterro, a mulher levava uma vida discreta, dedicada à caridade e às obrigações religiosas. Seus bens foram distribuídos entre amigos, afilhados, e parentes de segundo grau. Também destinou uma quantia significativa para doação aos órfãos necessitados e para as cinquenta pessoas mais pobres da cidade, "preferindo as viúvas que viviam honestamente". Os desejos expressados por Dona Anna Francisca ao indicar os seus legatários, dão conta da relação que esta senhora estabeleceu com os seus criados e com o restrito círculo de pessoas com as quais conviveu no final da sua vida.

O espólio de Anna Francisca da Costa e Silva, foi lavrado e atestado em 12 de dezembro de 1876, pelo tabelião do 1º Ofício de Notas, Juvêncio Duarte da Silva. Nele, além de muitas joias, artigos finos de uso pessoal, utensílios domésticos, pratarias e cerca de 25:000$000 (vinte e cinco contos de réis) em apólices do Banco do Brasil e da Província da Corte do Rio de Janeiro, estavam incluídas, duas residências: um sobrado, sito à rua Santa Christina, no Bairro da Glória, cidade do Rio de Janeiro; e a casa de chácara onde vivia, situada à rua Áurea, n. 37, no Bairro Mato Grosso, em Desterro.

Foi pela leitura dos autos do testamento de Anna Francisca, que se descobriu a primeira relação de André Wendhausen com a referida casa. O documento informa que em

1882, o negociante era inquilino do imóvel, com contrato mediado pelo próprio inventariante, Major Antônio Nunes, provido de poderes para realizar tal transação. O processo não esclarece, mas é possível supor que, estando a par do interesse dos legatários de encerrar a partilha do bem, cujos trâmites já duravam cerca de cinco anos, e tendo ele, total interesse em adquirir a residência antes que ela fosse ofertada em "hasta pública", conforme desejo da testadora, André Wendhausen tenha se disponibilizado a resolver a questão efetuando ele mesmo, uma proposta de compra. Constituído de poderes para representar os interesses dos herdeiros, passou a tratar do negócio diretamente com os mesmos, ignorando os poderes do inventariante que prontamente protestou por meio de nota pública, alegando serem as tratativas ilegais, já que ele, o inventariante, seria o único e legítimo responsável "pela transmissão desse imóvel, não tendo os seus supostos donos, domínio para vendê-la" *(O DESPERTADOR,* 09/08/1882).

A contenda pela posse da casa foi então travada entre o testamenteiro e o procurador, constituído pelos herdeiros, e durou pouco mais de um ano. Foi intensa e não se restringiu aos tribunais, figurou com ampla troca de acusações e ofensas também nas páginas dos jornais de Desterro. Enquanto os termos e discordâncias alimentavam os autos do processo, o confronto repercutia na cidade, reverberando, aos olhos da sociedade local, as divergências entre os protagonistas dessa disputa que faziam questão de torná-las públicas usando para isso, o poder da palavra escrita[13].

Determinado a levar às últimas consequências a anulação do negócio, Antônio Nunes apresentou pedido de impugnação da declaração de posse do imóvel, alegando que o procurador/comprador, André Wendhausen, teria efetuado uma negociação ilícita, levada a efeito de "forma compadresca e particular", o que desrespeitava a vontade solene da testadora que, em vida, recomendou que o imóvel fosse ofertado em "hasta pública". Em extensa nota pública, o major fez questão de comunicar a ação tomada e as razões para tal. Aproveitando o espaço do jornal, conclamou a opinião popular a formar juízo acerca de tais "questões de direito e justiça" (*O DESPERTADOR***,** 26/08/1882).

Em reação à investida do testamenteiro, André Wendhausen também entrou com ação judicial na qual solicitou a prestação de contas de todo o dinheiro arrecadado pelo major com os aluguéis da casa, e que o denunciante alegava nunca terem sido repassados aos seus

[13] Cabe ressaltar que na disputa travada nos jornais, os litigantes recorriam a impressos politicamente divergentes: enquanto Antônio Nunes realizava as suas "publicações a pedido" no jornal *O Despertador,* de viés conservador; André Wendhausen retorquia as investidas do inventariante por meio do jornal liberal, *A Regeneração.*

verdadeiros beneficiários. Assim como o seu oponente, também publicou longa nota onde se propôs a expor a "ordem dos fatos" para que novamente a "opinião pública, na condição de juiz reto e imparcial", proferisse o seu julgamento (*A REGENERAÇÃO*, 29/08/1882)[14].

Ao que parece, a opinião pública que tanto preocupava os litigantes estava atenta às reviravoltas do processo, tomando conhecimento dos fatos pelas publicações dos próprios protagonistas. Enquanto Antônio Nunes não se furtava em vir a público defender a sua honra das acusações que lhe imputavam "o Sr. André e seus apaniguados", entre as quais, de que estaria interessado em se locupletar dos aluguéis recebidos; o outro, André Wendhausen, se defendia da pecha de aproveitador, alegando que o testamenteiro não tinha interesse em dar por encerrada a venda da casa, para não ter que efetuar as tais prestações de contas. Das disputas e trocas de acusações que se pôde acompanhar nas páginas dos jornais daquele período, foi possível perceber que, para além das desavenças de ordem jurídica, prevaleciam fortes animosidades políticas entre os oponentes, ambos, membros ativos no coletivo dos seus partidos políticos, sendo um do partido conservador e o outro do partido liberal.

Foi curioso observar como esses atores sociais utilizaram o meio impresso como espaço de defesa e convencimento acerca da legitimidade das suas causas. Por meio da imprensa e da palavra escrita se faziam representar na cena pública e a julgavam tão poderosa que ambos chegaram ao ponto de apelarem aos seus leitores, para que pautassem as suas opiniões na imagem, reputação e papéis desempenhados por cada um deles naquela sociedade. Na busca pela simpatia da opinião pública, os adversários se declaravam vítimas de interesses egoístas, hipócritas e dissimulados do seu respectivo opositor. Sempre exaltando em si um ideal moral e social que faltaria ao outro, lançavam a estratégia da desqualificação, no intuito de desencorajar manifesta simpatia do espectador/leitor na interpretação dos fatos e atitudes expostas ao público.

Este recurso corrobora a percepção da historiadora Marialva Barbosa (2010) de que, as disputas prosaicas nas páginas dos jornais do século XIX decorrem de uma tradição que carrega consigo traços de oralidade, evidenciadas na forma e no conteúdo das informações, indicando terem sido produzidas para um significativo público iletrado, que realizava a apreciação coletiva do jornal nas praças e espaços públicos – em voz alta, quem sabe? –, onde poderiam ser lidos, ouvidos, comentados e interpretados em grupo. Para Barbosa, as disputas

[14] Os extensos embates escritos podem ser acessados na íntegra nas páginas dos jornais: *O Despertador*, de 09/08/1982; *A Regeneração*, de 10/08/1882; *O Despertador*, de 26 /08/1882; *A Regeneração*, 29/08/1882.

políticas tiveram um papel preponderante para que as trocas de informações saíssem do espaço privado para ocupar a cena pública (BARBOSA, 2010, p. 45).

A polêmica da compra da casa revelou um jogo de poder intrincado entre dois atores gozando de uma equivalente influência social, no entanto, mesmo neste caso, foi possível perceber que a balança do clientelismo e do compadrio favoreceu aquele que detinha maior poderio econômico e capital político. Foi na esteira dessa lógica interpretativa que os meandros dessa disputa e o seu desfecho foram compreendidos. As reverberações observadas, tanto no processo, quanto nos jornais, revelaram traços da dimensão social do período, e deixaram transparecer trajetórias, relações de classes e lugares sociais que, embora diluídos na agitação da vida cotidiana, puderam ser reunidos para a construção dessa história.

A disputa jurídica e pública travada entre os litigantes pela posse da casa da rua Áurea se estendeu até meados de 1883 quando, em definitivo, foi proferido despacho em favor do comprador. Desde então, o comerciante se estabeleceu com a família no bairro Mato Grosso, onde viveu até a sua morte, em 1928. Quanto à casa, sabe-se, por meio de registros produzidos pelos escritores florianopolitanos, Virgílio Várzea e Renato Barbosa, que nela o novo proprietário empreendeu intensa reforma, provavelmente com a intenção de atender às posturas de 1890 e adaptá-la aos gostos civilizados da sociedade emergente.

Coincidência ou não, a mudança de Wendhausen para o bairro, condiz com um período em que este começava a se modernizar, contando com serviços de transporte público, ampliação de ruas, construção de praças, e conforme nota do denunciante de *O Conservador*, (07/08/1885), "com serviços de embelezamento e limpeza pública".

O edifício foi mantido em propriedade da família Wendhausen até 1933, quando o empresário suíço do ramo farmacêutico, Alfredo Hablitzel, o comprou do filho e inventariante do Coronel André, o empresário Paulo Roberto Wendhausen. Naquele mesmo ano, segundo projeto de reforma n.1665, aprovado na secretaria de obras da PMF, o imóvel seria submetido a uma nova reforma que, embora não o modificasse estruturalmente, pretendia fazer acréscimo de cômodo que não se concretizou. O acesso a esse projeto permitiu a apreensão detalhada acerca da compartimentalização deste imóvel, adotada ainda na reforma do século XIX (ver anexo A, figuras 27 e 28).

O que se observa na composição desta casa e que provavelmente foi planejado na reforma empreendida na década de 1890, é um grande desejo de harmonizá-la com os projetos de uma residência burguesa, especialmente, pela adoção de uma divisão que buscava definir novos compartimentos, permitindo que as atividades da vida cotidiana pudessem

acontecer em cômodos especializados. Enquanto a biblioteca, a sala de visitas e a sala de jantar foram enfatizadas, situando-se na parte da frente, com dimensões maiores e mais arejadas, aquelas destinadas à intimidade (quartos) e aos serviços domésticos e higiene pessoal alocaram-se nos fundos ou foram transferidas para o andar superior – no caso dos quartos – e assim, desconectados do espaço de circulação de visitantes.

Originalmente, o acesso à casa se dava por duas entradas, uma em cada extremidade da fachada. Atualmente, apenas a entrada social é mantida e o acesso permanece o mesmo que era no passado: pelo lado direito do edifício, através de uma entrada lateral onde, cruzando-se um portão de ferro e subindo uma escada de poucos lances, se ascende a um extenso corredor com cobertura sustentada por colunas e guarda-corpo em ferro forjado delicadamente decorado. No passado, é possível que este alpendre também fosse decorado com lambrequins, representando o modismo do século XIX.

No terreno amplo desta casa, constituída como uma sede de chácara, ainda no período colonial, luz e ventilação nunca foram um problema, realidade diferente da observada em outras estruturas, em geral geminadas, que compõem o casario situado na área mais central da cidade. O grande diferencial desta casa, portanto, é a elevação em relação à rua, os cômodos hierarquicamente organizados, e a separação das entradas sociais e de serviço, evidenciando soluções que no passado, buscavam oferecer aos moradores, maior privacidade.

Figura 14 - Imagem da casa quando ainda era uma residência familiar. Chama a atenção, a entrada lateral do lado esquerdo, a qual estima-se, ter sido destinada a um acesso menos formal. Atualmente essa entrada acha-se interditada e o gradil de ferro que decorava a fachada foi substituído por um muro. Fonte: Acervo do Professor Walter Piazza, IDCH (década de 1950).

Figura 15 - Entrada social da casa. Na imagem evidencia-se o portão de ferro e a escada que dá acesso ao corredor. Ao lado, remanescente do ladrilho que decora o piso do alpendre. Fonte: Acervo fotográfico do IDCH (2016).

No primeiro pavimento, projetado em L, um pequeno vestíbulo distribui os fluxos da casa dando acesso às áreas sociais, bastante valorizadas em termos de espaço e iluminação, e representadas pelas salas de visitas e de jantar, conectadas entre si, e pela biblioteca. Seguindo por um corredor chega-se ao que corresponderia às áreas reservadas: uma escada à frente, leva ao segundo pavimento e parte mais íntima da casa; e aos fundos, em um segundo compartimento, planejado como uma espécie de anexo, segundo planta baixa, de 1933, acha-se o que um dia correspondeu ao setor de serviços: copa, cozinha, despensa, dois quartos e o único banheiro da residência, situado na parte mais ao fundo do edifício. Não é possível inferir o uso atribuído ao porão, área que sustenta toda a estrutura da casa – setor social e de serviços – e que contempla uma área espaçosa com 2,20 metros de altura. Outra solução bastante representativa de uma casa projetada para atender a diferentes regras de convivência, é a entrada verificada nos fundos, de frente para o pátio principal. Os três acessos da casa e a configuração que mais se aproxima daquela planejada por André Wendhausen, no final do século XIX, podem ser verificados em planta da casa, de 1933, disponibilizada no Anexo A, figuras 27 e 28, no final deste trabalho.

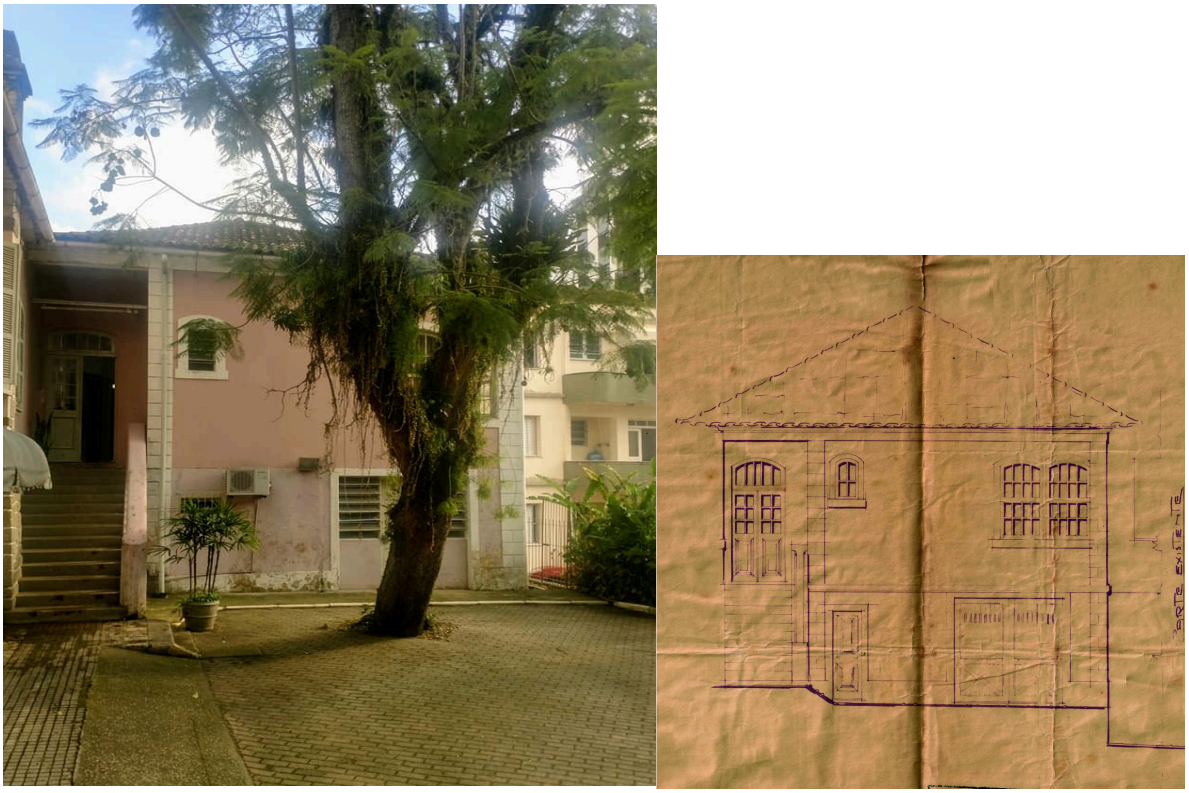

Figura 16 - Entrada por onde se acessa a área social da casa. Ao lado, fragmento da planta de 1933, que demonstra que o compartimento não foi modificado. Fonte: Acervo fotográfico do IDCH (2016); Projeto de reforma n.1665 (SMDU).

Já foi dito que a virada dos séculos XIX para o XX, em Florianópolis, foi marcada por um profundo desejo de modificação nas condutas, manifestação que também pode ser definida pelo investimento progressivo no polimento dos hábitos sociais e na melhoria das condições de vida e de higiene. No entanto, foi a ênfase na privacidade que transformou a casa em um espaço da família nuclear, onde os visitantes eram recebidos com certa formalidade e a convite, e os membros da família alocados em espaços condizentes com a idade e com o gênero. A noção do privado é reforçada pela criação de *halls* e corredores destinados a fazer a distribuição das dependências e preservar a intimidade dos quartos e cômodos reservados aos moradores, exercendo a função de delimitar as áreas públicas e privadas do lar. "A zona destinada ao estar da casa burguesa transformou-se na parte mais bem cuidada tanto do ponto de vista arquitetônico quanto decorativo. Era o local onde se exibiam a riqueza, a opulência e a educação da família aos convivas" (HOMEM, 1996, p. 27).

Assim, a residência familiar ocupou lugar de destaque nesse movimento que definiu, por meio dos modos de morar, uma distinção social marcada pela adoção de padrões estéticos e pela reformulação dos interiores, passando-se a valorizar a racionalidade dos espaços como forma de atender às exigências de conforto, bem-estar, boas maneiras e higiene de famílias

que aprenderam a viver com estilo, e em consonância com os regulamentos urbanísticos que se tornaram prementes no período republicano.

As fachadas das residências ganharam protagonismo neste processo e por meio delas as famílias abastadas puderam manifestar uma ideia que salientava a extravagância da elite econômica do período: a imagem de que a forma exterior da casa deveria evidenciar o *status* social dos seus proprietários e moradores. Para atender a este quesito o imaginário do construtor não alcançou limites "foram introduzidos detalhes construtivos como sacadas com guarda-corpos trabalhados em ferro fundido, pilastras perfiladas, bandeiras e cantarias, mísulas adaptadas nas cimalhas, e as pesadas platibandas balaustradas" (VEIGA, 2010, p. 135).

Para Annateresa Fabris (1993), além de representativa, a arquitetura civil, no Brasil, também veio, nesse final de século, para atender ao caráter funcional dos ambientes e objetos, entendidos antes de tudo como um valor particular que se propunha a reunir conforto e estética. Isoladamente, as construções remetem a uma nova forma de inscrição no espaço urbano, "que deita raízes em ideais como magnificência, expressividade, monumentalidade com a intenção de glorificar uma ideologia ou uma classe" (FABRIS, 1993, p. 135).

A partir do século XX, novos esquemas construtivos dotaram as residências de serviços de água e esgoto, aperfeiçoaram a distribuição dos espaços, atentaram para a valorização da intimidade e engendraram soluções que garantissem luz e ventilação. A casa de porão alto, com espaços laterais, jardins, pátios, portões decorados de ferro fundido delimitando as entradas, social e de serviço, foi a grande inovação em Florianópolis e representou uma transição que sucedeu os "velhos sobrados e casas térreas amoldados à topografia e apertados uns aos outros" (VEIGA, 2010, p 135).

Todas essas mudanças, inspiradas nos modismos europeus, foram adotadas pelos construtores em Florianópolis que buscavam, a pedido dos seus contratantes, remodelar a feição das residências e ao mesmo tempo romper com os traços coloniais que as definiam. Assim, "o resultado dessas mudanças da paisagem urbana, através do Império e da Primeira República, foi uma cidade de fachadas mais dinâmicas e rebuscadas, abandonando as evidências coloniais e ecletizando-se" (VEIGA, 2010, p. 135).

Aliadas à adoção de componentes e repertórios estilísticos implementados na decoração das casas senhoriais, somam-se as iniciativas modernizadoras dos serviços urbanos da cidade. Durante os trinta primeiros anos do século XX foram implantados serviços de telefonia, abastecimento de água (1906), esgoto sanitário (1906 – 1913), iluminação pública

(1910), linhas de bonde (1906 – 1910) e novas opções arquitetônicas e de infraestrutura, como a construção da ponte Hercílio Luz (1924 -1926) que, impulsionaram o ritmo das construções civis na cidade (VEIGA, 2010, p. 137). Neste sentido, prevalece na imagem das casas de Desterro o arquétipo de uma nova classe urbana que emerge vinculada à República, e à ideia de progresso pela via da reformulação urbana.

1.3 REPRESENTAÇÕES DO URBANO: A FLORIANÓPOLIS QUE INGRESSA NO SÉCULO XX

No ano de 1900 o jornalista e escritor desterrense Virgílio Várzea (1863-1941) publicou a obra não ficcional *Santa Catarina: a ilha*, dedicada a descrever as especificidades e belezas naturais da Ilha de Santa Catarina. O livro foi produzido ao longo da última década de 1890, e publicado quando o autor se encontrava exercendo a profissão de escritor e cronista, na cidade do Rio de Janeiro.

Após percorrer quatro séculos de história em uma breve contextualização introdutória, Várzea se concentrou em descrever a sua cidade natal sob os auspícios da República. Dividiu o seu livro em doze capítulos nos quais retratou os aspectos urbanos e rurais da Ilha de Santa Catarina e as especificidades culturais da sua população: descreveu com riqueza de detalhes a geografia da cidade e situou bairros, arrabaldes, freguesias e arraiais; assinalou as ruas e praças mais importantes; identificou o comércio e as principais indústrias; retratou a paisagem edificada; listou as instituições mais importantes; apresentou os festejos e procissões; e ainda recontou fatos e curiosidades.

Valendo-se de um recurso descritivo, Várzea se concentrou no registro empírico da realidade da cidade como ele a percebia. Sem valorizar a imaginação, seu projeto tinha, notadamente, a intenção de apresentar a capital catarinense e o Estado de Santa Catarina como um ente federativo em franco desenvolvimento e alinhado com as novas exigências culturais e sociais que a República clamava:

> (...) vindo o regime definitivo da República, transformador das coisas passadas, – mudar a antiga província em Estado Federativo – Santa Catarina adquiriu outro aspecto, outra fisionomia, desenvolvendo-se e progredindo mais, neste último decênio, que durante os sessenta e sete anos experimentados como província do Império (VÁRZEA, 1972, p.15).

Nas palavras do escritor, a chegada do novo regime representava não apenas o estabelecimento de uma nova ordem política para o Brasil, como também um ponto de ruptura com o passado rústico e arcaico que o Império representava. As diferenças entre o

novo e o antigo precisavam ser ressaltadas e novos símbolos e posturas deveriam ser, de alguma maneira, valorizados. Nessa perspectiva, a produção literária de Virgílio Várzea responde a uma série de questionamentos acerca do pensamento que se construía no período e que, para o autor, se achava inscrito nos lugares, "materializados tanto nos prédios públicos e privados, novos, reformados ou com funções modificadas, como nos novos nomes de ruas, largos e praças" (NECKEL, 2003, P. 20).

Para o especialista em gêneros narrativos brasileiros do período de 1890 a 1910, Leonardo Mendes (2014), as obras do autor catarinense apresentam marcantes "associações com a estética naturalista, ou com uma visão moderna, materialista e científica de mundo, no contexto da crise do sistema monárquico e dos primórdios da República (1880-1910) ". Mendes também acredita que a conjuntura da vida de Várzea em Desterro, possa ter exercido forte influência para que o escritor seguisse nessa linha narrativa. Entre muitas experiências, o pesquisador destaca a sua passagem escolar pelo Liceu Provincial, onde, provavelmente, teve contato com as teorias científicas do professor naturalista, Fritz Muller; as inúmeras viagens intercontinentais que realizou em companhia do pai, a bordo dos navios que este comandou; sua amizade com o médico higienista e Presidente da Província de Santa Catarina, em 1883, Francisco Luís da Gama Rosa; e as experiências literárias que vivenciou na cidade ao lado dos amigos Cruz e Sousa (1861-1898), Juvêncio de Araújo Figueiredo (1865-1927) e Oscar Rosas (1864-1925)[15].

O interesse na obra de Virgílio Várzea decorre, inicialmente, da busca por relatos e memórias dedicadas a retratar a cidade nos anos que se seguiram à Proclamação da República. Neste sentido, sem dúvida, o livro *Santa Catarina: a ilha,* tem sido uma reconhecida referência, utilizada por pesquisadores dedicados ao estudo da cidade e suas alusões à geografia e à etnologia da capital catarinense, atraídos também, pela habilidade discursiva do autor de capturar e reproduzir, com riqueza de detalhes, o objeto da sua atenção.

Em trabalho dedicado a compreender a construção de um texto literário descritivo, produzido por um cidadão anônimo da cidade de Montpellier, no século XVIII, na França, o historiador Robert Darnton (1988) utilizou um método investigativo que privilegiava esse tipo de narrativa. Na introdução do livro *O Grande Massacre de Gatos,* Darnton declarou não estar interessado em analisar o objeto descrito em si, mas a motivação e os caminhos mentais

[15] Em Desterro, Várzea participou da criação do movimento literário em oposição ao romantismo denominado "Guerrilha Literária Catarinense" (1882-1887); foi colaborador no jornal "A Regeneração", onde publicou muitos textos em parceria com Cruz e Souza; editou e dirigiu os folhetins "O Colombo", o periódico caricato "O moleque" e o jornal abolicionista "A Tribuna Popular".

que levaram o escritor a construir, discursivamente, o seu objeto de atenção. Pragmaticamente, Darnton estava interessado em saber como este objeto foi observado pelo autor, o que ele selecionou como relevante para descrever, e como descreveu:

> Nosso Montpellierene habitava um mundo diferente [referindo-se à cidade de Londres, descrita por Dickens], mas era, em grau correspondente, um mundo que ele construiu em sua mente, enquadrou numa estrutura mental e coloriu de emoção, mesmo sem ter o talento de Dickens para descrever o que sentia. (...). É tão problemático para nós ler a descrição do nosso autor como foi para ele escrevê-la. Cada frase expressa uma consciência estranha tentando ordenar um mundo que não existe mais. Para penetrar nessa consciência, precisamos concentrar-nos mais nos modos de descrever do que nos objetos descritos (DARNTON, 1988, p.143-144, grifos meus).

Assim como o escritor de Montpellier, Várzea se mostrou interessado em capturar toda a sua cidade, descrevendo-a em minúcias. Como um ex-membro da elite intelectual local, mostrou-se saudoso e orgulhoso da sua terra natal. A partir do seu lugar social, se dispôs a apresentá-la ao leitor escolhendo destacar o que ele considerava os seus melhores aspectos: belezas e potencialidades que ele representou em tom laudatório e elogioso. Descrição após descrição o escritor constrói a própria realidade da cidade, modelando-a e orientando-se segundo as suas próprias emoções e percepção de lugar (DARNTON. 1988, p. 143). Dos capítulos dedicados à *Capital* e aos *Arrabaldes*, foram retiradas informações relevantes acerca do bairro Mato Grosso e seu entorno, e da casa da rua Visconde de Ouro Preto, que ele demonstra ter conhecido.

Foi com entusiasmo que Virgílio Várzea apresentou Florianópolis àqueles que entravam em contato pela primeira vez com a pequena cidade que ele considerava "talhada para um grande destino" por sua semelhança situacional e de origem[16] "com a mais célebre cidade do mundo, Roma, a velha Babilônia latina, porque à maneira de Roma, foi regada com sangue ao nascer e assenta sobre sete colinas (VÁRZEA, 1984, p. 25)."

A voz que o escritor assume em seu texto revela as suas paixões e influências narrativas. Ao descrever a capital, inicia por oferecer uma generosa descrição do cenário marítimo da cidade, marca expressiva de suas obras em virtude, provavelmente, da relação com a profissão do pai, um comandante da marinha mercante brasileira. Em sua memória, percorre ruas próximas ao cais da Figueira e recupera "o cheiro sadio a pixe, a verniz coltar, a alcatrão, a estopa, a mialhar, a ferro *patent,* lona nova e cabo de cairo ou linho" e associa essa sensação, às experiências de um tempo passado que o faz lembrar navio e mar. Admite, porém, que "vista do mar, a cidade não impressiona bem, aos que a visitam pela primeira

[16] Referência ao massacre da família do bandeirante e colonizador Dias Velho, assassinados no povoado de Nossa Senhora do Desterro, por um grupo de piratas espanhóis, no ano de 1687.

vez", isto porque o cronista se mostra incomodado com a estética da cidade, "comprometida", segundo a sua opinião, "pela imagem das casinhas antigas, com os fundos voltados para fora", "defeito" que o observador atribui "à maneira como foi ela [a cidade] edificada de seus princípios, pois que, partindo do alto onde está a matriz para a beira-mar, as casas todas estenderam-se marcando o templo por frente, e isto até quase os últimos tempos da monarquia (p. 25, grifos meus)."

Entusiasmado com os símbolos e valores associados à novidade republicana, o escritor segue percorrendo textualmente as ruas da cidade "em geral retas, planas e bem calçadas. " Chama a atenção para as ruas que representam o centro comercial de Florianópolis – Altino Correia, João Pinto, Trajano e República –, e faz referência à notabilidade das casas comerciais Carl Hoepcke & Cia, e Ernesto Wahl & Cia., "ambas importadoras", salienta; a primeira: "é um depósito completo de toda sorte de gêneros e artigos importados diretamente das principais praças da Europa e conduzidos por uma frota de navios a vapor e a vela, em contínuas viagens transatlânticas entres aquelas cidades e Santa Catarina (p. 26)".

Cabe destacar que no período retratado por Várzea, Florianópolis havia desenvolvido uma espécie de burguesia comercial, de origem germânica, da qual fazia parte o nosso personagem André Wendhausen, e que se destacava por sua criatividade na indústria, no comércio e nas finanças.

A chegada do telégrafo em 1874 foi um marco decisivo para a emergência desse novo empresariado dedicado a modernizar as transações mercantis, bem como intensificar as relações comerciais de Desterro com outras praças estrangeiras, em substituição aos negócios puramente interprovinciais e realizados por meio da navegação de cabotagem. A importação de produtos, decorrente do aumento da navegação comercial de longo curso, promoveu a entrada de uma ampla variedade de artigos de alto valor agregado que fez com que as casas de comércios ganhassem um impulso na capital catarinense. É neste momento, portanto, que os comerciantes alemães começam a dominar o capital econômico, decorrente, entre outros negócios, da dinamização das atividades marítimas – importação e exportação – e da ampliação das redes de comércio (CRUZ, 2008, p. 72 -73).

Na virada do século XIX para o XX, grande parte destes capitalistas alemães, estimulados pelo desenvolvimento de uma indústria naval, abastecida por produtos e maquinários industrializados, se viram incentivados a mudar o seu capital do comércio de varejo, para os negócios de transporte marítimo que cresciam nas imediações da cidade. Este cenário de franco desenvolvimento econômico só viria a ser abalado, anos depois, com o

advento da primeira guerra mundial (1914-1917) e com a revolução de 1930, cujas campanhas nacionalistas afetaram sobremaneira as relações e os negócios das famílias alemãs em Santa Catarina.

André Wendhausen, por exemplo, além de tornar-se armador, apoiou-se numa ampla rede de operações financeiras representando comercialmente bancos e empresas nacionais e estrangeiras. De acordo com Karina Martins da Cruz (2008, p. 82-84), as propagandas de serviços prestados pela firma "André Wendhausen & Cia" atestam a sua ligação com diferentes escritórios financeiros e revenda comercial, especialmente entre os anos de 1909 e 1918: como correspondentes bancários os Wendhausen se diziam habilitados para realizar operações em qualquer praça da Europa, América do Norte, Rio da Prata e Brasil, além de atuarem como agentes marítimos com trapiche de atracação de vapores, navios e armazéns de cargas, também eram representantes de venda dos automóveis Overland (Willis), e operavam na cobrança de ordenados, contas nas repartições públicas, retiradas na Caixa Econômica, juros de apólices e dividendos, aquisição de quaisquer materiais para empresas industriais, redes de água e esgoto, instalações elétricas

Continuando a sua trajetória pela cidade, Várzea presta-se a dedicar a sua atenção ao "movimento industrial de Florianópolis" que, "embora pouco apreciável e pequeno, se comparado a Joinville e Blumenau", vinha sofrendo, naquele presente, "certo impulso, com a fundação de novas oficinas e fábricas" como fundição de pontas de Paris, pertencente à casa Carl Hoepcke & Cia, que vinha empregando grande número de operários; as fábricas de preparar peixe em lata; e as cervejarias de Daniel Drapp e a de Antônio Freyesleben, que exportam o seu produto para as circunvizinhanças e localidades do sul do Estado (VÁRZEA, 1984, p.32). Aqui, vemos a intenção do escritor de demonstrar o potencial empreendedor da gente catarinense, para além do destaque que já havia sido dado às atividades de navegação, importação e exportação de farinha de mandioca, amendoim, couro, café, ovos, melado e banana.

As simpatias que Virgílio Várzea assume em cada página da sua produção, e que ele vai construindo como se estivesse caminhando pela cidade, dão conta das suas filiações institucionais e da posição social que ele ocupava naquela sociedade. Em meio a muitas construções modernas ou recentemente reformadas para atender aos novos padrões estéticos, em consonância com os símbolos e projetos republicanos, o catarinense optou por destacar, como as mais ornamentais: o Palácio do Governo e edifícios adjacentes; a Capitania dos Portos, onde atuou como secretário; a Secretaria de Governo; a Prefeitura de Polícia; o Palacete do Congresso; a Alfândega; o Quartel do Exército; o Quartel do Corpo de Segurança;

o Hospital de Caridade; o Hospital Militar; o Hospital da Marinha; o Novo Mercado; o Palacete da Superintendência Municipal; e o Ginásio Catarinense. Sobre o Palácio do Governo, recentemente remodelado, escreveu:

> O Palácio, que era um vasto casarão antigo, de forma ancestral e pesada, com grossas paredes de fortaleza e largas janelas espaçadas, acha-se hoje completamente transformado num interessante edifício de estilo coríntio, modificado pela ornamentação moderna das melhores construções atuais do Rio de Janeiro. Todo de platibandas, tem a culminá-lo aos cantos estátuas simbólicas, isoladas ou em grupos, entre as quais se destacam, na fachada da frente, à direita, a figura de Mercúrio, representando o comércio e à esquerda a de Anfitrite, sintetizando a feição marítima do Estado (p. 30)[17].

Ao se deter sobre a vida das famílias mais abastadas de Florianópolis que, na virada do século, dominavam a vida social e cultural da cidade, o escritor destaca como símbolo de sua distinção os seus modos de morar. Em seu relato, apresenta um panorama arquitetônico da cidade, bastante diferente daquele que os relatórios provinciais propalavam nos tempos do Império e que ainda se orientavam por posturas coloniais. Era como se o alvorecer do novo regime tivesse virado a página da precariedade, associada ao antigo regime, e inaugurado um novo cenário urbano, "asseado, sossegado e florido", habitado por uma população "higiênica e civilizada".

Na sua construção narrativa, Várzea detém a sua atenção nos arrabaldes e bairros "aristocráticos da cidade" que para o autor, além de reunirem linda "paisagem e quadros naturais", concentravam o maior número de construções de alto padrão: "vivendas e chácaras elegantes e da mais variada arquitetura, desde o *chalet* de modelo suíço à casa de estilo alemão, acomodadas ao clima tropical, com avançados à frente ou do lado (p. 38) ".

O nosso escritor enumerou algumas dessas construções "esteticamente admiráveis", iniciando por aquelas situadas em "um dos mais belos arrabaldes de Florianópolis, senão o mais belo", que para Várzea, era a Praia de Fora, "correspondente para os catarinenses ao que era Botafogo para os habitantes da Capital Federal":

> Podemos enumerar dessas construções, cujo padrão moderno é da maior parte das edificações da Praia de Fora, os palacetes Schutel, Fialho, Vilela, Alves de Brito, Trompowsky e Pamplona, à Rua Esteves Júnior, que começa no alto da Rua Álvaro de Carvalho e termina no Largo Lauro Muller. (...) Como estes, salientam-se ainda, por seu luxo e valor arquitetônico, à Rua Bocaiuva junto ao litoral – o *chalet* Cogoy e as casas Vinhas, Hoepcke, Hackradt, Wahl e Paranhos, esta última singular por sua forma artística, e de um grande ar histórico de castelo renano, sobrexcedendo às outras nos seus altos torreões ameados, com espigões em flecha (p. 38).

[17] Ver ANEXO C figuras 33 e 34 (Palácio do Governo antes e após a reformulação com a implantação da república) .

Contíguo à Praia de Fora, Várzea apresentou "o agreste, mas aprazível arrabalde do Mato Grosso", constituído por extensas e pitorescas ruas, sendo a principal "aquela que nasce no Largo XVII de Novembro e vai findar ao de Benjamin Constant" – ruas Áurea e Mato Grosso no tempo do Império – "e que ligando-se com as ruas Dr. Rolla e José Veiga, formam, pelo acesso à rua Bocaiúva até a Praia de Fora, as duas ruas mais extensas de Desterro":

> Nessas ruas estão situadas as melhores chácaras (e não propriamente palacetes, como no primeiro dos bairros citados) do Mato Grosso. São notáveis, entre muitas outras, as casas de construção moderna ou recentemente reformada, dos irmãos Wendhausen, o quartel do Corpo de Segurança, as vivendas Eloy e Livramento, os elegantes *chalets* Carneiro e Veiga, verdadeiros e confortáveis *cottages* de campo europeus, pelos seus encantadores jardins, hortas, pomares e vastas pastagens verdíssimas, onde pascem tranquilamente, ao lado de suas crias, as pequenas vascas "crioulas" ou grandes vacas de raça (p. 39, grifos meus).

Ao apresentar esses cenários idílicos e seus encantos naturais e arquitetônicos, o escritor persuade, discursivamente, o leitor, a considerar que "a vida catarinense desliza[va] venturosa". Suas escolhas narrativas são compatíveis com as contingências específicas do seu meio, no contexto de uma cidade em transformação, e a opção por obliterar certos espaços e formas sociais de existência urbana, especialmente aqueles que traziam, na visão do autor, os traços da insalubridade e da pobreza, reafirmam a ideia de que o imaginário social da cidade é construído pelos diferentes olhares e discursos que são lançados sobre ela, e que possibilitam a criação de um sem número de realidades aparentes que se afirmam ou transformam, segundo as sensibilidades e experiências compartilhadas no tempo e no espaço (PESAVENTO, 2002).

Naquele final de século, os novos paradigmas culturais, alicerçados na modificação dos espaços e modos de viver urbano, ditaram as regras das relações sociais e acentuaram distâncias ainda não vivenciadas em Florianópolis. O afastamento das famílias abastadas – fenômeno implícito na obra de Várzea, nos capítulos "A capital" e "Os arrabaldes" –, pode ser entendido como um elemento evidente das mudanças de posturas e comportamentos sociais que "reforçaram as diferenças entre os vários setores que formavam a população florianopolitana" (NECKEL, 2003, p. 51).

A contribuição destes relatos para a construção do objeto deste trabalho está assentada na ampliação das possibilidades interpretativas das imagens e experiências vividas na cidade. Metodologicamente, a dissertação não está alheia às subjetividades que a memória contida nas formas literárias tende a comportar neste sentido, a autora parte de um discurso sobre o "real", sustentando-o por meio de um conjunto de registros da cultura material – documentos, fotografias, edifícios, paisagens –, para em seguida constituir os subsídios adequados para a

construção de uma nova reflexão, agora, incorporada das demandas e valores do seu tempo.

Assim como em Várzea, outra obra literária permeada das lembranças do seu autor, o catarinense Renato Barbosa (1979), é acolhida na dissertação como fonte de abordagem da imagem e do imaginário urbano de Florianópolis nas primeiras décadas do século XX.

Natural da cidade de Florianópolis, Renato de Medeiros Barbosa nasceu em, 18/08/1902. Durante a vida exerceu a profissão de advogado, jornalista e professor no curso de direito da UFSC. Exerceu mandato de Deputado Estadual de Santa Catarina entre 1935 e 1937. Era membro do IHGSC e amigo bastante próximo de Oswaldo Rodrigues Cabral, a quem dedica, *in memoriam,* o livro *O Garoto e a Cidade*, obra ficcional com passagens autobiográficas em que Barbosa retrata a sua infância e juventude na Florianópolis dos anos 1920.

Recorro às suas memórias de infância e adolescência de Renato Barbosa, no intuito de percorrer cenários, revisitar espacialmente a cidade e obter revelações acerca da existência social que animava os projetos da capital catarinense, em princípios do século. As experiências, impressões, vivências e convivências de Barbosa, nesta narrativa, o colocam em uma posição múltipla na obra: como personagem, percorre as ruas, explora os espaços, reconhece e descreve as formas arquitetônicas; como observador, abarca as sensibilidades, atribui sentido ao que vê e traduz as vivências citadinas; e como narrador, seleciona, qualifica o mundo e cria a sua versão do real.

Suas descrições dão boas contribuições para a construção do objeto da pesquisa. Logo nas primeiras páginas, enquanto versa sobre recordações dolorosas que remetem à perda do pai, retrata e tece impressões sobre o Mato Grosso, local de onde partiu, nas imediações da Praça XVII de Novembro, para a sua aventura afetiva pela cidade. A data, nem sempre é precisada pelo autor, mas um cruzamento com acontecimentos e faixa etária dos personagens reais referenciados, ajudam a situar a obra e as informações nela contidas.

As representações urbanas produzidas por Renato Barbosa conferiram nova existência à velha casa da rua Áurea – renomeada rua Visconde de Ouro Preto nos projetos da república. Sobre ela o autor nos revela, a partir do olhar do pequeno Silvio, personagem fictício que reviveu as memórias produzidas por Barbosa, aspectos ainda desconhecidos dos já descritos e imaginados neste trabalho. Em certo trecho do livro, enquanto o menino era levado pelas ruas do Mato Grosso “em carro puxado por dois lentos cavalos baios”, o narrador descreve as casas que ele vai reconhecendo pelo caminho:

> E o carro rodava, rodava...

> A casa de seu Germano Wendhausen, com a chácara, onde Sílvio tanto brincava com Germaninho. Ali, a mansão do Coronel André, ladeada por extensa e simétrica ala de palmeiras imperiais. Edificação sem estilo algum, mas que toda gente dizia, e de boca cheia, que aquilo era construção colonial (BARBOSA, 1979, p. 7).

Este relato é muito relevante porque nele fica subentendido que a arquitetura da casa remontava aos tempos coloniais. Se era, já não se podia afirmar, mas segundo o narrador, "era coisa que toda a gente dizia", embora os traços não revelassem mais aquele estilo. Essa informação reforça outra, fornecida por Virgílio Várzea, de que a casa havia sofrido intensa reforma em meados de 1890. O que novamente liga essa emblemática residência aos novos projetos urbanos empreendidos em Florianópolis, já que o contexto da referida reforma remonta ao governo de Hercílio Pedro da Luz (1894-1896), e a um período marcado pela normatização da vida e dos espaços na cidade. Hercílio Luz, como é sabido, realizou uma série de reformas na área urbana, e foi sob sua administração que importantes edifícios da cidade, entre eles o chamado Palácio Rosado, nome atribuído ao atual Palácio Cruz e Sousa – sede do Museu Histórico de Santa Catarina –, ganharam formas arquitetônicas com predominância das linguagens neoclássica e eclética.

Sobre a família que residia na casa, surgem novas revelações. Ao tratar da situação de orfandade das três filhas mais novas do proprietário, Barbosa nos remete, indiretamente, à comoção causada pelo falecimento de Dona Maria Luísa, esposa do Cel. André Wendhausen, ocorrido no ano 1901, e do seu filho Fernando, falecido em 1902, aos vinte um anos de idade, enquanto cursava medicina na Capital Federal. Usando as memórias de Sílvio, Barbosa relembra que a casa era habitada por quatro moças:

> (...) quatro moças, órfãs de mãe, desde muito cedo, três das quais eram alunas das últimas séries do Colégio [Coração de Jesus]: – Maria, Alice e Edla. A mais velha das quatro, com enorme diferença de idade, fazia vezes de mãe. Era a mãe que as irmãs conheceram. Quando tia Bebéla executava ao piano, – ela, antiga professora de música no Desterro–, uma peça, transbordante de melodia, e anunciava "A Casa das Três Meninas", Silvio, louquinho por música, largava tudo e se deixava ficar sonhando, a seu lado. Parecia estar vendo as três filhas do Coronel André Wendhausen: Maria, Alice e Edla.... Nunca perguntou a tia Bebéla, nem a ninguém, quais eram as três meninas da música. Para ele eram, e sempre foram, Maria, Alice e Edla. E foi assim, vida adiante (Ibidem, p. 7)

Cabe ressaltar que a casa ou palacete, como também era conhecida na época, não comportou apenas cenário de perdas e tristezas. Também protagonizou reuniões, saraus e recepções de casamento como o "enlace matrimonial" de Alice Wendhausen e Oscar Victor Alves de Brito, ocorrido em 1917. Evento muito comentado nos jornais da cidade à época, a notícia ganhou destaque na seção Noticiário Elegante, da *Revista da Semana,* editada e publicada no Rio de Janeiro, entre os anos de 1900 a 1959. A ocasião contou com a presença

do governador Felipe Schmidt. No detalhe, embora a imagem não contemple boa resolução, é possível observar certa opulência dos elementos decorativos da casa, no que aparentam ser papéis de parede, quadros e elegantes cortinas.

Figura 17 - Cerimônia de casamento de Alice Gertrudes Wendhausen e Oscar Victor Alves de Brito, realizada no salão da residência do Cel. André Wendhausen. Fonte: Revista da Semana, arquivo da BN (1917).

Olhando para o passado Barbosa considerou, corroborando a mesma percepção de Várzea, enquanto este retratava a cidade vista do seu próprio presente, que a residência do Coronel André Wendhausen era uma das mais elegantes da cidade. Este por seu turno, é representado como um empresário próspero, assim como Carl Hoepcke, "em primeiro lugar"; Eduardo Moellmann; e Otto Ebel e Eduardo Horn, "proprietário do único carro da cidade". Estes e outros homens de negócios são reiteradas vezes representados como símbolos do sucesso das novas formas de acumulação capitalista em Florianópolis. No entanto, ao elencar as mais belas residências da cidade, nomeando um a um os seus proprietários, tanto Várzea, quanto Barbosa deixam evidente que é no porte, nas dimensões e nos elementos paisagísticos das belas residências pertencentes a esses "homens de sucesso" que eles depositavam a imagem de uma Florianópolis que progredia e se modernizava:

> As habitações eram mais ou menos modestas. Destacavam-se, entretanto, na paisagem urbana, algumas residências senhoriais, como a dos Carlos Hoepcke, pai e filho, à Rua Bocaiúva e esquina da Avenida Trompowsky; a da família Lauro Linhares, à 28 de setembro; a do Cel. André Wendhausen, no Largo 17 de

> novembro; a do Dr. Hercílio Luz, no Mato Grosso (atual Praça Etelvina Luz); a da viúva Lídio Barbosa, à rua Bocaiúva; a do comerciante Luiz Carvalho, na Pedra Grande; a do comerciante Joaquim Neves, à rua Jerônimo Coelho; a do comerciante Thomsen, à rua Presidente Coutinho; a do engenheiro Simmonds, à rua Bocaiúva; a do comerciante João Carvalho, à rua Esteves Júnior (atual Faculdade de Direito); a do comerciante Eduardo Moellmann, à rua Frei Caneca; a do cônsul austríaco Ernest Vahl, à rua Almirante Lamego; a do comerciante Júlio Moura, à rua Almirante Alvim; a do Dr. Ferreira Lima, à rua Artista Bittencourt; e a do Dr. Fernando Caldeira, à rua Visconde de Ouro Preto. Eram casarões com muitas peças, construídos, em geral, em grandes chácaras, com belos jardins, sempre muito cuidados, e pomares. Na residência André Wendhausen, admirava-se o renque soberbo de palmeiras imperiais e na do comerciante Carlos Meyer, à rua Esteves Júnior, a variedade de plantas ornamentais (Ibidem, p. 191-192).

Em meio às múltiplas realidades cotidianas e práticas que ocupavam a vida na cidade naquele início de século, predominaram, tanto na narrativa de Várzea quanto na de Barbosa, aquelas que se aproximavam dos ideais progressistas, em voga nas pautas políticas e sociais da época. Praticamente todos os elementos que portavam as referências representativas da modernidade em Florianópolis sobressaíram-se, ainda que simbolicamente, na narrativa dos dois autores. Talvez isso explique porque esses literatos catarinenses, apoiados nos valores do seu tempo, evitaram o contraste ao relativizar, ou mesmo não abordar, outras experiências inscritas na "concretude da cidade".

Assim, frente ao que foi exposto, pode-se afirmar que a complexidade que relaciona uma casa à cidade onde ela se inscreve, exige que o tema seja acessado por diferentes caminhos documentais e conceituais, possibilitando-se, assim, alcançar de forma mais ampla possível as histórias que a acompanham e as identidades que a definem.

Se as formas urbanas têm o poder de ocupar o seu espaço no imaginário da cidade, pode se dizer que os traços deixados pela arquitetura são "a materialidade daquilo que elas pretenderam ser um dia". Assim, a arquitetura se apresenta, nos termos científicos imaginados para a construção do objeto deste trabalho, como um vetor operativo para nos introduzir nas experiências e processos de consciência de uma época (PESAVENTO, 2002, p. 15-16).

Nesse sentido, o referente ou elemento isolado, a velha Casa da Rua Áurea, responde pelo seu conjunto num jogo de escalas que se eleva para atingir a compreensão de algo maior. Nesse primeiro tempo, a casa testemunha o ideário de uma cidade que se "civiliza" e representa as expectativas de uma classe social que aspira urbanidade. Trata-se, portanto, de perceber que esta construção identitária iniciou-se com um processo de expansão do centro urbano em direção aos bairros e arrabaldes, fenômeno que é significativo, porque diz respeito à identificação de determinados grupos sociais com certas áreas da cidade que julgavam mais alinhadas às expectatiivas de afirmarem a sua distinção social, especialmente pelo investimento na construção de moradias mais amplas, modernas e confortáveis, responsáveis

por materializar a construção simbólica que uma determinada sociedade estabelece com aquilo que é seu ponto de referência: a casa, o bairro, a cidade, a região.

Se por um lado os caminhos modernizantes do primeiro triênio do século XX alcançaram expressivos indicadores no fornecimento de serviços urbanos e na construção civil, algumas modificações aconteceram no sistema econômico da cidade que fizeram com que os empresários locais repensassem os caminhos do desenvolvimento para a cidade. Entre as principais mudanças ocorridas em Florianópolis, especialmente entre os anos de 1950 e 1955, destaco: a retração nos transportes marítimos em decorrência da progressiva transferência dos transportes navais para o porto de Itajaí, modernizado na década de 1950 para receber navios de grande porte; e um massivo investimento federal nos transportes rodoviários, fenômeno que em um primeiro momento não favoreceu a capital catarinense, apesar do seu potencial turístico, dada a precariedade das estradas que ligavam o estado de Santa Catarina ao resto do Brasil[18]. Economicamente, Florianópolis manteve-se dependente do comércio e das atividades governamentais para manter seus serviços básicos e o abastecimento local nos primeiros anos da segunda metade do século XX.

Em 1939, porém, a *Revista Santa Catarina*: revista de Propaganda do Estado e do Município, editada e publicada pelo Departamento de Administração Municipal de Florianópolis, procurava retratar uma outra imagem da cidade, na qual a retórica do progresso é reforçada pelo uso de uma narrativa textual e imagética. Em capítulo dedicado às Ruas de Florianópolis, e ainda mantendo um discurso fortemente normatizador e higienista sobre a cidade, seus espaços, instituições e população, a revista publicou, lançando mão de um formato descritivo muito semelhante àquele utilizado por Virgílio Várzea, a propaganda do poder público acerca da feição da cidade, com o intuito de transmitir a mensagem de uma cidade que progredia. Novamente, são os edifícios públicos – estabelecimentos de ensino, quarteis, hospitais, o Mercado Público, o Palácio do Governo, o Palácio da Prefeitura Municipal, a Capitania dos Portos etc. – e as residências privadas que dão o tom "do gosto arquitetônico que tanto a distingue" e do seu alinhamento com os projetos de modernidade. Vale, para tanto, transcrever a percepção do poder público e a importância que a sua narrativa atribui ao *status* que o casario "moderno" transferia para a propaganda modernizadora da capital catarinense:

[18] Eliane Veiga (2010) ressalta que tal circunstância – o isolamento geográfico e a estagnação econômica – pode ser encarada como um fenômeno favorável para a preservação de grande parte do acervo arquitetônico e histórico que chegou aos nossos dias, o que nos possibilita conviver com alguns desses testemunhos, compreender seus percursos e recriar parte da história urbana da cidade.

> Perdendo, pouco a pouco, a sua velha feição urbana, com o desaparecimento de becos, o alargamento e a abertura de novas ruas, o ajardinamento de logradouros públicos, a cidade remoça, adquirindo aspectos encantadores, substituindo as linhas arquiteturais do casario colonial pelos graciosos modelos de excelentes construções. Há quem lamente, no seu gosto enternecido ao tradicionalismo, a transformação que se processa num aumento não verificado ainda. É que uma porção histórica visível se esboroa com as paredes que ruem, e desaparece com o estilo dos colonizadores – estilo em grande parte, não compatibilizado, na sua austera sobriedade, com determinados reclamos modernos de higiene e conforto – para surgir a variedade de fachadas, o amável remanso dos jardinzinhos domésticos, os contornos harmoniosos de sobradados, palacetes e bangalôs, oferecendo uma pitoresca harmonia de conjunto. Ruas há, todavia, que apresentam, nesta fase de transição renovadora, visões interessantes: entre as antigas construções, ensimesmadas, num como ar de recolhimento, os beirais esverdinhado-escuros, oitões baixos, vidraças em guilhotina, portadas de um traço geométrico uniforme e monótono, aparecem, guardando a postura dum contraste agressivo, as edificações de ângulos retos; janelas amplas, sequiosas de ar e luz, tetos em projeção vária, avarandados e colunas, cimento e aço; o presente sem dúvida, saudando, na garridice moça da sua imaginativa convertida em realidade, um passado que vai sumindo, desfazendo-se na poeira rútila dos muros que se abatem, vencidos, no local e no espaço, pela ânsia humana de progresso... (SANTA CATARINA, 2002, p. 45 e 46)

Em 1955, agindo sob o discurso de que a cidade precisava se lançar ao futuro e incorporar os projetos modernizadores do plano nacional de desenvolvimento, a administração local apresentou o primeiro Plano Diretor de reformulação do solo urbano de Florianópolis; um conjunto de obras que pretendia dar início a um processo de reformulação da área central da cidade, "tornando-a mais funcional" além de retomar as atividades portuárias na capital catarinense, condição que levaria a cidade a retomar o ritmo do crescimento e sustentar as transformações urbanas necessárias. Na ocasião os arquitetos gaúchos Edvaldo Pereira Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff foram os responsáveis pela elaboração das plantas de urbanização, as quais demonstravam a preocupação em interferir minimamente "nos valores imobiliários existentes" e manter "os valores históricos e tradicionais" cuja paisagem plástica e arquitetônica, segundo o documento, era a característica dessa cidade (LOHN, 2002, p.80)

O plano diretor de 1955 não decolou, "as mesmas elites que preconizavam uma Florianópolis totalmente diferente não abriam mão de manter as suas grandes chácaras na direção da baía norte, impedindo o adensamento populacional do centro e encarecendo as reformas urbanas" (LOHN, 2002, p.82). No entanto, nos debates públicos, a crença na renovação e no futuro se mostrava em alta na cidade, especialmente nos anos de 1960, por conta dos avanços nos sistemas de infraestrutura e instalação de grandes empresas estatais na cidade, como as federais SUDESUL (Superintendência de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste) e ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil), instituídas em consequência

do Programa de Cidades de Porte Médio[19]; as estaduais CELESC, TELESC e CASAN. Também foram fundamentais a adoção de importantes iniciativas na área da educação e cultura que resultaram na criação das universidades UFSC (1960) e UDESC (1965).

Cabe destacar que construção da BR-101 inseriu Florianópolis na rede viária nacional. Essa obra favoreceu a economia local e acarretou rápido adensamento populacional, desencadeando, a partir da década de 1970, novo impulso da construção civil, agora marcada pelo fenômeno da verticalização das áreas centrais da cidade.

O encadeamento das obras de urbanização, empreendidas a partir de então, fomentou o mercado imobiliário e aumentou as pressões sobre o patrimônio urbano e ambiental da cidade. Esses novos projetos, empreendidos entre as décadas de 1960 e 1980, provocou, segundo relatório do IPUF (2007), significativa destruição de edificações remanescentes do século XIX. Esse fenômeno mexeu com as sensibilidades e deu início a uma série de debates em torno do tema da preservação *versus* destruição do acervo arquitetônico localizado no polígono central; região que concentrava a maior parte das edificações que representavam a antiga Desterro.

Visões e projetos antagônicos novamente colocavam o destino da cidade em discussão. Se de um lado, grupos econômicos e políticos defendiam a modernização e a redefinição do traçado urbano com vistas a compor um cenário alinhado com as noções de progresso que se impunham com os planos desenvolvimentistas e com o chamado "milagre brasileiro"; do outro, a elite cultural que se formou nas esferas universitárias e de cultura se voltava para a mobilização dos símbolos e representações da cidade, na intenção de recompor e preservar os seus espaços históricos.

A partir de 1960, com a emergência de tantos projetos renovadores, a presença da casa na cena urbana é colocada em risco, posto que, ela não representa mais, diferentemente do que foi no passado, os processos de modernização da cidade. Se um dia a casa foi símbolo de transformação, renovação e distinção; a partir dos novos planos modernizadores, propostos para a cidade de Florianópolis, essa representação tende a se modificar e a casa passa a ser associada ao antigo e defasado, ou ainda, ser sinônimo de atraso. Assim, a partir desses novos desdobramentos a casa irá se tornar símbolo material de um passado que só pode ser objeto de nostalgia, de reflexão e aprendizado. É a partir dessas novas apropriações, tratadas no segundo capítulo, que a casa será incorporada aos discursos de patrimonialização.

[19] Objetivava a descentralização da migração populacional interna brasileira, então fortemente direcionada para os grandes centros.

CAPÍTULO 2. DE RESIDÊNCIA A BEM CULTURAL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA CAPITAL CATARINENSE – (1965 -1986)

Em 1965 a antiga casa da rua Áurea deixou de exercer definitivamente a função de residência. Seu último proprietário particular e morador desde 1950 foi o financista Acary Perfeito da Silva (1907 -1981), personalidade bastante conhecida nos círculos financeiros do estado por ter atuado como diretor do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO), além de ter empreendido no campo da cafeicultura, onde obteve reconhecido sucesso pela implementação do café sombreado na Ilha de Santa Catarina.

Após ter servido por mais de sete décadas como moradia de quatro "notáveis" famílias da sociedade local[20], o imóvel foi adquirido pela Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC) e transformado em um centro de educação superior. Ainda hoje, o edifício é associado por antigos moradores do bairro como a sede da Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG), instituída em nível estadual pela lei nº 3.530 de 16 de outubro de 1964, com atividades educacionais oficializadas pelo então presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE), professor Elpídio Barbosa (1909 – 1966), durante a gestão do governador Celso Ramos.

Inicialmente a ESAG funcionou como uma faculdade autônoma, criada e mantida pela Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência (FESAG), mas em 1966 foi incorporada à recém fundada Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), sendo considerada, juntamente com a Faculdade de Educação (FAED), uma das unidades fundadoras da instituição e a primeira a ministrar um curso de Administração Empresarial no estado. A primeira turma do curso de administração da ESAG, formou-se em 1969.[21]

Cabe indicar que parte da memória que liga a casa à referida instituição educacional está associada a um período de intensa propaganda produzida por parte dos setores políticos e de comunicação, visando incutir, em certos segmentos da sociedade, um sentimento de otimismo e crença no futuro frente a escalada das políticas nacionais de desenvolvimento que,

[20] Refiro-me às famílias de Ana Francisca Costa e Silva; do comerciante, André Wendhausen; do empresário ligado ao ramo farmacêutico, Alfredo Hablitzel; e do financista, Acary Perfeito.

[21] Em 1969, um convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) permitiu a qualificação de 21 professores em nível de mestrado. A cada semestre letivo, durante três anos e meio, os três melhores alunos eram convidados a cursar a pós-graduação da FGV, com o compromisso de que retornassem à instituição na condição de docentes do curso de Administração. Em 1979, buscando parcerias com instituições no exterior para a formação em PhD, a ESAG passou a contar com seus primeiros professores doutores (ESAG, 2019).

em alguma medida, vinham alavancando as atividades de infraestrutura, administração pública, educação e cultura no Estado de Santa Catarina, desde o início da década de 1960.

Há cinquenta e cinco anos, portanto, esse edifício tem sua função dedicada às atividades educacionais e de cultura, um legado que, na atual conjuntura, pode ser considerado enobrecedor da sua trajetória e permanência. Mas a casa é mais! Ela é um elo de ligação com o passado que se impõe como um desafio às demandas do presente, quais sejam: dar-se a ver no jogo do tempo e do espaço e agregar à experiência daqueles que com ela se relacionam, a percepção histórica que permeia a sua existência.

Tombada como Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Florianópolis pelo Decreto n. 270, de 30 de dezembro de 1986, a residência que atualmente abriga o IDCH foi classificada, juntamente com outros vinte e cinco imóveis que compõem o Conjunto Arquitetônico do Bairro Mato Grosso, como patrimônio de interesse histórico para a memória urbana da capital catarinense. Sua guarda está prevista no planejamento urbano da cidade, inscrita na categoria Área de Preservação Cultural (APC-1)[22], responsável por promover a proteção legal e física dos conjuntos históricos que compõem a região central da cidade. Obedece ainda, conforme Decreto 521, de dezembro de 1989, ao critério P2 de preservação, que a classifica como um componente da paisagem urbana e determina que sejam mantidas inalteradas a sua volumetria e acabamentos externos (IPUF, 2012).

O processo que culminou no tombamento do Centro Histórico de Florianópolis foi precedido por quase duas décadas de debates visando a criação de uma política de preservação para o município. Os precedentes desta importante ação que resultou na proteção de dez conjuntos arquitetônicos, contemplando aproximadamente 500 (quinhentas) edificações na esfera municipal, remetem à década de 1960, quando iniciativas na área da cultura e da educação reuniram, em torno do tema da preservação dos bens culturais e monumentos históricos de Santa Catarina, técnicos, pesquisadores, acadêmicos e intelectuais ligados ao Conselho Estadual de Cultura (CEC), ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Cabe ressaltar que as

[22] A formação das APCs dizem respeito ao delineamento de áreas destinadas à conservação de áreas de proteção tais como: sítios de interesse histórico (APC-1), nos quais estão contemplados os monumentos, as edificações vernaculares, os espaços e as povoações; áreas de interesse cultural (APC-2) relativas à proteção das paisagens e aspectos culturais resultantes das tradições agrícolas, pastoris e pesqueiras; áreas de interesse arqueológico (APC-3) destinadas à conservação dos sítios pré-históricos e dos vestígios deixados pela ocupação humana tais como fósseis, utensílios, sambaquis, oficinas líticas e inscrições rupestres; e áreas de preservação paisagística e natural (APP) relativas à preservação dos recursos e das paisagens naturais, a salvaguarda do equilíbrio ecológico, seguindo os critérios do Código Florestal brasileiro – topos de morro e encostas; mangues, dunas, praias, costões, restingas, ilhas, mananciais, e corpos d'agua. As APCs estão amparadas pelo artigo 27 da Lei Municipal 2.193/85, artigos 103 a 119, que dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina declarando-os área de especial interesse turístico. (ADAMS, 2002, 65-66).

efetivas ações que protegeram, pelo instituto do tombamento, este rol significativo de bens, tema que será discutido mais adiante, se deram somente na década de 1980, quando "as percepções com relação ao passado e à preservação de seus vestígios físicos deixaram o campo das teorizações e passaram a constituir, efetivamente, um campo de atuação em Florianópolis" (RICHTER, 2009 p. 54 - 55).

2.1. POLÍTICAS CULTURAIS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

No dia 06 de maio de 1968 foi lavrada a ata da primeira reunião, após a posse, do Conselho Estadual de Cultura (CEC) [23]. Presidida pelo Secretário Estadual de Cultura, Professor Galileu Craveiro de Amorim, a reunião também contou com a participação dos conselheiros: Nereu Correia de Souza, professor e ex-secretário pessoal do governador Irineu Bornhausen; Martinho de Haro, artista plástico; Artur Pereira e Oliveira, médico e escritor; Celestino Sachet, advogado, professor e escritor; Dr. Marcílio Medeiros, desembargador e escritor; Almiro Caldeira de Andrade, escritor; e Gustavo Neves, jornalista. Outros intelectuais como Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Nereu do Vale Pereira e Walter Piazza, acadêmicos da UFSC ligados ao IHGSC, viriam a incorporar este órgão meses mais tarde. O médico Oswaldo Rodrigues Cabral nunca fez parte do Conselho.

Ao assumir a palavra, o conselheiro Nereu de Souza iniciou a sua fala relatando aos demais membros os encaminhamentos da 1ª Reunião Nacional de Cultura, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 21 e 25 de abril, daquele ano, da qual participou como representante de Santa Catarina. Trouxe ao conhecimento do grupo as principais diretrizes do Conselho Federal de Cultura (CFC) que visavam o desenvolvimento de um Plano Nacional de Cultura (PNC) a ser implementado no quadriênio que compreenderia os anos de 1969 a 1973.

Nereu Correia de Souza chamou a atenção do grupo para a exigência do órgão federal de que cada instituição estadual realizasse um "levantamento ou tombamento das entidades culturais do seu estado"; trabalho considerado de longo prazo, "necessitando-se de uma coordenação com os órgãos universitários". Este estudo, segundo as diretrizes federais, deveria se desenvolver no âmbito do CEC de cada estado a partir de quatro câmaras: Letras,

[23] O CEC foi criado pela Lei n. 2975, de 18/12/1961, vinculado à Secretaria Estadual de Educação e Cultura. Seu primeiro presidente foi Elpídio Barbosa, Secretário de Estado da Educação e Cultura, no governo Celso Ramos. Em 1968, após alguns anos desativado, o CEC formou novo conselho e retomou as atividades seguindo as diretrizes do Conselho Federal.

Artes, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico. Para as ações do PNC, observou o conselheiro relator, o Governo Federal já havia consignado a vultosa verba de quarenta e dois bilhões de cruzeiros novos, por meio da qual, Santa Catarina poderia ser beneficiada (CEC, 1968 a 1973).

Ao final da primeira reunião os membros do conselho deliberaram que iniciariam imediatamente os estudos para a elaboração do recomendado plano estadual para a cultura, conforme diretrizes do CFC, mas antes, precisavam eleger a primeira diretoria e organizar o regimento interno de funcionamento do órgão. Dada a urgência, os membros marcaram a próxima reunião para quinze dias depois, demonstrando que o Conselho tinha pressa!

Nada de mais detalhado foi discutido naquela primeira reunião, porém, no decorrer da análise dos termos descritos, percebeu-se que os encaminhamentos apresentados pelo relator eram ambiciosos e apontavam para a necessidade de uma sólida integração entre os Conselhos Federal e Estadual de Cultura e as entidades educacionais de cada estado, como as universidades, de onde viriam os quadros de colaboração técnica para a formulação dos estudos e levantamentos recomendados pelo Conselho Federal.

É importante destacar que a proposta programática para a elaboração de um Plano Nacional de Cultura no Brasil era estratégica para os projetos da época, então marcados pela imposição do regime civil-militar no país. Na visão de Paulo Ormindo David de Azevedo (2013, p.23), as metas governamentais, entre outros interesses, visavam atrair a adesão social por meio do controle e legitimação do setor da cultura que era, segundo o autor, um dos mais reprimidos à época. A ideia valia-se de um conceito de cultura que abarcasse as camadas mais populares, rompendo com a noção que ligava o tema da cultura com as elites.

Esse plano programático, de acordo com Lia Calabre (2006), remonta ao ano de 1966, quando o governo militar criou, pelo decreto n. 74, de 21 de novembro, daquele ano, o Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão que substituiu o Conselho Nacional de Cultura (CNC), em atividade desde 1938. Entre as muitas atribuições desse novo Conselho, Calabre destaca a formulação da política cultural nacional; a articulação com os órgãos estaduais e municipais; a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; assim como, o reconhecimento, o registo, e o provimento de auxílios e subvenções às instituições culturais em âmbito nacional. A atuação do CFC como órgão consultivo e deliberativo junto ao MEC foi instituída com a posse dos seus vinte e quatro conselheiros, em fevereiro de 1967, tendo como atribuição precípua formular o primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC) e participar nos empreendimentos que institucionalizariam o setor cultural no Brasil.

Naquele final de década e ao longo dos anos de 1970, o órgão reuniu em torno dos seus projetos alguns dos intelectuais de maior notoriedade e influência nos meios culturais oficiais do país. Essa composição agregava intelectuais com diferentes vieses ideológicos na cena política. No campo do patrimônio, por exemplo, atuavam na mesma câmara o diplomata conservador, Pedro Calmom; os liberais Castro Maya e Afonso Arinos; o integralista e radical de direita, Hélio Vianna; o monge beneditino de ideais socialistas, Dom Marcos Barbosa; e um antigo funcionário do aparelho estatal, desde o governo Getúlio Vargas, Rodrigo Mello Franco de Andrade.[24]

O critério de composição do corpo deliberativo da entidade federal, as atribuições dos seus membros e a organização das câmaras de trabalho foram definidas no Decreto n. 74 e reproduzidas no âmbito dos estados que também trataram de reunir a elite da sua intelectualidade nas respectivas instituições congêneres (CALABRE, 2006, p.81). No caso catarinense é relevante destacar que esse perfil ideologicamente diverso, observado no órgão federal, não encontrou correspondente no caso de Santa Catarina, pelo contrário, intelectuais de esquerda como Eglê Malheiros, Salim Miguel e outros membros do Grupo Sul, por exemplo, foram preteridos nessa escolha que optou por incorporar intelectuais ligados ao IHGSC, e que representavam uma fração bastante específica dessa elite, no estado.

Sobre a dotação orçamentária para a implementação do PNC, Sérgio Miceli (1984, p. 60 e 61) esclarece que, a verba era proveniente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e suas metas visavam cumprir três objetivos primordiais: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional; o incentivo à criatividade e à difusão de atividades artístico-culturais; e a capacitação de recursos humanos para atuarem na área da cultura. A ideia não era nova, ressalta o autor, ela vinha sendo gestada desde a década de 1940, no âmbito dos extintos Ministério da Educação e Saúde Pública e CNC. A novidade por sua vez, consistia na formalização de um conjunto de diretrizes que colocava a cultura entre as metas de uma política de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Estas diretrizes foram disseminadas e conduzidas nos estados e municípios por meio de uma ação colaborativa que envolveu a participação direta do MEC, do CFC e dos conselhos e secretarias estaduais e municipais de cultura, em parceria com universidades e

[24] O primeiro quadro de conselheiros, nomeados diretamente pelo Presidente da República, em 1967, contava com as seguintes personalidades: Adonias Filho, Afonso Arinos, Ariano Suassuna, Armando Schnoor, Arthur César Ferreira Reis, Augusto Meyer, Cassiano Ricardo, Clarival do Prado Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freire, Gustavo Corção, Hélio Viana, João Guimarães Rosa, José Cândido de Andrade Muricy, Josué Montello, D. Marcos Barbosa, Manuel Diegues Junior, Moysés Vellinho, Otávio de Faria, Pedro Calmon, Rachel de Queiroz, Raymundo de Castro Maia, Roberto Burle Marx, e Rodrigo Mello Franco de Andrade.

fundações autônomas dedicadas ao tema. Suas principais iniciativas foram consolidadas na gestão do Ministro da Educação Jarbas Passarinho (1969/1973) e desenvolvidas no domínio do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), órgão estruturado entre os anos de 1970 e 1972, que contou com a participação do então diretor do DPHAN, Renato Soeiro, como o seu principal formulador (AZEVEDO, 2013, p. 25).

Os resultados das ações do DAC alteraram significativamente o perfil da vertente patrimonial no Brasil. Entre muitas iniciativas concebidas no departamento, destaca-se aquelas que se relacionavam com o tema da preservação do patrimônio cultural brasileiro como: o lançamento do Programa de Ação Cultural (PAC), em 1973[25]; o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), em 1973[26]; e a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Pró-Memória (FNpM), em 1979 (MICELI, 1984, p. 55-59). Esse movimento também se guiou pelas normativas e debates que as organizações internacionais de proteção vinham propondo desde 1950, na expectativa de interligar, às políticas internas dos Estados Nacionais, os temas da cultura e da proteção de bens culturais considerados da humanidade[27].

A criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, por sua vez, não surgiu no interior da burocracia estatal. Conforme destaca Maria Cecília Londres Fonseca (2017) o CNRC iniciou suas atividades em junho de 1975, em decorrência de contrato firmado entre o Ministério de Indústria e Comércio e o Governo do Distrito Federal e que tinha como preocupação central "equacionar a velha questão da identidade nacional, vinculando a questão cultural à questão do desenvolvimento". Em certa medida, segundo a pesquisadora, embora as preocupações com o tema do reconhecimento de uma identidade

[25] O PAC foi lançado em agosto de 1973. Sua proposta consistia em ofertar crédito financeiro a alguns setores da produção cultural a fim de promover o desenvolvimento regional, e minorar a carência de recursos e de pessoal na área da cultura no âmbito dos estados.

[26] O PCH foi lançado em 1973 e concebido por Renato Soeiro, Jarbas Passarinho e Reis Veloso. Desenvolveu-se na esfera da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), com dotação específica e recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados.

[27] Organizações como a UNESCO visavam regulamentar e sistematizar a proteção dos bens culturais por meio da edição de normas, tratados e recomendações formuladas para orientar a comunidade internacional em relação ao tema. Entre 1954 e 1980 foram editados quatro tratados internacionais e dez recomendações, todas relativas à proteção do patrimônio cultural da humanidade, de caráter material. Foi por meio de um sistema de cooperação, adotado após a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris, em 1972, que algumas cidades brasileiras foram incorporadas à Lista do Patrimônio Mundial, sob a chancela internacional da UNESCO. O documento resultante da Convenção Geral promoveu o alargamento do conceito de bem cultural e propôs alternativas de investimento na recuperação de cidades históricas e patrimônios arquitetônicos, especialmente os urbanos, com vistas a oportunizar o turismo como fator de desenvolvimento econômico local e regional. O Governo brasileiro aderiu às recomendações da UNESCO e já em 1973 buscou integrar os novos planos de desenvolvimento às iniciativas estaduais e municipais, intensificando, conforme recomendação do artigo 34 do documento internacional, o desenvolvimento de leis com a finalidade de otimizar o ato de preservar o bem cultural.

nacional trouxesse as marcas do seu tempo; o interesse do grupo que se movia em torno do projeto de criação do CNRC se aproximava das preocupações dos modernistas da semana de 22, qual seja, "atualizar a reflexão sobre a realidade brasileira e buscar formulações adequadas para a compreensão da cultura no contexto brasileiro contemporâneo (p.153)".

Deve-se salientar que as propostas relativas à área do patrimônio cultural, na década de 1960, associavam-se à concepção de uma política oficial para o setor cultural no Brasil em um dos períodos mais duros da ditadura militar. O plano, ampliado na década de 1970, era consolidar um projeto próprio do Estado brasileiro para o controle da cultura, o que, para o especialista Daniel Cohn (1984), não é uma discussão irrelevante. Ela diz respeito à conjuntura política e à dimensão ideológica do período em que começaram a ser gestados planos nacionais voltados para a cooptação de contingentes sociais como forma de legitimação do regime, posto que, o controle da cultura significava para os militares, assumir uma posição de vantagem frente ao que entendiam ser um campo de domínio e hegemonia dos grupos da esquerda. Segundo a especialista Vera Milet (1988, p. 192):

> Com efeito, na década de 1970, o Estado que, em 1964, rompera com o pacto populista, definindo-se claramente como um Estado de classe, encontra-se em crise de legitimação, necessitando, urgentemente, ampliar suas bases sociais. Para tanto, recorre a um ideário em que todos se sintam representados. É neste sentido que retoma o ideário contido no projeto de proteção de bens culturais de autoria do escritor Mário de Andrade, proposto em 1936, que valoriza melhor a heterogeneidade e complexidade culturais inerentes à formação social brasileira (Apud AZEVEDO, 2013, p. 23).

Foi seguindo esse fluxo programático que em Santa Catarina, no final da década de 1960, por intermédio do CEC, as ações relativamente isoladas que vinham se desenvolvendo no estado, modificaram-se à luz das agendas políticas estabelecidas pelo Governo Federal[28]. Os novos encaminhamentos, no campo da cultura, foram apresentados na *Reunião para estudar medidas complementares de proteção e revalorização do acervo cultural do Brasil*, convocada pelo Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, e realizada em Brasília nos dias 01, 02 e 03 de abril de 1970. O encontro gerou o *Compromisso de Brasília (1970)*, documento no qual os participantes "reconhece[ram] inadiável necessidade de ação supletiva

[28] Sabe-se que, desde o final da década de 1940 os intelectuais catarinenses, por intermédio das instituições que os reuniam – IHGSC, ACL e Comissão Catarinense de Folclore (CCF) –, mantinham-se mobilizados, de forma relativamente ativa, em favor da promoção da cultura catarinense com a finalidade maior de reunir e afirmar aspectos representativos das identidades regionais do estado, em especial, aqueles relativos ao Folclore. Tais ações, desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura, em diálogo com as concepções do Tratado Constitutivo da UNESCO, visavam promover iniciativas educacionais voltadas para o fortalecimento das expressões regionais, definidas por um rol de práticas, identificadas e selecionadas como singulares e definidoras da identidade cultural catarinense.

dos estados e municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional" (MEC, 1970, p. 1).

Todos esses encaminhamentos foram absorvidos pelos entes federais que, abriram espaço para a ampliação das instâncias de proteção no âmbito dos seus municípios. Em Santa Catarina, os representantes locais se mantiveram mobilizados no CEC atuando em favor da elaboração de um plano para a cultura do estado que coadunasse com as diretrizes nacionais. No entanto, ao contrário do entendimento dos membros da entidade, registradas na referida ata da 1ª reunião do Conselho, em 1968, os estudos e elaboração do Plano Estadual de Cultura, não avançaram exatamente naquela esfera.

Com base na forte influência da Escola Superior de Guerra (ESG) nos projetos de estruturação das políticas públicas orientadas para a consolidação e legitimação do regime vigente, infere-se, já que as atas do CEC relativas ao período não trazem essa informação de forma literal, que os encaminhamentos dos projetos culturais de Santa Catarina tenham sido conduzidos por meio de uma parceria técnica entre a Universidade Federal e a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)[29]. Michel Silva (2012) corrobora essa suspeita quando demonstra que, naquela ocasião, grande parte do corpo técnico que atuou nas frentes de planejamento, modernização e cultura política em Santa Catarina foi preparado nos ciclos de estudos da ADESG, implementados no estado em 1970 com o objetivo de colaborar na especialização de técnicos e dirigentes políticos para atuarem na gestão estatal e na elaboração de planos de governo e políticas públicas.

Os primeiros ciclos da ADESG no estado aconteceram entre 1970 e 1975 e contaram com a participação dos historiadores Oswaldo Rodrigues Cabral, Carlos Humberto Corrêa e Walter Fernando Piazza; dos sociólogos Nereu do Valle Pereira; do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos; e dos jornalistas Moacir Pereira e Paulo da Costa Ramos (SILVA, 2012)[30].

Uma pesquisa aprofundada, que não é objeto da presente dissertação, poderá confirmar se o plano estadual de cultura e os anteprojetos de lei que culminaram na promulgação das, leis municipal e estadual, de proteção dos bens culturais em Santa Catarina, em 1974, são realmente provenientes desta cooperação técnica. Destaca-se nesse processo, que o plano de trabalho e os atores envolvidos nesses encaminhamentos eram os mesmos,

[29] A Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra foi fundada em dezembro de 1951, como sociedade civil, sem fins lucrativos e declarada como entidade de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 36.359, de 21 de outubro de 1954.

[30] Sobre a experiência de colaboração no ciclo de estudos da ADESG, Carlos Humberto Corrêa publicou o livro *Cultura, integração e desenvolvimento,* no ano de 1971.

tanto no âmbito estadual, quanto na esfera municipal; a diferença era a composição das entidades públicas encarregadas de tais projetos.

Na capital catarinense, tentou-se integrar a elaboração dos projetos de lei ao programa de planejamento urbano, desenvolvido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) e o Escritório Catarinense de Planejamento (ESPLAN), órgãos responsáveis por elaborar *O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região da Grande Florianópolis*, finalizado em 1969, e que veio para substituir o Plano Diretor de 1955, tentando sanar problemas urbanos decorrentes do rápido adensamento populacional da capital catarinense, ocorrido na década de 1960. O Plano de Desenvolvimento Integrado, de 1969, entre outros projetos, visava implantar uma rede viária hierarquizada em toda a região conurbada; criar um novo centro urbano para Florianópolis; e implantar, no Aterro da Baía Sul, estruturas urbanas de alta densidade e gabarito alto – com doze andares em média. (RICHTER, 2009, p. 39-40). Ocorre que os tais esquemas conflitavam com o projeto de lei, concluído em 1971, no âmbito das mesmas instituições, CMD e ESPLAN, visando a proteção dos bens culturais de valor histórico em Florianópolis.

Ressalta-se, portanto, que o referido plano não foi colocado em prática na íntegra, tendo sido modificado, mas que o anteprojeto de lei também não fora apreciado na Câmara Municipal, no ano da sua conclusão, em 1971. Este somente foi submetido, apreciado e aprovado na Câmara Municipal de Florianópolis, em 1974, pouco antes do término das obras de construção da ponte Colombo Salles e alça de acesso à avenida Beira Mar Norte. Enquanto o Plano de Desenvolvimento Integrado, somente foi retomado pela Câmara Municipal, em 1976, revisado e aprovado como o um novo Plano Diretor da cidade. Foi nesse contexto que surgiu o SEPHAN, em 1977, primeira instituição municipal relacionada ao tema da proteção do patrimônio edificado, em Florianópolis, criada para colocar em prática a Lei Municipal 1.202, de 1974, e ajudar a dirimir, juntamente com outros entes municipais, potenciais perdas decorrentes das transformações empreendidas no traçado da cidade. Entre muitas rupturas e continuidades esse processo desencadeado na década de 1970, deixa entrever o jogo de forças que ocupou o espaço urbano na cidade e contou com a participação e articulação política de intelectuais engajados no tema da preservação do patrimônio edificado de Florianópolis[31].

[31] Em entrevista concedida à arquiteta do SEPHAM, Betina Adams (2002, p. 47), Nereu do Vale Pereira revelou ter participado dos estudos e elaboração do anteprojeto que resultou na Lei Municipal de 1974. Na ocasião, atuou ao lado da professora Zuleika Lenzi, como membro indicado pela UFSC junto à ESPLAN – Equipe de Planejamento Sociocultural do Município –, encarregado de desenvolver metas e diretrizes para a preservação do patrimônio cultural de Florianópolis. De acordo com o professor, em 1971, o anteprojeto foi encaminhado pela primeira vez à Câmara Municipal de Florianópolis, vindo a ser aprovado tão somente na gestão seguinte,

Na dissertação, alguns aspectos relativos aos encaminhamentos estaduais e municipais são paralelamente abordados em favor da contextualização dos acontecimentos que por vezes se confundem, entre outras razões, por terem sido conduzidos pelos mesmos agentes e instituições no âmbito das secretarias, departamentos, conselhos e comissões técnicas que compunham o poder público. Além das agremiações partidárias e das tradicionais instituições onde se reuniam grande parte dos intelectuais daquela época, a Universidade Federal também se constituía, assim como ocorre no presente, como um elo de ligação com as instâncias governamentais, para as quais indicava especialistas para compor comissões, conselhos e grupos de trabalho dedicados à elaboração de projetos e políticas públicas.

Dessa forma, redes de colaboração eram formadas para o desenvolvimento de pesquisas e publicação conjunta de estudos de interesse para os campos da cultura e desenvolvimento econômico de todo o estado. O historiador e antropólogo Silvio Coelho dos Santos, escrevendo em 1974, deixa transparecer que, na sua concepção, a participação da academia promoveu mudanças de ordem técnica e conceitual, nos projetos de administração do estado:

> (...) ao conformismo e incúria de muitos, respondia-se com dados sistemáticos, com estudos, com pesquisas, com iniciativas arrojadas. A mentalidade treinada na Universidade, que então se instalou, começava a se afirmar, abrindo definitivamente para Santa Catarina perspectivas de mudança e de progresso (SANTOS, 1977, p. 13).

A circulação de alguns destes personagens na esfera pública, especialmente os intelectuais ligados ao IHGSC, CEC e UFSC, interessa a este trabalho na medida em que suas ações e valores preconizados demonstram, além da amplitude das suas participações nos setores da cultura e da educação, a influência e modos de operar junto aos núcleos de poder, na condição de conselheiros atuantes na definição de metas e diretrizes de projetos do estado ou nas tomadas de decisão dos governos vigentes. Estes sujeitos são identificados, nesta dissertação, como "mediadores culturais", categoria que define o perfil de uma classe de intelectuais caracterizando o seu engajamento institucional e participação em determinado circuito cultural e político. Para Ângela de Castro Gomes (2016), os mediadores culturais são:

> Homens da produção de conhecimento e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social (p. 10).

---

enquanto o intelectual atuava como presidente da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico do Município de Florianópolis (COTESPHAN), órgão responsável pelos primeiros mapeamentos dos "bens históricos" passíveis de serem tombados no âmbito do município e por demarcar as regiões que viriam a constituir o Centro Histórico da cidade.

Madalena Quintela (1984) considera que o reconhecimento evidenciado em forma de redes de sociabilidades, no interior das instituições de cultura, legitima a posição de prestígio alçada pelos seus membros frente à comunidade da qual participam, assim como, lhes confere distinção e autoridade reputando a sua atuação intelectual com base na postura ideológica da própria entidade que os congrega. Trata-se de perceber que os atributos formais dos intelectuais e os ritos das instituições que qualificam esses atores sociais para incorporarem determinada agremiação pressupõem certas características comuns à todos que os ajustam a um quadro de referência que deixa pouco evidentes possíveis disparidades de valores.

No caso catarinense, evidências sutis deixam transparecer que nem sempre esses sujeitos compartilhavam dos mesmos interesses no campo político, e suas "divergências" podem ser evidenciadas nos interstícios que configuram uma gestão executiva e outra. Por exemplo: em ofício encaminhado em 25/11/1971, ao então empossado governador Colombo Machado Salles, sucessor de Ivo Silveira, Oswaldo Rodrigues Cabral, recusou o convite para assumir a Diretoria Estadual de Cultura. O historiador justificava a sua negativa com base no descumprimento de compromissos acertados na gestão anterior:

> Nos cortaram o prometido Palácio de Cultura (compromisso do Governo Ivo Silveira) e o projeto da organização da Diretoria do Patrimônio Histórico Estadual, que o projeto Catarinense de Desenvolvimento, que é o programa de seu esperançoso Governo, não incluiu na sua pauta, não me ficaria bem aceitar justamente o lugar com que me honrou a escolha do eminente amigo, pois eu daria mostras de uma acomodação que não me ficaria bem, ou teria de conflitar com os seus escalões superiores, o que não desejo. (Apud ADAMS, op. cit., 2002, p. 45) [32].

Este projeto de organização da Diretoria do Patrimônio Histórico Estadual, mencionado por Cabral, não foi localizado, mas as evidências de que ele foi desenvolvido para ser apresentado ao governador Ivo Silveira aparecem em ata de reunião do CEC, de 17/09/1970, onde, em resposta a um tema ventilado pelo conselheiro Padre João Alfredo Rohr, o presidente do conselho, Armando Calil Bulos, "comunicou ao plenário ter ciência de um projeto elaborado pelo Dr. Oswaldo Cabral para a criação de um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Paisagístico, cuja execução [seria] levada a efeito no próximo governo (CEC, 1970)".

Outra evidência da organização de um conselho para atuar na defesa do patrimônio histórico de Santa Catarina é mencionada no corpo do Compromisso de Brasília (1970), onde Oswaldo Rodrigues Cabral figura como "representante da Universidade Federal de Santa

[32] Betina Adams (2002) ao fazer referência a este ofício que data de 25/11/1971, informa que o documento pertencente ao acervo particular de Sara Regina Silveira de Souza, sobrinha do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral e legatária de grande parte do seu acervo pessoal.

Catarina e da comissão especial que estuda a organização do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado, nomeada pelo Governador Ivo Silveira (MEC, 1970) ". Além dessas duas menções, não foi encontrada nenhuma documentação que pudesse revelar como se deu, efetivamente, a participação de Cabral na formulação dos planos que culminaram nas leis, estadual e municipal, de defesa do patrimônio histórico em Santa Catarina. Ainda assim, a sua contribuição nos estudos que antecederam a formulação de políticas específicas de proteção dos bens culturais no estado e na capital catarinense é evidente. No caso específico de Florianópolis, a divisão dos dez conjuntos que constituem o acervo histórico do polígono central da cidade está fortemente fundamentada no trabalho de pesquisa deste historiador, grande parte, reunido nas obras Nossa Senhora do Desterro: Notícia I e II, e Nossa Senhora do Desterro: Memória I e II, publicada em 1971 e 1972.

2.2 DOS PROJETOS ÀS LEIS: 1974 COMO PONTO DE VIRADA

O ano de 1974 foi especialmente representativo para o processo de proteção legal, preservação e gestão do patrimônio cultural em Florianópolis e no Estado de Santa Catarina. A ênfase dedicada a este ano decorre da importância observada em dois projetos de leis destinados à proteção e tombamento de bens culturais nas esferas municipal e estadual.

Os referidos projetos deram origem, respectivamente, à Lei Municipal 1.202, de 02 de abril de 1974, cujo artigo 4º criou o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SPHAM), órgão responsável pelo Livro de Tombo no qual são inscritos os bens culturais que constituem o patrimônio do município de Florianópolis; e à Lei Estadual 5.056, de 22 de agosto de 1974, por meio da qual, estabeleceu-se que o órgão encarregado de aplicar as ações de tombamento no âmbito do estado seria o Departamento de Cultura, da Secretaria de Governo, ouvido o CEC.

Destaca-se que a lei municipal ainda é vigente e a lei estadual, foi substituída pela Lei 5.846, de 22 de dezembro de 1980, que instituiu a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), como órgão responsável pelas ações de patrimonialização em Santa Catarina, após ouvido o Conselho Estadual de Cultura. As duas leis, de 1974, foram sancionadas em um intervalo de pouco mais de quatro meses.

Embora elaboradas sob bases conceituais sutilmente distintas, especialmente em relação ao que compreendiam por bem cultural digno de ser protegido, as mencionadas leis dispunham sobre os mesmos objetivos: inventariar, registrar, salvaguardar e proteger bens

culturais de valor histórico e artístico inscritos em seus respectivos territórios de ação política, tendo como seu principal instrumento de proteção, o instituto do tombamento. Vale ressaltar no entanto que, se para o legislador municipal a noção de patrimônio abrangia bens com valor cultural a qualquer título, não restritos a uma vinculação histórica notável; para o legislador estadual esse entendimento se mostrava bem mais específico, especialmente ao considerar importante o valor excepcional dos bens culturais fossem eles naturais, arqueológicos, etnográficos, bibliográficos, artísticos ou religiosos.

O ponto em comum é que as duas leis respondiam às demandas e deliberações contidas tanto nos pressupostos do *Compromisso de Brasília (1970)*, em seu objetivo principal de descentralizar e fortalecer as ações de preservação no Brasil; quanto nos propósitos do *Compromisso de Salvador (1971)*, no qual foi reafirmado o empenho concorrente da União, Estados e Municípios de se mobilizarem para a formação de órgãos, conselhos, secretarias e fundações de cultura com vistas à ampliação das instâncias oficiais e à criação de leis específicas em suas respectivas regiões de atuação.

Santa Catarina foi signatária dos dois compromissos e consta no corpo do documento de Brasília que os professores Jaldir Bhering Faustino da Silva, Secretário de Estado da Educação e Cultura do Governo de Ivo Silveira, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Diretor do Departamento Estadual de Cultura, e Oswaldo Rodrigues Cabral, representante da Universidade Federal de Santa Catarina e presidente da Comissão que estudava a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Santa Catarina, assinaram pelo Estado.

A partir deste marco, que originou duas leis de preservação e instituiu órgãos de preservação específicos para atuarem sob as suas diretrizes, a discussão em torno do tema da cultura e do patrimônio ganhou escala, incorporando-se às potencialidades turísticas do estado nos circuitos regional e local. Isso não significa, conforme apontam os estudos de Janice Gonçalves (2016), que antes da década de 1970 os atores ligados ao tema da preservação em Santa Catarina não estivessem atentos às atividades seleção, definição e proteção dos bens culturais identificados no Estado. Pelo contrário, sabe-se que, desde o final da década de 1940, os intelectuais catarinenses, por intermédio do IHGSC, vinham mobilizando-se de forma relativamente ativa em favor do "patrimônio tradicional", com a finalidade maior de reunir e afirmar aspectos representativos das identidades locais e regionais do Estado, em especial, aqueles relativos ao Folclore[33].As ações de promoção da cultura catarinense

[33] Segundo a historiadora Janice Gonçalves (2012, p. 5), entre os intelectuais inseridos na Comissão Catarinense de Folclore, associada à Comissão Nacional do Folclore, destaca-se a atuação de Oswaldo Rodrigues Cabral,

desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, em diálogo com as concepções do Tratado Constitutivo da UNESCO[34], visavam ações educacionais voltadas para o fortalecimento de expressões regionais, definidas por um rol de remanescentes culturais identificados e selecionados como singulares e definidores de uma identidade cultural catarinense.

Ainda na década de 1950, emergiu a preocupação com a preservação dos sambaquis, e as pesquisas realizadas no âmbito da UFSC, na década de 1960, culminaram na constituição do Instituto de Arqueologia e na promulgação de uma lei de proteção específica, criada no âmbito do estado (lei estadual 2.844, de 1961), voltada para a proteção destes remanescentes arqueológicos, antes mesmo da criação de uma lei federal que incluindo tais monumentos (Gonçalves, 2016, p.131-132). Isso para dizer que, as iniciativas voltadas para a preservação de bens culturais existiam e eram implementadas na esfera estadual, ainda que, conforme aponta Janice Gonçalves, elas não estivessem integradas nacionalmente, embora articuladas por entidades existentes e atuantes em relação à dimensão da cultura no estado. Faltava-lhes, portanto, amparo de políticas públicas especificas, condição que somente se desenharia anos mais tarde.

> Não obstante, os intelectuais catarinenses construíram, ao longo de décadas, uma agenda própria de ações de preservação, afinada com discussões e posicionamentos forjados em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras. (GONÇALVES, 2016, p. 112).

Essa "desarticulação" também envolvia bens móveis e imóveis, nos termos do IPHAN, estrito senso, fenômeno que resultou na baixa inclusão dos bens catarinenses no rol do patrimônio brasileiro até os anos 1980, especialmente, quando essa seleção é comparada às dos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Ainda assim, embora a interlocução dos intelectuais catarinenses com o órgão federal de preservação não fosse expressiva; iniciativas pontuais aconteciam, como no caso em que o historiador Walter Fernando Piazza foi designado, nos anos 1950 e 1960, para colaborar nas questões de zeladoria do Museu Victor Meirelles (1950); compor a Comissão Estadual de Proteção aos Sambaquis e atuar como representante da área de Arqueologia nas atividades de inventariação das jazidas arqueológicas no estado (1957-1964); elaborar o estudo e parecer que resultou no

---

entusiasta do movimento e ativo divulgador das atividades dessa Comissão na agenda nacional, tendo sido o representante de Santa Catarina no Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em 1951.

[34] "No pós 2a Guerra Mundial a promoção do folclore era então vista como aliada à valorização de distintas culturas, ao estímulo à solidariedade dos povos e à afirmação da paz, (GONÇALVES, 2016, p. 116)". – Segundo seu artigo 1º, do ato constitutivo da UNESCO, um dos principais objetivos da entidade era oferecer impulso renovado à educação popular e disseminação da cultura.

tombamento, na esfera federal, da antiga vila de São Miguel, em Biguaçu (1969); e fiscalizar os trabalhos de restauração do sistema defensivo de Florianópolis (1969), projeto idealizado pelo arquiteto Luiz Saia, Diretor do 4º Distrito do IPHAN.

Se das articulações políticas gestadas em Santa Catarina, na década 1950, emergiu a semente de um programa de desenvolvimento econômico vinculado ao turismo, no domínio do estado e da sua capital, a falta de alinhamento com políticas específicas, pela via federal, colocou tais encaminhamentos fora dos planos dos catarinenses até a década de 1970. Nesse ínterim, o caminho encontrado pelos grupos políticos e econômicos de Florianópolis foi seguir o fluxo do desenvolvimento pelas vias da modernização urbana e dos investimentos em infraestrutura que o programa desenvolvimentista nacional poderia assegurar e a adesão a esse programa foi intensa nas décadas de 1960-70. Por sua vez, também foi da década de 1970 que ampliaram-se os projetos designados a integrar o tema da preservação de bens culturais ao desenvolvimento econômico e social do estado e dos seus municípios.

Em Florianópolis, tal adesão, embora alinhada com as modernas concepções de preservação dos bens de valor artístico, histórico e cultural – orientadas pelas diretrizes das cartas patrimoniais internacionais, em especial a Carta de Veneza, que tem o patrimônio material como seu tema de relevância – chocou-se com a urgência e os interesses dos impulsos modernizadores decorrentes do "milagre econômico", desvelando os motivos pelos quais, em meio a tantas articulações políticas, elaboração de estudos e desenvolvimento de projetos, pouco se realizou em termos efetivos no campo da proteção patrimonial na cidade, na década de 1970.

Frente a esse desencontro de pautas, pode-se aventar que se por um lado os planos de modernização e a pressão imobiliária deles resultantes provocaram uma substancial perda de remanescentes cultuais históricos, além do efeito de transformar parte do traçado urbano da cidade, especialmente em decorrência da execução do Aterro da Baía Sul (1974), e da construção da ponte Colombo Salles e via expressa Beira Mar Norte (concluídas em 1975); por outro, os planos em torno de uma agenda de preservação do patrimônio cultural no município viabilizaram a manutenção de grande parte da paisagem urbana[35] e signos representativos da história local, cuja proteção efetiva foi levada à efeito somente na década de 1980.

[35] Ulpiano Meneses (2002) oferece uma interpretação que ajuda a compreender a historicidade da noção de paisagem. Segundo o autor, a ideia de paisagem não é universal tampouco de caráter fixo, mas a historicidade do conceito remete ao uso que as sociedades ou segmentos sociais fizeram dela, especialmente os grupos de poder, que ao mobilizarem-na buscam afirmar identidades nacionais nos programas de fixação e exaltação de projetos nacionalistas (MENESES, 2002, p. 41).

Ainda que esse cenário tenha se desenvolvido de forma lenta, remontando quase vinte anos de debates, seu percurso confirma que os primeiros idealizadores dos planos de preservação em Florianópolis, intelectuais ligados ao CEC, IHGSC e à UFSC, perseguiram um propósito e ao articularem-se, mobilizaram projetos e colocaram em prática discursos, tensões, intenções e relações de poder que fomentaram, em meio a um processo frenético de reordenamento urbano, acirradas discussões, chamando a atenção para a importância do tema do patrimônio cultural na capital e no Estado de Santa Catarina.

O historiador Fábio Richter (2009) destaca que esse processo marca o início de uma relação simbólica que começava a se estabelecer na cidade Florianópolis, sobretudo em meados da década de 1970, tendo como elo social, os vestígios de um passado que simbolizava a cidade e que por isso necessitava ser perpetuado (p.17). Decorre dessa expectativa, encampada e afirmada nos discursos dos intelectuais catarinenses, a promulgação da lei 1202/1974 e a criação do SPHAM, transformado em SEPHAN no ano de 1977, órgão responsável por elaborar e executar a política de preservação do patrimônio cultural de natureza material, no âmbito do poder público municipal, contando com o assessoramento da COTESPHAN, comissão formada por técnicos e intelectuais das áreas das ciências humanas, os mesmos que encabeçaram a formulação da lei de preservação em Florianópolis, como o sociólogo Nereu do Vale Pereira e os historiadores Carlos Humberto Corrêa e Sara Regina da Silveira de Souza. Esta, sobrinha e herdeira do acervo documental de Oswaldo Rodrigues Cabral.

Ainda segundo Richter (2009, p. 51), historiador que analisou as atas da COTESPHAN entre os anos de 1975 e 1980, as discussões relacionadas aos espaços museológicos da cidade eram frequentes nas reuniões da comissão, e a noção de valor histórico, presente na seleção dos bens passíveis de serem tombados, remetiam fortemente aos símbolos pátrios e àqueles relacionados à arquitetura colonial. Essa observação revela uma concepção preocupada em dotar de valor histórico vestígios materiais do passado de Florianópolis, remetendo aos processos de formação e "evolução urbana" da cidade, nos termos dos técnicos e intelectuais responsáveis pela escolha. Na segunda metade da década de 1970, foram tombados alguns sítios de relevância natural, como as dunas da Lagoa da Conceição, e as Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos; a igreja de São Francisco de Assis; bem como as igrejas das freguesias de Ribeirão da Ilha, Canasvieiras e Santo Antônio de Lisboa. Destaca-se que entre a legislação criada, em 1974, e a aplicação efetiva das políticas preservação no âmbito do município, ação levada efetivamente a efeito somente em 1986, foram poucos os tombamentos efetivados e esse hiato

que precisa ser compreendido.

Para Maria Cecília Londres Fonseca (2017, p. 197), a abertura à participação social na produção e gestão do patrimônio cultural, na década de 1980, fez toda a diferença para que as ações de preservação ganhassem escala em nível nacional. Outro fenômeno importante, foram as campanhas visando a apropriação popular desse universo simbólico, o que fez com que parte dos atores políticos também se apropriassem do ideário da preservação, fosse para levantar recursos para a solução de problemas urbanos locais, ou mesmo para reforçar, em função da carga simbólica que a ideia de patrimônio carregava, o sentido das identidade locais. Esse discurso, fortalecido nas campanhas de redemocratização do país, alinhou-se com as novas posturas e compreensão da noção de patrimônio cultural, tema produzido e difundido nacionalmente pela Fundação Pró Memória (FNpM), e que surge atrelado a um período de forte apelo pela democratização das políticas culturais no país, amparadas pela emergente noção de diversidade cultural.

2.3 O PASSADO NO PRESENTE: O TOMBAMENTO DE 1986

Em 1993 a arquiteta, urbanista e técnica do SEPHAN/IPUF dedicada ao setor de planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural de Florianópolis, Eliane Veras da Veiga, publicou o livro *Florianópolis: memória urbana* que é resultado da sua dissertação de Mestrado em História, defendida na UFSC, em 1990. No volume, a autora elabora um estudo analítico sobre o processo de configuração e transformação da paisagem urbana de Florianópolis, no período de 1850 a 1930. Fortemente embasada nos estudos do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, especialmente na obra *Nossa Senhora do Desterro: Memória (vols. I e II),* publicada em 1971 e *Nossa Senhora do Desterro: Notícia (vols. I e II),* de 1972, o trabalho de Veiga explorou, a partir de um conjunto de representações do urbano, os arranjos espaciais e estruturais – paisagem, ocupação, traçado urbano, arquitetura, logradouros, etc.– que configuraram o cenário da cidade na primeira metade do século XX.

Na introdução do livro, a autora revela que o seu objetivo ao documentar historicamente as primeiras fases de configuração urbanística da área central de Florianópolis, além de expor os seus efeitos e contingências, era fornecer aos habitantes da cidade um referencial acerca das permanências urbanas e o entendimento da sua relação com a paisagem e ambiência atual. Seu intuito, segundo a autora, era favorecer e estimular a compreensão, o respeito e o apego ao patrimônio histórico-urbano:

> (...) não somente por seu valor estético ou evocativo, mas, principalmente, pelo sentido sociocultural que ele encerra, à medida que o entendimento dos espaços históricos da cidade favorece e legitima a sua preservação, garantindo um testemunho vivo do seu passado e humanizando a cidade (VEIGA, 2010, p.23).

O relevante trabalho de Veiga acerca dos estratos sobre os quais se ergue uma cidade que se modifica para atender a diferentes dinâmicas, deixa entrever que há uma dimensão associada à materialidade do urbano que precisa ser compreendida para que a sua historicidade seja garantida. Essa dimensão diz respeito à relação que a sociedade do presente estabelece com o seu passado, pela compreensão e apreensão dos vestígios culturais que a integram. Nos termos de Ulpiano Meneses (2006, p. 36-37) essa relação remete à ideia da cidade apreendida como um artefato ou coisa fabricada no interior das relações que os homens desenvolvem uns com os outros, dentro de um campo de tensões, conflitos, interesses e energias em confronto constante que precisam ser apropriados e compartilhados socialmente para fazer sentido e gerar inteligibilidade. Para Meneses, a prática do patrimônio na cena urbana se faz pela conjunção das representações sociais com os vetores materiais.

Ao lado das arquitetas e urbanistas Betina Adams, Suzane Albers Araújo e da restauradora Maria Anilta Nunes, Eliane Veiga representa uma geração de profissionais especializados e engajados em promover ações patrimoniais amparadas na eficácia dos instrumentos de preservação e seus respectivos dispositivos legais e que, a partir da década de 1980, em Florianópolis, se viu encarregada de regular essas práticas, tomando-as como pautas de políticas públicas e sociais.

O pressuposto presente na descrição dos objetivos do trabalho de Veiga acompanha a reflexão de Maria Cecília Londres Fonseca (2017, p.26) quando esta estabelece uma nítida distinção entre política estatal, entendida como atividade inerente ao aparelho de Estado, e política pública, no sentido de uma atividade articulada, inclusive por mecanismos legais, com os múltiplos interesses da sociedade civil.

Uma dimensão relevante e que merece ser discutida quando tratamos da atuação das arquitetas e urbanistas Betina, Suzane, Elaine e Maria Anilta, nas ações patrimoniais de 1980, em Florianópolis, é a questão da profissionalização desse campo disciplinar atrelado às atividades de preservação, e acima de tudo, ao espaço que essa categoria profissional ocupou no campo do Patrimônio no Brasil, desde a instituição da primeira lei federal abordando o tema da preservação, em 1937. Esta lei trás na sua formulação, a despeito das ideias originais de Mário de Andrade, noções acerca do patrimônio cultural brasileiro muito próximas do chamado “patrimônio material”.

A atuação dos arquitetos coloca-se como um contraponto em relação ao papel do historiador e é tema de reflexão da historiadora Márcia Chuva (2008). Para a autora, a participação dos historiadores nos órgãos oficiais de proteção foi pouco valorizada, até os anos 1990, e se mostrou sempre mais associada ao de um pesquisador encarregado de legitimar um certo passado que se pretendia preservar, do que relacionada com atividades próprias de um agente da preservação, embora esses caminhos não sejam antagônicos, na opinião de Chuva. A visão que prevaleceu, desde a década de 1930, é a de que a atividade de identificação, seleção e preservação, deveria ser exercida por arquitetos, profissionais especializados para a função. Essa acepção, segundo Chuva (p. 33), transformou, historicamente, o arquiteto brasileiro em um especialista em patrimônio, percurso que ao longo dos anos foi acompanhado por outras profissões – arqueólogos, museólogos e antropólogos, mais recentemente – que assumiram espaços específicos no campo ajudando, inclusive, a conformar formas distintas de lidar com o tema, deixando restrita a atuação do historiador que, "engessado" pela sua erudição, poderia fornecer suporte à todos, mas não era percebido como protagonista em nenhuma área do campo patrimonial.

Em Florianópolis esse processo que envolve, prioritariamente, a participação dos arquitetos no campo do patrimônio foi um pouco mais tardia e somente se consolidou a partir de 1980, quando o órgão responsável pelas ações de tombamento, SEPHAN, foi integrado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), no ano de 1979[36]. Nessa reformulação, a composição da COTESPHAN também mudou: se em 1974, em decorrência da sua criação, a Comissão contava com a participação mais ativa de profissionais dos ligados à UFSC e ao IHGSC; em 1984, essa composição tornou-se bem mais diversa, tendo sido alterada para atender uma representação por áreas de interesses, formada por representantes de classes e instituições convidadas.

Assim, o quadro da COTESPHAN ampliou-se, no ano de 1980, passando a contar com uma historiadora, uma arqueóloga, um arquiteto, um representante do setor artístico, um representante da área da cultura (FCC), o presidente do IPUF, o secretário de esporte e turismo, e o procurador geral do município. Cabia à comissão assessorar o presidente do IPUF sobre temas relacionados aos tombamentos, formas de aproveitamento dos bens, convênios, elaboração de projetos, e levantamento de acervo patrimonial de Florianópolis (ADAMS,

[36] Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis- IPUF foi criado através da Lei Municipal 1.494 de 24/03/1977. Em 1979 por meio de uma reestruturação administrativa da Prefeitura de Florianópolis (Lei Municipal 1.674 de 23/11/1979) este órgão integrou os dos órgãos encarregados da preservação patrimonial na capital catarinense, SEPHAN e COTESPHAN. Tal resolução vinculou o presidente do IPUF à presidência da COTESPHAN (ADAMS, 2002, p.165).

2002, p. 62 e 63). As reuniões, conforme observado nas atas da comissão, contavam sempre com a participação e assessoria técnica dos arquitetos do SEPHAN.

Como servidora do SEPHAN desde 1977 e coordenadora do órgão a partir de 1984, Betina Adams participou diretamente do processo de definição das áreas de preservação urbana em Florianópolis. O resultado dessa experiência patrimonial, Adams registrou na obra *Preservação Urbana de Florianópolis: gestão e resgate de uma história*, publicada em 2002, enquanto fruto da sua dissertação de Mestrado em Geografia, defendida na UFSC em 2001. Esta obra, mais do que uma referência bibliográfica, é fonte documental para este trabalho.

É de Adams a conclusão de que a efetivação da política de preservação em Florianópolis só se firmou mediante a condução de um complexo e singular processo de parcerias e inter-relações. Esse convênio buscava compatibilizar os diversos grupos de interesse e as legislações vigentes, especialmente, aquelas que tangenciavam o setor de planejamento urbano, exigindo uma acomodação entre os projetos de uso, ocupação do solo e definição de sistemas viários, com os conceitos nacionais e internacionais que amparavam a defesa da cidadania e promoção da qualidade de vida, associadas às políticas de preservação do patrimônio ambiental urbano. Vários desafios precisavam ser enfrentados revelou Adams (2002, p.63)

> Era necessário superar antigos conceitos e estruturas vigentes. Como já visto, o IPUF foi herdeiro de uma concepção de preservação que privilegiava as edificações monumentais, postura reiterada pelo Plano Diretor [plano diretor de 1976], que permitia índices de ocupação extremamente elevados, concentrados especialmente sobre a área histórica da cidade. O processo de destruição do casco histórico de Florianópolis, portanto, se mantinha intenso.

A agressividade dos avanços modernizadores que o plano diretor de 1976 outorgou fez ampliar as ações do SEPHAN. Inicialmente o órgão achava-se vinculado à Secretaria Municipal da Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS), mas em 1979 foi incorporado ao IPUF com o qual passou a dividir, na estrutura municipal, as atribuições sobre o patrimônio cultural (especialmente o de natureza material)[37]. (SEPHAN/IPUF, 2012).

Nessa nova conformação, além de responder pelas ações de tombamento no âmbito do município, o SEPHAN foi encarregado de estabelecer a interlocução entre os projetos de reformulação da estrutura viária e urbana da capital e as metas de preservação patrimonial dos remanescentes históricos da cidade, desenvolvidas no âmbito da COTESPHAN. Também coube ao órgão a função de mapear áreas passíveis de serem descaracterizadas por ações de

[37] Atualmente, o órgão responsável pelo patrimônio cultural de natureza imaterial ou intangível do município é a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, criada a partir da Lei Municipal n. 7.667/2005.

demolição; reportar aquelas que efetivamente foram destruídas nos espaços da cidade; e atender às demandas da sociedade civil, sensibilizada com a rápida descaracterização que a cidade vinha sofrendo naquele final de década (RICHTER, 2009).

Cabe lembrar que o plano diretor de 1976 decorre do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região da Grande Florianópolis – PDI, elaborado entre os anos 1967 e 1971, e concebido sob a coordenação do arquiteto Luís Felipe da Gama Lobo D'Eça, no âmbito do ESPLAN. Esse plano tinha como objetivo promover um sólido investimento na estrutura viária com vistas a integrar a região metropolitana de Florianópolis; viabilizar o incremento dos empreendimentos turísticos e imobiliários em direção ao norte da ilha; além de promover o desenvolvimento comercial e de serviços na região central da capital catarinense. Sua visão de planejamento trazia uma essência tecnocrata, típica dos planos do chamado "milagre brasileiro", e propunha uma série de interferências na estrutura urbana de Florianópolis que pouco dialogava com as preocupações relativas ao patrimônio cultural edificado da cidade (RICHTER, 2009, p. 40 a 42).

Para que o processo de preservação se mostrasse efetivo foi necessário que, em 1979, conforme relatado por Betina Adams, o órgão de planejamento urbano, IPUF, incorporasse o SEPHAN, a fim de desenvolver, de forma conjunta, estudos de impacto que relacionassem planejamento urbano, turismo e preservação do patrimônio histórico em Florianópolis. Para a área da preservação dos bens culturais edificados os dois órgãos oficializaram, em 1982, o *Plano de Preservação e Valorização do Acervo Histórico/Arquitetônico de Florianópolis*, documento cujas diretrizes foram desenvolvidas no âmbito do convênio CNDU/IPUF[38], mantido entre os anos de 1980 a 1984, e que contou com a participação de equipes do SEPHAN, IPUF e da GTZ - *German Technical Cooperation Agency*.

Nesse processo, em que a parceria técnica dos três órgãos realizava levantamentos, planejamentos e proposições para a criação de áreas de proteção cultural, as chamadas APCs, a COTESPHAN teve as suas atividades reduzidas, retomando-as mais intensamente em 1984, quando o projeto já estava concluído e o SEPHAN encontrava-se fortemente integrado ao IPUF, contando "com um corpo técnico permanente, em que se destacavam profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo" (RICHTER, 2009, p. 44).

A parceria SEPHAN, IPUF e da GTZ foi liderada pelo arquiteto alemão Hermann Stärk que assessorou o IPUF em questões de planejamento urbano, turismo e preservação do patrimônio histórico (ADAMS, 2002, p.64). As referências e os pontos de vista dos agentes

[38] Convênio firmado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e o IPUF, para o desenvolvimento das cidades brasileiras no âmbito da Cooperação Técnica Brasil - Alemanha

que produziram as diretrizes, que viriam a fundamentar a lei de proteção das Áreas de Preservação Cultural (APC´s), em 1985, revelam o delineamento de uma nova conjuntura no campo da preservação que se firmava em nível global e sobre a qual François Hartog nos dá algumas referências:

> Gradativamente, a conservação e a renovação substituíram, nas políticas urbanas, o mero imperativo de modernização, cuja brilhante e brutal evidência não tinha sido questionada até então. Como se quisesse preservar, na verdade, um passado já extinto ou prestes a desaparecer para sempre. Já inquieto o presente descobre-se igualmente em busca de raízes e de identidade, preocupado com memória e genealogias (HARTOG, 2015, p. 151).

Naquela década de 1980, os conceitos relativos à proteção patrimonial se ampliaram e firmaram no plano internacional e nacional. O Brasil, de forma bastante pioneira, assumiu uma diretriz legal incorporada à Constituição Federal de 1988, que rompia com a com a noção hegemônica de patrimônio histórico e artístico (concepção que privilegiava as edificações monumentais) e se abria para a ideia de patrimônio cultural, a partir da qual emergem as discussões sobre o patrimônio imaterial, preocupação que também aparece na CF/1988, antes mesmo de haver uma carta patrimonial, no âmbito da UNESCO, abordando o tema.

No contexto local, as diretrizes preservacionistas se valeram da experiência alemã de planejamento urbano e reconhecimento do patrimônio histórico e artístico, para evidenciar aspectos sociais, culturais, afetivos e simbólicos presentes na estrutura urbana, reforçando o lugar político das práticas da memória. As recomendações e diretrizes técnicas resultantes da já referida parceria entre IPUF/GTZ, no âmbito dos projetos do município, ressaltavam, de forma rigorosa, a necessidade de se definir zonas de preservação do "substrato histórico da cidade", ainda que estas contrariassem o plano diretor de 1976 que garantia altos índices de renovação e ocupação do solo urbano (IPUF/1982).

Segundo Betina Adams (2002, p. 64), como medida preventiva contra a rápida destruição dos edifícios de valor histórico e artístico situados no centro de Florianópolis, promulgou-se, por recomendação da COTESPHAN, uma lei que visava reduzir a destruição do acervo patrimonial da cidade antes da sua inventariação e consequentes medidas de proteção. Essa lei determinava que edificações com mais de trinta anos de construção, antes de serem demolidas ou modificadas exteriormente, deveriam receber prévia anuência da COTESPHAN. Essa iniciativa impedia, entre outras consequências, que se continuasse a proceder com a construção de marquises nos edifícios comerciais, postura presente no plano diretor de 1976 e que afetava sobremaneira a estética dos edifícios históricos.

Para os responsáveis pela elaboração deste estudo de viabilidade[39], a proteção de edificações de valor histórico e artístico ia além de um dever de memória; ela contribuía para a compreensão do processo de desenvolvimento urbano da cidade. Para os técnicos do SEPHAN/IPUF as edificações, mesmo tombadas de forma isolada, "identificam[vam] e consagram[vam] as características e a personalidade da cidade", tornando alguns pontos marcantes, tanto para o turista, quanto para o morador (IPUF, 1982).

Alegando pouca disponibilidade de tempo e pessoal para a elaboração de um levantamento aprofundado acerca do valor histórico das edificações identificadas, os servidores do SEPHAN/IPUF pautaram essa definição por critérios técnicos próprios da metodologia da arquitetura como: tipo de uso, número de pavimentos, época da construção, elementos urbanístico-arquitetônicos, além de indicações quanto as alterações e interferências ocorridas nos prédios. Utilizando este critério os profissionais ainda convencionaram seis condições para que o edifício avaliado pudesse ser considerado apto a ser tombado ou não: elemento dominante; espaços urbanos marcantes; fachada com elementos arquitetônicos de valor; fachada alterada ou fachada prejudicada por comunicação visual; conflito de volumetria; e prédio de valor histórico. Todos os elementos observados levavam em consideração os aspectos materiais do edifício, o que denota que o valor histórico identificado era arquitetônico, sem haver nenhum comentário relevante quanto a questões simbólicas e memórias sociais que pudessem ser agregadas à justificativa de preservação desses edifícios.

Ao produzir um diagnóstico dos impactos promovidos pelas sucessivas intervenções promovidas na região central da cidade, a equipe técnica do SEPHAN/IPUF considerou que o adensamento vertical na capital catarinense já "havia destruído quase por completo a silhueta urbana histórica da cidade" e que o aterro da Baía Sul representava "uma das interferências mais negativas para a preservação do patrimônio histórico de Florianópolis", especialmente, por ter afetado a escala dos prédios históricos e promovido a destruição do quadro "cidade junto ao mar" (IPUF, 1982).

A possibilidade de efetivação das ações de proteção e tombamento do centro histórico de Florianópolis e de outros bens isolados só começou a se concretizar com a retomada da COTESPHAN em abril de 1984, cujas atividades foram regulamentadas pelo decreto municipal 046/84. O quadro consultivo e deliberativo do órgão, conforme mencionado, foi ampliado e passou a contar com a participação técnica de membros dos vários setores da sociedade civil e da administração pública designados para atuarem em diferentes frentes,

[39] Os arquitetos Betina Adams (SEPHAN) e Hermann Stark (GTZ) assinaram a responsabilidade pelo documento, em janeiro de 1982

incluindo o assessoramento dos arquitetos e urbanistas do SEPHAN/IPUF nas questões da preservação.

Foram designados para compor o primeiro corpo de conselheiros da COTESPHAM, após retomada as atividades: Pedro da Costa Araújo, presidente do IPUF; Jorge Mussi, procurador geral do município; Carlos Augusto da Silva Neves, secretário de turismo, cultura e esportes do município; Roberto Rodrigues Simas, representante do setor artístico, indicado pela UDESC; Sara Regina Silveira de Souza, representante da área de história, indicada pela UFSC; César Floriano dos Santos, representante da arquitetura indicado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Selma Mattos Diniz, representante da área arqueológica e natural, indicada pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA); Waldir Menezotto, representante da área de ciências humanas, indicado pela OAB; e Carlos Rodolfo Sandrini, representante da área cultural, indicado pela FCC.

Na ata da primeira reunião o presidente da comissão, Pedro da Costa Araújo, tratou de expor, de forma categórica, a sua preocupação e urgência em colocar em ação os processos de preservação legal e física – previstos na lei 1.202 de 1974 – dos bens isolados e conjuntos arquitetônicos que poderiam testemunhar a "evolução urbana" da capital catarinense. Na transcrição da fala de Pedro Araújo, este recomendava "equilíbrio e agilidade nas ações": agilidade pois "[com] a demora na tomada de decisão coloca[va]-se em risco a perda dos bens pela demolição", e equilíbrio porque, "algumas ações se, antecipadamente divulgadas, acelera[riam] ações demolidoras". Os fatos, complementava Araújo, "se sobrepõem ao aspecto legal, e a negociação e até a barganha são fundamentais" (COTESPHAN, 1984-1989).

Preocupados com a repercussão que os tombamentos isolados pudessem provocar, como o desaparecimento ou abandono de vários imóveis na iminência de serem notificados, os membros da comissão recomendaram, como medida imediata, a adoção das diretrizes técnicas constantes no *Plano de Preservação e Valorização do Acervo Histórico/Arquitetônico de Florianópolis*, de 1982. Quanto às edificações isoladas, endossava-se a proposta, constante do plano de preservação, que sugeria como medida emergencial, que a prefeitura comprasse os imóveis em eminência de destruição para revenda posterior a possíveis interessados em mantê-las:

> Edificações de valor histórico, em risco devido ao abandono por parte de seus proprietários, deveriam ser comprados pelo Município, e posteriormente revendidos a interessados na preservação e restauro do imóvel. A compra do imóvel, desta forma, não representa[ria] um investimento, simplesmente um pré-financiamento à compra do imóvel. (...) que para certas edificações ou conjuntos, [poderiam] ser elaborados sugestões de uso, pois esta, para a instalação de atividades culturais,

> sociais ou comerciais, em acordo com o planejamento urbano, ajuda[riam] na atratividade e diversificação da capital. (SEPHAN/IPUF,1982).

A dinamicidade do uso colocava-se como uma alternativa ao desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade. Sua proposta veio acompanhada de um conjunto de instrumentos que visava incentivar e minimizar os possíveis impactos negativos das novas políticas de preservação.

Entre muitas deliberações, os conselheiros da COTESPHAN apoiavam um forte investimento na mobilização e "conscientização" [40] dos proprietários de imóveis e membros da sociedade em geral, interessados em apoiar o projeto. Benefícios como auxílios financeiros, isenção tributária, premiações e criação de fundos de proteção do patrimônio histórico constavam do plano de preservação e foram, assim como as ações de "conscientização" da opinião pública, pautadas como um pressuposto fundamental "para o êxito de medidas legais, administrativas e técnicas" a serem tomadas:

> Uma opinião pública esclarecida e interessada facilita ao político a sua decisão. A disposição dos proprietários em ajudar na realização dos objetivos da preservação do patrimônio é despertada só a partir do momento em que o valor do acervo [sic] é reconhecido através de uma discussão positiva e aberta que reforce o desenvolvimento de um trabalho bem-sucedido (SEPHAN/IPUF,1982).

Ao que parece, os técnicos do SEPHAN/IPUF e os conselheiros da COTESPHAN viam na participação social um instrumento eficaz de pressão e mobilização da vontade política, ajudando a fazer avançar as pautas públicas que favorecessem ações significativas de tombamento, já que ações isoladas vinham ocorrendo desde meados de 1970.

Pelo menos no papel, as medidas dos conselheiros sugeriam que campanhas de esclarecimento e adesão ao projeto fossem adotadas na cidade, tornando-se parte do ideário preservacionista. Para isso, recomendavam que "cidadãos tecnicamente competentes" fossem estimulados a "fazerem publicações regulares no campo da preservação e da história da cidade". Também foi sugerido um concurso de pintura e fotografia, com premiação e reconhecimento das edificações que se sobressaíssem pelo seu bom restauro; além de exposições e conferências, tidas como "meios eficazes para uma maior conscientização da população e assuntos afetos ao patrimônio". (SEPHAN/IPUF, 1982).

O alcance desta pesquisa não apurou o que de fato foi posto em prática pelos idealizadores dos projetos de preservação da região central de Florianópolis, no caso específico dos tombamentos de 1986, em parte, e cabe abrir este parêntese, em virtude da atual configuração da instituição que, tendo sido bastante reduzida, não possui técnicos

[40] Termo recorrente na transcrição da fala dos conselheiros da COTESPHAN, seu uso parece comum entre os técnicos do patrimônio. Foi destacado no texto por denotar distinção, em termos de compreensão, ou mesmo tutela dos técnicos em relação à sociedade civil, entendida como leiga acerca do tema.

permanentes com conhecimento para disponibilizar acesso à documentação para pesquisa. O SEPHAN, nos anos de 2017 a 2019, período que corresponde a essa pesquisa, abre ao público Apenas às terças e quintas-feiras, no período 13:00 às 17:00hs, e os atendimentos priorizam as demandas específicas de proprietários, empresas e advogados.

Não foram poucas as tentativas de acessar processos que pudessem dar pistas do envolvimento da comunidade florianopolitana com o tema da preservação de bens culturais na capital catarinense, como processos e pedidos de tombamentos provenientes de cidadãos ou dos próprios proprietários, por exemplo. Por sua vez, foram recorrentes as respostas que me aconselhavam a ler os trabalhos de Betina Adams e Eliane Veiga, ambas servidoras aposentadas, pois neles "tudo já estaria dito". Para os novos técnicos do SEPHAN, essas fontes secundárias são falas uníssonas, incontestáveis e suficientes para fornecer respostas às minhas demandas de pesquisa. Sem requerer os meus direitos, por meio da lei de acesso à informação, preferi manter a minha própria interpretação de que essa dificuldade de acesso aos documentos, além do despreparo técnico dos servidores, estaria relacionada a uma certa hesitação em tornar visíveis possíveis conflitos e tensões comuns aos processos de patrimonialização, e que no caso de Florianópolis, não estão evidentes na maioria dos trabalhos historiográficos que tratam do tema.

De qualquer forma, pelo que foi possível apurar sobre a mobilização empreendida pelo SEPHAN à época, a apropriação dos novos discursos patrimoniais e a carga simbólica que a sua retórica carregava, especialmente em relação à afirmação de identidades locais, parecem ter surtido algum efeito junto aos atores políticos e grupos de interesse da cidade que, atentos à sensibilidade do tema, tomaram duas decisões importantes: aprovaram a Lei Ordinária 2.193, de 03 e janeiro de 1985, que entre outras providências, cria as Áreas de Proteção Cultural (APCs), decisão que permitiu que a equipe do SEPHAN desse continuidade aos processos de proteção dos conjuntos situados nas áreas de preservação de interesse histórico[41]; e apoiaram o Decreto n. 270/86, que tombou o centro histórico de Florianópolis.

Conforme mencionado, difundir um discurso sobre o patrimônio que implicasse na inclusão e envolvimento das comunidades locais, não apenas como objeto ou população alvo, mas também como sujeito a participar junto com os agentes institucionais, vem de um conjunto de diretrizes propostas FNpM, cujo lema era "a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio" (FONSECA, 2017, p. 197). Nesse processo, que visava formar uma relação

[41] Os conjuntos compreendiam grupos de edifícios de arquitetura vernacular de formação urbana, além de unidades de acompanhamento – edifícios de baixo valor patrimonial, mas importantes para a ambientação do conjunto preservado.

de consenso entre os órgãos de proteção, a comunidade e aqueles proprietários dispostos a recuperar seus imóveis tombados ou construir em terreno remanescente, o SEPHAN/IPUF estabeleceu direitos e obrigações, estipulando que a proteção do patrimônio cultural de caráter material (especificamente edificado), obedeceria aos seguintes instrumentos:

1. Decreto de Tombamento: instrumento assinado pelo Executivo e decorrente de processo administrativo de tombamento;

2. Legislação Urbana: os Planos Diretores de Uso e Ocupação do Solo instituíram as Áreas de Preservação Cultural – APC, delimitadas em plantas urbanas, definindo conceitos e normas de uso e manejo;

3. Benefícios urbanísticos e fiscais complementares, a exemplo da isenção de IPTU e a transferência do direito de construção.

A recuperação do imóvel privado protegido permaneceu sob a responsabilidade dos proprietários, entretanto, o município se comprometia a participar, indiretamente, na preservação destes, por meio da concessão de incentivo fiscal e urbanístico. Estas concessões, por sua vez, seriam concedidas mediante a solicitação do proprietário e se dariam por meio de processos administrativos públicos, visando a Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e/ou a Transferência do Índice de Construção. Conforme o estado de conservação de cada edificação, tornava-se possível conceder a redução de até 100% do IPTU. Por tratar-se de uma avaliação anual, este instrumento favoreceria o monitoramento dos imóveis tombados, tornando-se um dos indicadores utilizados pelo SEPHAN para avaliar o estado de conservação de imóveis protegidos (IPUF, 2012, p.5).

A prioridade na preservação dos núcleos, conjuntos e caminhos corrobora a intenção dos responsáveis pela seleção de valorizar bens culturais representativos do processo de expansão e desenvolvimento urbano De Florianópolis. O conjunto no qual a casa se inscreve e o seu entorno, destacam-se por apresentar remanescentes de valor histórico e arquitetônico que valorizam o processo de constituição do Bairro Mato Grosso, fundado, conforme já destacado, em forma de loteamento de chácaras que, a partir de meados do século XIX, passaram a alojar famílias de elite, decididas a viver em áreas mais bucólicas da cidade.

Na análise do levantamento das edificações de valor histórico, em todo o perímetro central, os técnicos do SEPHAN/IPUF destacaram a importância do conjunto onde foi iniciado o assentamento urbano da Vila de Nossa Senhora de Desterro (região que compreende o entorno da praça XV de novembro) e dos conjuntos menores como os encontrados nas ruas Victor Konder e Almirante Alvim; rua Almirante Lamego; rua Esteves

Júnior; rua General Bittencourt; rua Hermann Blumenau; Av. Rio Branco; e rua Visconde de Ouro Preto, em especial o entorno da Praça Getúlio Vargas, que apresenta edificações de valor arquitetônico, marcantes para a manutenção da paisagem urbana (IPUF, 1982).

Novamente nessa seleção e nas suas justificativas, vemos marcadamente a influência dos trabalhos historiográficos de Oswaldo Rodrigues Cabral e do geógrafo Víctor Antônio Peluso Júnior, este, dedicado ao estudo das políticas de desenvolvimento urbano nas cidades catarinenses desde a formação da Capitânia da Ilha de Santa Catarina, no século XVIII.

Essa influência denota que a historiografia produzida por esses intelectuais, docentes da UFSC, mas também membros ativos do IHGSC e tributários da sua forma de pensar a história, classificada na década de 1990 como uma história "tradicional", ainda exercia forte influência e compartilhava espaço com as perspectivas das novas gerações de historiadores que, segundo Janice Gonçalves (2006, p.94), se esforçavam em afirmar aspectos problematizadores, críticos, não lineares e factuais, que valorizassem sujeitos e grupos tidos como tradicionalmente excluídos da produção historiográfica desses "membros diletantes" do IHGSC que, desde 1960, ocupavam quadros no ambiente acadêmico, aonde, por força da sua formação e vinculação institucional, disseminavam uma perspectiva "cívico-patriótica" na forma de pensar e escrever a história de Santa Catarina.

Em 1985 foram finalizadas as delimitações das zonas de proteção e definidos os dez conjuntos arquitetônicos[42] que juntos, reuniriam cerca de quinhentas edificações tombadas no ano seguinte pelo Decreto Municipal 270, de 30 de dezembro de 1986, nos termos da Lei Municipal n. 1.202 de 04 de abril de 1974. Os imóveis selecionados e situados nas áreas que correspondem ao entorno da Praça Getúlio Vargas, Largo Benjamin Constant, rua Almirante Alvim e rua Victor Konder passaram a constituir o Conjunto Arquitetônico Bairro do Mato Grosso, composto por vinte e seis edificações, entre as quais figura a atual sede do IDCH, localizada na Visconde de Ouro Preto, n. 457. A descrição deste conjunto trás o seguinte argumento:

> Conjunto II – bairro Mato Grosso (Praça Getúlio Vargas e adjacências): segundo em importância na área central da cidade, teve origem às margens dos antigos caminhos que no século XVIII ligavam o núcleo original da Vila de Nossa Senhora do Desterro ao Forte São Luiz, na Praia de Fora. Originalmente agrupava chácaras residenciais dos habitantes mais abastados e, pela expressão dos indivíduos arquitetônicos que o compõem, constitui-se, sem dúvida, em testemunho importante das sucessivas etapas da história da Arquitetura existente na cidade, não só pela harmonia das edificações

[42] O tombamento instituiu como Patrimônio Histórico e Artísitico do Município, os seguintes conjuntos arquitetônicos, quais sejam: I Conjunto Centro Histórico; II Conjunto do Hospital de Caridade; III Conjunto Bairro do Mato Grosso; IV Conjunto Bairro da Tronqueira; V Conjunto Rua General Bittencourt; VI Conjunto Rua Hermann Blumenau; VII Conjunto Nossa Senhora do Rosário; VIII Conjunto da Praia de Fora; IX Conjunto Rua do Passeio; e, X - Conjunto Rita Maria.

> que o integram e sua relação com a praça fronteira, como também pela absoluta ausência de verticalização, o que faz com que seja mantida escala compatível com o ser humano. Do conjunto pode destacar-se, por haver sido fruto de tombamento isolado (Dec. Municipal n. 182 de 31/12/1986), a edificação sita à Rua Almirante Alvim, n.7, que apresenta características arquitetônicas dos fins do século XIX e início do XX. Fachadas apresentando perfeita modulação de aberturas com vergas e sobrevergas retas e elementos neoclássicos expressos pelas cornijas e platibandas com balaústres arrematadas por coruchéus (SOUZA, 1992, p.31)

O fato desse conjunto ser o segundo bairro em importância na área central não fica bem explicitado na descrição do seu tombamento, mas remeta à hipótese de que, além dele representar aspectos da ocupação do bairro e formas de expansão urbana da antiga Desterro em direção aos arrabaldes; ele também apresenta uma diversidade de estilos arquitetônicos denotando a "ecleticidade" dos gostos construtivos do final do século XIX e início do XX, representando, para os estudiosos da "evolução urbana" de Florianópolis, como Eliane Veras da Veiga, aspectos da história da arquitetura presente na cidade.[43]

O valor dedicado a esses edifícios, preconizado na presente descrição, revelam, em parte, o perfil do órgão responsável pela seleção e dos técnicos que estavam a seu serviço: profissionais amplamente comprometidos com a valorização do patrimônio edificado, descritos, segundo a sua própria definição como "indivíduos arquitetônicos". A partir dessa definição, percebe-se que os valores e o interesse por essas edificações relacionam-se muito mais com a história da arquitetura, presentes nesses imóveis, do que a memória social produzida sobre eles. Esses critérios de valoração, por sua vez, apresentam forte conexão com as diretrizes do IPHAN, estrito sendo, e bem menos, com a proposta do FNpM que recomenda uma pretensa participação cidadã, presente nos processos de escolha e seleção.

Assim, o que se percebe nessa seleção, tendo em vista a predominância da perspectiva dos arquitetos e urbanistas, é a valorização de um determinado tipo de cidade, diferente, por exemplo, dos valores que estariam presentes na seleção de um historiador, que certamente se ocuparia, de perceber as memórias presentes nesses imóveis como o perfil dos seus ocupantes; as singularidades observadas na ocupação dessa área; algumas histórias de famílias que podem ter se transferido para o bairro após experimentarem certo sucesso econômico em decorrência dos negócios marítimos e comerciais, como a família Wendhausen; além dos aspectos distintivos presentes na materialidade desses imóveis, que os reunisse em torno de um tema comum, a emergência social de determinado grupo e a adoção de padrões distintivos revelados nos seus modos de habitar.

---

[43] Eliane Veras da compôs os quadros funcionais do IPUF, de 1982 a 1996, e integrou a equipe que trabalhou na seleção dos bens tombados no centro da cidade.

Assim, se no primeiro capítulo dessa produção historiográfica a casa é apresentada em um jogo de representações onde prevalece um processo de distinção social, observado na produção e acomodação das suas memórias, fenômeno destacado nas memórias literárias; na patrimonialização do bairro, quase cem anos depois, a casa recebe outro tipo de valoração. As memórias surgem das escolhas técnicas que definiram o valor arquitetônico das casas e não um processo social de produção de sentido. Essa constatação também denota que a participação cidadã, aventada pela COTESPHAN quando esta planejava, estrategicamente, formas de atrair a adesão popular para a causa da preservação em Florianópolis, não fez parte dos critérios de seleção que se mostraram pautados pelos elementos técnicos e conceituais da arquitetura e do urbanismo, do que por processos de identificação social. Infere-se, portanto, que a participação social não passou de um mecanismo retórico destinado a sensibilizar os agentes políticos encarregados de aprovar os decretos, determinando os tombamentos, ou mesmo, no momento de definir o uso desses bens após o tombamento.

Considerando que o interesse desta pesquisa consiste em compreender os caminhos que definiram a trajetória patrimonial da casa que hoje é sede do IDCH, em meio a sucessivos processos de reformulação urbana, pode-se ventilar, pelo menos no campo teórico, que os usos culturais têm o peso de operar na formação das experiências e práticas sociais e construir no imaginário coletivo, o reconhecimento e o valor que conferem sentido a um patrimônio. Novamente, nas palavras de Ulpiano Meneses (2006), os usos culturais conferem certo "enobrecimento" a objetos do cotidiano, como uma casa por exemplo, retirando do seu conjunto tudo que remete à sua função em essência, que é ser habitada, para preservar apenas as qualidades reconhecidas por seu caráter singular e artístico que em nada se aproxima do uso vulgar e cotidiano que o ato de morar ou trabalhar acarreta. "O desprezo pela função de habitar tem a ver com a exclusão da cultura no horizonte do cotidiano e se agrava em relação ao trabalho", considera Meneses (p.38).

Deslocando esse ponto de vista para a casa, entendida na dissertação como um objeto da vida cotidiana da sociedade, pode-se dizer que o sentido da sua preservação e permanência reside em dois enfoques conceituais difundidos em um espaço de tempo que comporta cerca de quarenta e cinco anos de história dos processos que visam instituir normas, princípios e diretrizes para a devida preservação e valorização de bens culturais em nível mundial.

Um desses princípios seria o da "monumentalidade", ampliado na Carta de Veneza, em 1964, como componente de relevada importância no conjunto da paisagem urbana, onde, a criação arquitetônica é reconhecida por seu valor histórico, artístico e de testemunho de uma sociedade particular, sendo necessário que a sua integridade seja salvaguardada por

legislações de proteção (ICOMOS, 1964). O outro princípio, definido na Declaração de Quebec, em 2008, diz respeito à funcionalidade e dinamicidade do patrimônio; neste, o bem cultural é percebido em meio à complexidade das relações humanas e escolhas que os sujeitos fazem em cada presente. Assim, assegura-se o caráter vivo e criativo do bem cultural, que na questão alusiva à Casa, estão presentes na articulação funcional dos projetos educacionais que nela têm sido desenvolvidos, com foco na valorização da produção e conhecimento acadêmico. Para François Hartog, a apreciação que se faz destes bens, além de entrelaçar, teoricamente, as categorias história e memória, procura reabilitar socialmente o seu significado e valor de conjunto nos projetos urbanos, o que resulta num paradoxo: um passado histórico reconstruído e colocado nas normas modernas de configuração urbana (HARTOG, 2015, p. 234)

Partindo da ideia levantada por Françoise Choay (2006) de que "todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isto tenha, na origem, uma destinação memorial (p. 26) ", surge uma terceira forma de perceber a sede do IDCH, valorizada e reconhecida no tempo presente, como uma agente agregadora das memórias da cidade. Monumentalizada a *posteriori,* ou seja, sem que na sua concepção tenha havido a intenção de perenizar alguma lembrança, este imóvel, a partir de escolhas institucionais, foi destinado a usos culturais e educativos. Ao ser transformada em espaço de preservação e salvaguarda de documentos, relacionados às pesquisas realizadas no âmbito da FAED e que poderiam estar salvaguardadas ali, a casa recebeu a "finalidade de fazer reviver um passado mergulhado no tempo" (CHOAY, 2006, p.26).

Este tema relativo à definição da função social de um bem cultural patrimonializado foi desenvolvido e discutido no terceiro capítulo ou tempo, que se dedica a perceber como a casa, agora oficialmente tombada como um bem cultural do município de Florianópolis, será novamente afirmada no cenário da cidade, ao tornar-se receptora de acervos documentais reconhecidos e valorizados para a preservação. Este terceiro tempo será dedicado a essa dupla patrimonialização do imóvel, presente na atual finalidade do IDCH de acolher, preservar e disseminar memórias sociais com valor de pesquisa e reflexão; além de propor uma visada acerca das estratégias de valorização e legitimação de determinados conjuntos documentais, pertencentes a intelectuais da cidade cujos acervos pessoais estão depositados no instituto.

CAPÍTULO 3. PAPÉIS DAS MEMÓRIAS: A CASA TORNADA CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Neste capítulo buscou-se refletir sobre os usos e funções atribuídos aos bens culturais protegidos. Em relação à casa, especificamente, passarei da análise dos sentidos práticos, socialmente arraigados nos propósitos da sua construção – tema trabalhado no primeiro capítulo –, para os significados emblemáticos que o ato da patrimonialização lhe conferiu, garantindo-lhe novos sentidos públicos e apropriações culturais que culminaram na sua transformação em um centro de documentação e custódia de conjuntos documentais, públicos e privados, relativos à história de Santa Catarina.

Atualmente, a casa abriga o Instituto de Documentação e Pesquisa em Ciências Humanas (IDCH) que funciona como um espaço de recebimento, tratamento, armazenamento e disponibilização à consulta de conjuntos documentais em diversos suportes. O instituto é aberto ao uso da comunidade acadêmica e sociedade em geral e atua no apoio ao desenvolvimento e realização de pesquisas no campo das Ciências Humanas (IDCH, 2017).

O IDCH mantém sob sua custódia conjuntos documentais e bibliográficos gerados por intelectuais catarinenses que atuaram na área da educação e cultura no estado, assim como, outros de natureza pública, como os denominados "arquivos marginais", que comportam um extenso lote documental oriundo da Penitenciária de Florianópolis, produzidos entre os anos de 1934 a 1980. A casa também se abre como espaço de visitação, leitura e estudo; consultas ao acervo *in loco*; atividades articuladas com projetos de ensino, pesquisa e extensão da FAED; projetos em parceria com outras instituições públicas do Estado; além de eventos como saraus literários e de música, palestras, lançamento de livros, defesas e apresentações de trabalhos acadêmicos.

Ao se constituírem como material empírico para pesquisas os vestígios materiais que o IDCH preserva e disponibiliza, incluindo a sua própria estrutura arquitetônica, conferem a este instituto o papel de agente da construção de memórias sociais, considerando-se memória um encadeamento processual ativado a partir de escolhas que analisarei, criticamente, a fim de perceber os caminhos de formação deste centro de documentação, seus pontos de tensão e conflito e possível disposição a enaltecer determinadas memórias que operam para o seu reconhecimento cultural. Por outro lado, buscarei observar como o lugar social do instituto e o que ele representa no presente de Florianópolis, também contribui para as pretensões de

patrimonialização dos acervos de que é depositário, para tanto, a análise dos conjuntos de natureza privada será priorizada.

Em 2012, a casa, que já era vinculada ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) desde a década de 1980, tornou-se centro de documentação e pesquisas pela Resolução n. 030/2012 - CONSUNI (Alterada pela Resolução n. 64/2016 - CONSUNI). A ação educativa pode ser entendida como a sua principal finalidade institucional, cujo compromisso envolve apoiar a comunidade acadêmica, estimulada pelos projetos de ensino, pesquisa e extensão da FAED; além de promover a mediação da aprendizagem dos alunos e pesquisadores que atuam nas suas dependências e acervo. O objetivo principal do instituto é definido no artigo 1º da resolução 064/2016, sob a seguinte redação:

> O Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas - IDCH tem por objetivo ser um centro de documentação destinado a desenvolver pesquisas, receber, tratar, armazenar acervos e documentos em diversos suportes, estimulando a produção, socialização e estruturação do conhecimento gerado na área de Ciências Humanas pela comunidade científica da FAED e pela comunidade externa.
>
> Parágrafo único. O Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas - IDCH será preferencialmente campo de estágio bem como campo de pesquisa para os alunos de graduação e pós-graduação da FAED.

Atualmente a finalidade, a composição e os recursos do instituto orientam-se pelo seu próprio Regimento Interno, cujo conteúdo se acha expresso na Resolução 064/2016 – CONSUNI (Anexo I), que estabelece ser finalidade do IDCH: "atuar na área da pesquisa, documentação, educação e da cultura, agregando as pesquisas realizadas no âmbito da FAED, na área de ciências humanas e aplicadas", com o propósito de:

> a) constituir-se num espaço de guarda de documentação e memória científica relativas às pesquisas que tenham por objeto a sociedade contemporânea em seus aspectos histórico, educacional e socioambiental;
> b) catalogar, armazenar, tratar, disponibilizar os resultados das pesquisas nos seus diversos suportes e disponibilizá-la ao público em geral;
> c) assegurar a interdisciplinaridade necessária para os estudos na área de humanidades;
> d) estimular a produção, socialização e estruturação de conhecimento gerado pela comunidade científica da FAED e pela comunidade externa;
> e) disponibilizar à comunidade acadêmica, redes escolares nos diversos níveis, pesquisadores/as e demais interessados/as, o acesso aos acervos sob a guarda do Instituto.

Para entender a formação atual do acervo que compõe o Instituto, a partir da sua própria finalidade e objetivos, faz-se necessário questionar que documentação e memória científica têm ocupado, atualmente, o interesse e espaço da instituição; quais são as pesquisas; quem são os pesquisadores; e sobretudo, como se pode compreender os documentos de natureza privada e pública que o instituto abriga? Para organizar essas questões iniciarei pela

instrução normativa que trata da formação e gestão do acervo que compõe o IDCH, a partir do disposto na Resolução 064/2016 – CONSUNI (Anexo II). O artigo 1º deste documento define que:

> O acervo do instituto será formado de acordo com seus recursos orçamentários, estrutura física, humana e tecnológica contemplando diversos tipos de materiais em seus variados suportes, mas prioritariamente aqueles produzidos no âmbito do Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC, podendo também receber doações ou tomar por empréstimo acervos públicos e privados.

Essa parte do dispositivo abre espaço para uma primeira reflexão de ordem conceitual e torna necessária a percepção de que a noção de acervo é mobilizada neste centro documentação, responsável por reunir documentos destinados à pesquisa no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, enquanto conjunto de artefatos, de qualquer natureza, dotados de valor histórico e atributos geradores de memória social.

Sobre os conjuntos documentais movimentados e disponibilizados pelo IDCH, ressalta-se que, atualmente, eles não são provenientes, exclusivamente, das pesquisas dos docentes e discentes da FAED, ou resultado de doações de caráter público ou privado. O espaço também recebe e desenvolve projetos em parcerias que visam a organização, higienização e digitalização de documentos pertencentes a outras instituições de custódia documental no Estado.

Dessas iniciativas cabe destacar: o *Projeto Hemeroteca Digital*, iniciado em 2013, e desenvolvido em parceria com a Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) sob a coordenação do professor do Departamento de História, Reinaldo Lindolfo Lohn; o projeto *Arquivos Marginais*, iniciado em 2013, e que promoveu, sob a coordenação da professora do Departamento de História, Viviane Trindade Borges, a organização e salvaguarda do arquivo de documentos da Penitenciária de Florianópolis; o projeto de *Gestão e Projetos de Pesquisa da FAED*, também de 2013, e que organizou um inventário composto por 609 projetos de pesquisa, abrangendo o período de 1989 a 2017; o *Projeto Arquivo Digital de Mapas Catarinenses*, iniciado em 2014, em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento, Diretoria de Estatística e Cartografia – DEGE, e que promoveu a digitalização de cerca de 2000 (dois mil) mapas relativos à geografia de Santa Catarina; e por fim o mais recente, que foi o projeto de organização e digitalização do acervo fotográfico da Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES), realizado no ano 2018, sob a coordenação da professora do Departamento de História, Silvia Arend (IDCH, 2018).

Quanto aos acervos permanentes e de natureza privada, é importante dizer que todos foram acolhidos pelo instituto por intermédio dos professores do departamento de História da FAED, cujas pesquisas relacionam-se com os temas que eles abarcam, como história de Santa Catarina, culturas políticas, história da educação, história dos intelectuais e temas congêneres.

Em 2013, a instituição recebeu o primeiro fundo de natureza pessoal acumulado e doado pelo casal de escritores Eglê Malheiros e Salim Miguel. Na ocasião optou-se por homenagear os doadores inaugurando um espaço dedicado, exclusivamente, a expor os seus documentos. O local reservado na casa foi nomeado de *Espaço Eglê Malheiros e Salim Miguel*.

Em 2014 o IDCH recebeu a *Coleção Elpídio Barbosa*, transferida do Museu da Escola Catarinense para as dependências do Instituto. Este acervo comporta documentos profissionais deste professor e legislador catarinense que também foi um dos articuladores da criação da primeira Faculdade de Educação do Estado de Santa Catarina (FAED), criada em 1963[44]. Ainda em 2014, transferiu-se para o Instituto o acervo de livros de outro professor catarinense, o professor Victor Márcio Konder, cujas atividades também se vinculam à UDESC já que este lecionou na instituição. O recebimento destes dois conjuntos se deu por intermédio da professora, Maria Teresa Santos Cunha, do departamento de História da UDESC, e a sua natureza está bastante afinada com as prioridades de aquisição de documentos por parte do IDCH.

Em 2015 o coletivo catarinense *Memória, Verdade e Justiça* doou ao IDCH a Coleção Ditadura em Santa Catarina. Esta coleção acumula documentos relativos ao período da ditatura militar vivida em Santa Catarina e foi acumulada por membros deste coletivo que vivenciaram esse período de exceção em Santa Catarina. No mesmo ano, o Arquivo Nacional doou, para consulta *in loco*, 7.556 registros digitalizados, relativos ao Serviço Nacional de Informações (SNI) do Paraná, entre os anos de 1960 a 1991. A adoção desses dois conjuntos documentais se deu por intermédio do professor Reinaldo Lohn.

O último acervo privado doado ao instituto foi o do historiador Walter Fernando Piazza. Sua negociação iniciou-se em 2016 e contou com a mediação da professora Maria Teresa Santos Cunha que à época era coordenadora da instituição. Após um ano de ajustes e trâmites burocráticos, relativos à jurisdição arquivística e organização espacial do edifício para receber os documentos, o material foi finalmente entregue à custodia do instituto. Assim como os objetos do casal Eglê e Salim, o conjunto documental do professor Piazza recebeu

[44] A criação da FAED juntamente com a ESAG, em 1964, foi o marco inicial da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina - UDESC

um lugar de destaque nas dependências da casa, haja vista que este acervo vem sendo considerado um dos mais importantes da instituição, em parte, devido à atividade profícua deste historiador no campo da cultura e da história de Santa Catarina.

Na tabela abaixo é possível dimensionar quais e quantos são os conjuntos documentais permanentes e originais que atualmente se acham depositados no Instituto e ter conhecimento sobre o trânsito dos documentos provisórios que já passaram por tratamento técnico no IDCH, antes de retornarem às suas instituições de origem.

Documentos permanentes depositados no IDCH

Conjuntos documentais	Material físico depositado no IDCH
Eglê Malheiros e Salim Miguel	9.300 livros; 267 Revistas; 505 Recortes de jornal; além de objetos pessoais como medalhas, prêmios e honrarias.
Arquivo da Penitenciária de Florianópolis	4600 documentos organizados e acondicionados em 336 caixas de arquivo. Os originais permanecem no IDCH.
Arquivo de Gestão de projetos de Pesquisa da FAED	507 projetos. Os originais se encontram acondicionados em 97 caixas de arquivo.
Coleção Elpídio Barbosa	520 livros e 02 coleções de revistas dispostos em estantes.
Coleção Victor Márcio Konder	533 livros acomodados em estantes.
Coleção Ditadura Militar Catarinense	39 livros, 35 relatórios, 12 revistas e 76 CD's e DVD's.
Acervo de Walter Fernando Piazza	1830 livros; 140 revistas; Documentos como correspondências, fotografias, mapas, relatórios; além de objetos como troféus, medalhas, broches, placas, certificados, diplomas e material de trabalho (textos).

Figura 18 - Quadro de documentos permanentes depositados no IDCH. Fonte: Relatório IDCH, 2018

Projetos em parceria, desenvolvidos no IDCH

Conjuntos documentais	Material físico depositado no IDCH
Hemeroteca Digital Catarinense	A instituição ajudou a digitalizar 7718 edições de jornais, relativas a 716 títulos. Os originais retornaram à BPSC.
Arquivo de Gestão de projetos de Pesquisa da FAED	507 projetos. Os originais se encontram acondicionados em 97 caixas de arquivo.
Arquivo Digital de Mapas Catarinenses	2000 mapas foram digitalizados na instituição e depois devolvidos para suas respectivas instituições.
Digitalização do Acervo da Irmandade do Divino Espírito Santo	9.911 fotografias, 80 livros e 547 documentos foram organizados e digitalizados na instituição, retornado à sede da Irmandade após a conclusão do projeto.

Figura 19 - Quadro de projetos desenvolvidos no IDCH, com trânsito provisório de documentos. Fonte: Relatório IDCH, 2018.

A forma de aquisição e a organização dos conjuntos documentais que contemplam os acervos do IDCH – empréstimo, permuta ou doação – são critérios importantes para se compreender a constituição do Instituto e a sua definição como um centro de documentação. No entanto, ressalta-se que este não é o principal critério de diferenciação e definição de um centro de documentação em relação a outras instituições de salvaguarda de arquivos e conjuntos documentais; o principal critério é a sua finalidade e forma de acumular.

Pelas regras da arquivística, a formação de uma instituição de salvaguarda documental tanto pode ser orgânica, em decorrência da acumulação documental produzida pela instituição em decorrência das suas atividades; quanto planejada, como ocorre com o IDCH, que estando ligado à UDESC/FAED, optou por criar um espaço de conservação onde procura agregar documentos produzidos pelos docentes e alunos, mas também documentos de outras naturezas, suportes e procedências conforme indica o artigo 1º da Resolução 064/2016.

Em regra, os centros de documentação contam com variada procedência documental em relação à totalidade dos seus acervos. Diferentemente da prioridade que os arquivos tendem a dedicar às instituições às quais estão vinculados, os centros de documentação se constituem mais especificamente por iniciativas de doação, ou em outras circunstâncias, por compra, permuta ou empréstimo. Mas esse não é o critério mais relevante, a diferenciação mais notada entre as instituições custodiadoras relaciona-se com o tipo de objeto que elas abrigam: as bibliotecas e os museus, por exemplo, costumam ter muitas coleções e artefatos reunidos, geralmente organizados por temas; ambas também podem conter arquivos, mas a recorrência é menor que nos arquivos e centros de documentação. Estes por sua vez, são por excelência instituições de salvaguarda de artefatos e conjuntos documentais de procedências e naturezas diversas, mas que de alguma forma são reunidos a partir de um elo comum, como um tema ou mesmo uma área, como ocorre no IDCH que é uma instituição ligada a uma Universidade e que tenta ser coerente com essa filiação, focando em conjuntos documentais relacionados com as áreas das ciências humanas e sociais aplicadas.

A ênfase em uma definição que procure estabelecer a diferenciação entre um centro de documentação e um arquivo, demonstrando que eles têm finalidades diferentes, leva em conta que as diversas instituições custodiadoras de coleções e arquivos utilizam metodologia interdisciplinar para tratar os seus conjuntos documentais, podendo assim, reunir atividades próprias da biblioteconomia, da museologia, da arquivística e também da informática. No entanto, somente os centros de documentação agregam a possibilidade de a instituição promover intercâmbio técnico e documental com outras de natureza semelhante, como visto no quadro que contempla os projetos em parceria do IDCH (figura 20). Esta atividade, em

tese, o arquivo não faz. Dessa forma, verifica-se que os centros de documentação têm suas atividades referenciais bem mais flexíveis, inclusive em relação à diversidade dos seus acervos, fenômeno que no caso do IDCH também pode estar relacionado com a sua finalidade de estímulo ao ensino e à pesquisa.

Retomando ao artigo 1º da resolução 064/2016 (Anexo II), que trata da formação do acervo do IDCH, o texto também informa que "diversos tipos de materiais serão contemplados", mas serão priorizados "aqueles produzidos no âmbito do Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC, podendo também, receber doações ou tomar por empréstimo acervos públicos e privados". A resolução então define, em parágrafo único, a finalidade e interesse da instituição em manter sob custódia esse tipo de material, tido como de interesse público, e o critério prioritário para acolhimento dos mesmos:

> Parágrafo único – Com a finalidade de estimular a produção, estruturação e socialização do conhecimento gerado na área de ciências humanas, sociais e aplicadas, deve ser dada prioridade para documentos relacionados:
>
> - Às pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED;
> - À história e memória do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED;
> - À história, educação, cultura e geografia de Santa Catarina.

Aqui, uma segunda questão relacionada à política de doação e recebimento de acervos no IDCH se coloca: por que os acervos públicos e privados, sobretudo os privados, ganharam prioridade na política de recebimento de conjuntos documentais e não aqueles produzidos no âmbito da FAED, como sugere a resolução? Essa questão é importante para se pensar sobre o fenômeno da "distinção" e das trocas simbólicas que um bem cultural pode suscitar, e que no caso dos acervos depositados no IDCH, tanto pode estar relacionado com a questão do acolhimento, por parte da instituição, de fundos documentais vinculados à trajetória intelectual de certos doadores, fato que vem conferindo prestígio e legitimidade ao instituto; quanto à expectativa dos próprios doadores de consagrarem e patrimonializarem os seus legados documentais, garantindo-lhes um "lugar" em uma instância de produção de memória, vinculada a uma instituição de educação e cultura, abrigado nas dependências de um edifício situado em área tombada como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da cidade.

Se ampliada, essa discussão ainda pode levantar questões sobre a forma como a memória dos doadores é tratada no Instituto, a depender da natureza dos acervos analisados; ou mesmo, como é feita a construção dos seus legados, a partir da organização dos documentos. Essa ponderação se volta, especialmente, para a configuração dos arquivos e coleções depois de abrigados e submetidos ao tratamento técnico (identificação, avaliação,

descrição, higienização, digitalização e acondicionamento) antes de serem disponibilizados e disseminados pela instituição. Este fenômeno para o qual estou tentando chamar a atenção pode ser observado na própria página do Instituto, onde são disponibilizados os links de matérias jornalísticas, televisionadas e impressas, dedicadas a tornar conhecidos os acervos históricos que o IDCH preserva. Nas reportagens é possível perceber o destaque dedicado a determinados conjuntos documentais, seja pela sensibilidade do tema que eles abarcam, ou pela relevância pública dos seus doadores.

Foi nessa lógica de distinção, nos termos de Pierre Bourdieu (2007, p.131), que o *Espaço Eglê Malheiros e Salim Miguel* foi inaugurado e comemorado no Instituto, em novembro de 2013. O evento foi filmado e contou com a presença dos doadores que, na ocasião, foram homenageados com uma placa distintiva, disposta em lugar de destaque na casa (a sala principal) onde o acervo de livros, revistas e coleções de objetos e honrarias do casal de intelectuais se encontra exposto desde então. Em seu campo de reflexão, Bourdieu chama a atenção para o benefício da distinção que a apropriação de certos bens, investidos de capital cultural e simbólico, pode assegurar ao seu possuidor, conferindo-lhe legitimidade, relevância e diferenciação no seu campo de atuação. Essa lógica da distinção também supõe a disposição dos pesquisadores envolvidos no acolhimento dos materiais, de promover a notabilidade destes apoiando-se na figura dos seus acumuladores, o que resulta numa estratégia de valorização desses objetos "vulgares", assim como, das formas de acessá-los e usufruí-los.

Figura 20 - Inauguração do espaço Eglê Malheiros e Salim Miguel. A solenidade contou com a presença do então Secretário de Estado e de Cultura, Valdir Walendowsky; do reitor da UDESC, à época, Antônio Heronaldo de Souza; e da então diretora do Centro de Ciências Humanas (FAED), Profa. Marlene DeFáveri. Fonte: Acervo do IDCH (2013)

Figure 21 - A casa, os intelectuais e o IDCH. Os quadros retratando Eglê Malheiros e Salim Miguel, ocupam lugar de destaque na sala principal do Instituto. Fonte: Acervo do IDCH (2013)

Todos esses temas elencados dão pistas do funcionamento de uma instância de produção e promoção de memórias possibilitando uma reflexão crítica acerca do esforço técnico que busca manter uma "linha de acervo" ou um perfil para esse acervo, sobre a qual também pesam interferências externas, de ordem pessoal e política, que desejam conformar a instituição a partir de interesses diversos, e por vezes divergentes, determinando assim a sua própria historicidade. O interesse do presente capítulo, portanto, é desnaturalizar o processo de formação e funcionamento de um centro de documentação ou mesmo um arquivo, colocando em evidência os desafios de se operar com as circunstâncias e interesses que definem a sua existência.

Ressalta-se que o conselho do IDCH é responsável por decidir pelo recebimento ou não de qualquer material candidato a integrar o seu acervo, usando como critérios o interesse público do mesmo, a viabilidade espacial do instituto, assim como os recursos humanos e tecnológicos e o atendimento à legislação arquivística em nível estadual e federal, conforme artigo 3º, da Resolução 64/2016 – CONSUNI (Anexo II). Destaca-se ainda que o funcionamento do IDCH no período, 2012 a 2018, contou com a atuação de 03 funcionários da UDESC, sendo 02 técnicos (uma bibliotecária e uma auxiliar administrativa) e 01 coordenadores/pesquisadores ligado ao corpo docente da FAED. Os demais atuantes nos trabalhos de acolhimento, organização, inventariação, higienização, salvaguarda e digitalização são na maioria bolsistas de apoio discente, PIBIC/CNPq, ou de projetos de

extensão. Estagiários cumprindo práticas curriculares obrigatórias também realizam atividades de organização do acervo do instituto. Em média, segundo relatório anual do IDCH, a instituição conta com cerca de 10 colaboradores auxiliando de forma contínua (IDCH, 2018).

Quanto à estrutura física e espacial do edifício que abriga todos esses documentos, pode se dizer que a inadequação das instalações destinadas ao acondicionamento e conservação do material sob a sua custódia se apresenta como uma dificuldade para o IDCH. Este tema não é ponto de reflexão na dissertação, mas é abordado para chamar a atenção para a fragilidade desta casa, hoje com mais de 130 anos de existência e que, embora sujeita a manutenções esporádicas, nunca sofreu nenhum tratamento estrutural para que pudesse comportar, de forma adequada, um espaço adaptado à finalidade de conservação e salvaguarda documental.

Registra-se, no entanto, que como se apresenta no presente, o espaço não possui condições técnicas para armazenar todos os documentos originais que lhe foram destinados, respeitando a diversidade dos seus suportes.

3.1 ACERVOS PESSOAIS, UM OBJETO DE ANÁLISE

Conforme descrito, o IDCH, enquanto um centro de documentação e pesquisa, concentra sob a sua custódia conjuntos documentais de natureza pública e privada. A opção no capítulo, no entanto, foi concentrar a análise sobre o tema da custódia de documentos de natureza privada e pessoal, gerados por intelectuais catarinenses. Estes conjuntos são considerados relevantes na dissertação pelas singularidades que cercam as suas práticas acumuladoras, assim como, pela oportunidade de se promover uma visada na historicidade que marca a construção desse tipo de espólio documental, além de contemplar as dimensões arquivística e patrimonial que a sua preservação contempla, quando inscritos no universo institucional. Dessa forma, busca-se relacionar produção e acumulação na esfera privada, com práticas e usos sociais do arquivo no ambiente público.

É importante salientar que o texto não se dispõe a explorar a história de vida dos titulares dos acervos, tampouco intenciona deter-se no conteúdo dos seus materiais. O que se pretende aqui, é dar visibilidade aos processos sociais de transformação desses registros em fontes históricas, a partir do seu ingresso em uma instância de produção de memória, demonstrando que, o tratamento arquivístico e patrimonial dedicado a um conjunto

documental privado pode definir a importância da construção e da propagação do legado que por meio dele se pretende transmitir.

Segundo a historiadora Letícia Nedel (2013), a condição fronteiriça dos domínios público e privado nos quais imperam os registros de natureza pessoal singulariza a configuração dos acervos pessoais, levando ao entendimento de que a produção e circulação desses conjuntos documentais operam numa relação de confluência entre diferentes pares estruturais: "a casa e a rua, o individual e o coletivo, a memória e a história, os arquivos e as coleções" (p.132). Estabelecer a historicidade de conjuntos de natureza pessoal requer, segundo a autora, analisá-los a partir das suas trajetórias em diferentes circuitos sociais, onde podem ser percebidos os interesses e os investimentos que os qualificam como portadores de memórias e os transformam, por meio do acesso, em fontes documentais para a história. A reflexão de Nedel chama a atenção para um dos pontos mais relevantes da análise de um acervo de natureza pessoal, a figura do acumulador nas suas relações – institucional, social, acadêmica, política, ideológica, etc.

No caso específico do acervo salvaguardado no IDCH[45], são considerados pessoais: os acervos do casal de intelectuais e militantes de esquerda Eglê Malheiros e Salim Miguel; os acervos dos professores catarinenses Elpídio Barbosa, Victor Márcio Konder e Walter Piazza; e o acervo da Ditadura em Santa Catarina que, embora tenha sido doado pelo coletivo catarinense *Memória, Verdade e Justiça*, teve grande parte dos seus documentos reunidos e acumulados pela ativista Derlei De Luca.

As diferentes posições políticas desses doadores, reveladas nos seus respectivos acervos, indicam que os critérios para o acolhimento de conjuntos documentais no IDCH repousam mais nos objetos de pesquisa dos profissionais que intermediaram as doações, do que propriamente em uma vinculação temática ou ideológica do próprio instituto, como acontece em centros de documentação fundados em torno da atividade do doador ou mesmo de uma entidade ou associação. O ponto em comum em todos estes acervos é o fato de estarem conectados a um contexto sociocultural bastante específico da história de Santa Catarina, e de Florianópolis em particular, que é justamente a escalada do tema da cultura e da educação no estado, a partir da década de 1960, animada pela criação de duas universidades públicas na capital catarinense.

[45] Para efeito de organização semântica, quando o texto tratar de conjuntos documentais depositados no centro de documentação, IDCH, será utilizado o termo acervo para defini-los, já que esta é a denominação utilizada no seu regimento e instrumentos de constituição. Por outro lado, quando a referência vier de autores que trabalham com conjuntos documentais provenientes de uma instituição Arquivo, será respeitada a denominação utilizada pelos autores.

Estes espólios documentais, portanto, associam-se, em substância, às trajetórias políticas e/ou profissionais dos seus acumuladores, qualificados na dissertação como intelectuais mediadores, produtores de conhecimento sobre a história de Santa Catarina e atores sociais ativos no campo acadêmico, intelectual e político do seu tempo, atuando como professores, escritores, atores políticos, e até no ramo editorial, no caso de Salim Miguel. Assim, pode se dizer que o interesse pelos acervos desses agentes decorre tanto da sua visibilidade e reconhecimento na atuação pública, quanto do investimento que o domínio historiográfico tem dedicado à trajetória dos intelectuais, com diligente atenção aos mecanismos de constituição dos seus acervos pessoais, cuja formação configura práticas seletivas de "narrativas de si" e desejo de "auto arquivamento" (ARTIÈRES, 2013).

Há que ter evidente que a singularidade desses papéis não se separa da carga simbólica e da dimensão subjetiva que eles comportam quando se tornam documentos públicos, à disposição de diferentes grupos de profissionais interessados em analisá-los, organizá-los e situá-los em contextos específicos. Luciana Heymann (2005, p. 2) destaca que a produção e circulação dos acervos privados vem sempre permeada de intenções, ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais. Investimentos que os proprietários imprimem no decurso da sua acumulação e que os doadores tendem a reforçar quando os submetem a uma triagem criteriosa, almejando torná-los uma espécie de discurso memorável e enobrecedor da pessoa e dos projetos culturais e ideológicos que ela encampou ao longo da vida.

Esse método ordenador dos acervos de pessoas foi durante longo tempo, salienta Heymann (2013, p. 69), responsável para que os acervos pessoais ocupassem um lugar periférico nas análises interessadas na construção social de um arquivo. Isso, devido à sua forte vinculação com a memória pessoal do seu produtor, sobre a qual os documentos parecem operar, unicamente, como testemunhos que atestam as suas atividades, interesses e personalidade. Para a autora, essa representação é simplista e oblitera outras realidades presentes na essência de um espólio documental privado; inclusive a própria percepção de que, ao se constituírem em meio a intencionalidades e interferências, o objeto acervo pessoal torna-se alvo de reflexões que podem desnaturalizar o imaginário e as expectativas acerca da sua produção bem como, as afirmações de verdade que repousam na sua configuração.

Uma outra questão interessante de se pensar, enquanto tratamos do ingresso do acervo no espaço público, diz respeito à influência dos procedimentos técnicos admitidos na organização desses conjuntos de documentos no interior da instituição e que, a depender da metodologia adotada, pode ressaltar certas características de um acervo, e ao mesmo tempo obscurecer outras. Nessa mesma clave, pode-se especular também, que a própria cultura

institucional pode interferir na configuração dos conjuntos documentais que abriga, imprimindo nestes materiais, o resultado de investimentos e ativações que os configuram e constroem, intencionalmente, de uma determinada maneira e não de outra. Essa reflexão é importante para reforçar a ideia de que, desnaturalizar arquivos de natureza pessoal é condição metodológica para se evitar equívocos interpretativos ao acessá-los (HEYMANN, 2012, p. 177-178).

No caso dos conjuntos documentais privados que atualmente compõem o acervo do IDCH, pensando-se, especificamente, na estratégia da sua organização a partir da classificação documental, considera-se, pelos novos parâmetros da arquivística, que a instituição, quando acolhe esses acervos pessoais, se dispõe a organizá-los a partir das atividades exercidas ao longo da vida dos titulares, ainda que, ativações e movimentos de interferências possam alterar a organização original imposta pelos titulares. Na esfera privada, a interferência se dá pelo evidente crivo classificatório ao qual os materiais são expostos antes da doação e que deixam pouca margem para construções distintas daquelas esperadas pelos doadores/familiares; já no domínio público, essa tentativa pode ser percebida no processo de criação de um percurso narrativo ou biográfico, pensado pelo arquivista, no intuito de dotar de inteligibilidade a trajetória pessoal dos titulares, à medida em que os seus objetos vão sendo inventariados, organizados, descritos e expostos. Neste movimento, retomando Heymann (2012, p. 202-203), configura-se um tipo de legado memorial centrado na figura do acumulador e nos objetos que o simbolizam como produções intelectuais, materiais de trabalho, fotografias selecionadas, homenagens, medalhas, prêmios, e toda sorte de registros que remetem à figura e atuação do sujeito, por meio dos quais o seu legado substantivo é configurado, mobilizado e (re) significado para gravitar em torno da figura do seu titular.

Assim, o interesse nesses papéis da memória tanto pode ser pensado nos domínios de uma intenção acumuladora (adotada por sujeitos compelidos a preservar as memórias das suas experiências de vida, ou ávidos por constituir a sua identidade pessoal dentro de uma lógica de consagração), quanto em sentido mais amplo, no peso das redes de reconhecimento e legitimação adotados por instituições e agentes dedicados a identificar, acolher, e comunicar esses conjuntos documentais, tornando-os papéis dotados de relevância pública. Despertar o interesse dos pesquisadores para esses materiais, por sua vez, além de atribuir valor a esses artefatos, pode enriquecer a representatividade do acervo e o seu capital simbólico, assim como, notabilizar a instância que os abriga.

Com base nessa carga representativa, Ana Maria Camargo (2009) sugere que a expressão "arquivos pessoais", admitida pela comunidade arquivística, seja repensada e renomeada para " 'arquivos de pessoas' (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) (p.28)"; isso para que se possa ter evidente que estes documentos de natureza identitária admitem tratamento diferenciado daquele proposto nos cânones da teoria arquivística, mesmo depois que ingressam nas entidades de custódia[46], especialmente quando se trata dos acervos de pessoas que desfrutam de uma visibilidade contingente, associada ao campo acadêmico e social, e para os quais os valores depositados no ato do seu acolhimento possam ser transitórios, ou mesmo, limitados ao campo de pesquisa que a instituição custodiadora pretende abranger. Apenas nesse sentido Camargo consente que:

> Por mais que se admita o arquivo [conjunto documental] como somatória de elementos articulados e indissociáveis, as iniciativas habituais de preservação gravitam em torno da obra de seu titular. Daí parecer natural que os demais documentos do arquivo o acompanhem, em seu destino final, e que os donatários e doadores privilegiem certos núcleos documentais em detrimento de outros, numa visão hierarquizada de sua importância (p.29).

Sobre o tema dos arquivos e coleções, de um modo geral, pode-se dizer que o crescente interesse pelo assunto, no tempo presente, resulta da confluência de fatores marcados pela onda da memória e do patrimônio que ocupou a França na década de 1980, e se espraiou para todo o mundo ocidental a partir de então. No contexto de uma era dos retornos (anos de 1970), a busca pelos arquivos demandou a criação de centros de documentação destinados ao recebimento, tratamento e salvaguarda de conjuntos documentais de natureza pública e privada. A partir desse movimento, as cidades de porte médio foram dotadas de serviços de arquivos, motivadas, entre outras razões, pela adoção de uma escrita historiográfica qualificada e alinhada com a ideia de ampliação dos objetos de estudo e fontes documentais e de pesquisa; pelas demandas de memória que a história próxima e os estudos genealógicos requeriam; e ainda pela crescente obsessão pelo ato de guardar que resultou numa larga produção de documentos de arquivo (HARTOG, 2015, p.151).

Na França, a primeira lei geral sobre arquivos, após a Revolução Francesa, foi publicada em 1979[47]. O código francês, mediante as preocupações daquele presente, definia

[46] Em sua reflexão, Ana Maria Camargo (2009) está a tratar de documentos sobre pessoas presentes nos arquivos institucionais que postulam sobre a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que eles mantêm entre si e com o fundo de um modo geral. Conforme já foi explicitado, no caso dos centros de documentação, essa metodologia se mostra bem mais flexível, ficando a cargo do arquivista impor um sentido de organização que atenda às demandas de pesquisa da instituição.

[47] Já no inicio do processo revolucionário cria-se diretrizes para a guarda de documentos de arquivo, ainda no século XVIII, criando-se pelo menos uma normativa em relação a isso, reafirmando que normativas existem na França desde o período revolucionário (ver se isso está na tese da Janice).

que a essência dos conjuntos documentais de interesse público relacionava-os "com a memória da nação" e os considerava "parte do seu patrimônio histórico". Para François Hartog (2015), os termos chave da resolução francesa acerca da proteção dos arquivos eram: memória, patrimônio, história e nação; noções fortemente mobilizadas nos debates públicos que estimulavam a valorização dos arquivos, museus e bibliotecas naquele início de 1980. Este acontecimento, segundo o autor, era indicativo, categórico, de que aquela sociedade ingressava na onda preservacionista dos "anos-patrimônio" (2015, p. 152).

Em estudo dedicado a compreender os processos de definição do campo arquivístico em Santa Catarina, a historiadora Janice Gonçalves (2006), constatou que, desde 1984, profissionais catarinenses de diferentes perfis e procedências vinham debatendo o tema da proteção dos arquivos e investindo esforço intelectual na consolidação de um movimento disposto a estimular a criação de mecanismos legais que garantissem a proteção dos documentos públicos de valor histórico, no âmbito do estado e dos seus municípios.

Na esteira dessa dinâmica, os interessados adotaram por regra organizar uma agenda que incluía a realização de encontros bienais, com o intuito de promover debates que projetassem os esforços empreendidos em Santa Catarina, visando revigorar as suas instituições arquivísticas e promover trocas de experiências que contemplassem a capacitação dos agentes envolvidos nessas práticas. Em 1985, portanto um ano após a realização do primeiro Encontro Estadual de Arquivos, foi lançada a Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (ÁGORA), periódico semestral, ainda em atividade, dedicado a comunicar e divulgar as produções e pesquisas realizadas na área do conhecimento arquivístico no Estado.

Apoiados pela atividade engajada dos intelectuais Jali Meirinho, Iaponan Soares e Walter Piazza – Coordenador de Documentação e Publicações do Estado, à época, e militante na defesa da preservação da memória, identidade e patrimônio cultural catarinense –, os profissionais envolvidos na atividade de tratamento técnico e salvaguarda de acervos documentais em Santa Catarina, defendiam a criação de novas instâncias de custódia e o fortalecimento propositivo de uma política de preservação documental que abarcasse a valorização das instituições, dos agentes e dos documentos abrangidos (GONÇALVES, 2006, p. 129 e 130).

Todos esses esforços e estímulos, sustentados nos encontros estaduais de arquivos, culminaram na promulgação do Decreto estadual nº 1.444, de 23 de março de 1988, e contou fortemente, assim como se deu com a preservação dos acervos edificados em Santa Catarina,

com a atuação desses intelectuais ligados ao IHGSC, cujo emprenho afirmou a preocupação dos intelectuais catarinenses com os documentos de arquivo, em especial, documentos públicos. Essa iniciativa selou a disposição governamental de constituir uma política estadual de arquivos, com efeitos que pudessem se expandir à institucionalização da proteção dos espólios documentais, também no âmbito dos municípios. Tais dispositivos confirmaram uma certa vanguarda catarinense, no tocante à criação de leis visando a proteção de bens culturais no Estado. Lembrando que a Lei Estadual 5.056, de 22 de agosto de 1974, sancionada para dispor sobre a proteção dos bens culturais no Estado de Santa Catarina, de certa forma pioneira, incluía "documentos" no rol de bens de valor histórico ou artístico, cuja conservação fosse de interesse público. Nesse sentido é importante considerar, segundo a perspectiva de Gonçalves (2006) que:

> Antes mesmo que a nova Constituição fosse promulgada, um decreto de março de 1988 dispôs sobre a "política estadual de arquivos públicos e privados" em Santa Catarina. As muitas semelhanças entre o decreto estadual de 1988 e a lei federal que, em 1991, disporia sobre a política nacional de arquivos, permitem inferir ter o projeto daquela lei circulado em Santa Catarina e servido como modelo para as discussões acerca de uma legislação arquivística estadual (p.158).

Conforme observado por Gonçalves (2006), a perspectiva patrimonial dos documentos de arquivo e o seu reconhecido valor para a "história, memória e identidade catarinense" teve o ápice do seu protagonismo discursivo nos debates ocorridos entre os anos de 1984 e 1994. Ao manifestarem pretenso desejo de "defender" e "proteger" documentos públicos de interesse histórico, os conferencistas e participantes dos eventos que os congregavam invocavam em seus discursos termos caros aos especialistas do patrimônio naquele final de século XX – preservação, memória, história, identidade e cidadania. Para Gonçalves, ao menos discursivamente, aqueles profissionais catarinenses estavam alinhados e dispostos a repensar e resguardar os seus campos de atuação. A historiadora reconhece ainda que os intelectuais do IHGSC tiveram atuação destacada nestas questões da preservação do patrimônio arquivístico em Santa Catarina, reflexo das ações por eles promovidas no exercício dos cargos que ocupavam na estrutura do Estado.

Na esteira desse encadeamento propositivo que agregava, mas não sem tensões, perspectivas regionais, nacionais e globais relacionadas às formas de compreender, valorizar, proteger e utilizar os arquivos (instituições e acervos documentais), finalmente, procedeu-se com a regulamentação e incorporação à Constituição Federal de 1988, a lei nacional de arquivos nº 8.159, promulgada em janeiro de 1991. Nos termos da sua instituição, também foi criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) com o intuito de contribuir para a

regulamentação de normas e diretrizes acerca do tratamento e proteção dos espólios documentais de interesse público. A partir desse marco, as áreas dedicadas aos arquivos apresentaram um significativo crescimento que, entre outras iniciativas, resultou na criação de novos cursos de graduação, dedicados ao tratamento teórico, técnico e metodológico da prática arquivística.

O aumento da produção intelectual na área da arquivística evidenciou novos métodos, tecnologias e conceitos de gestão de documentos que conferiram o fortalecimento e a consolidação deste campo disciplinar no Brasil. Nessa onda preservacionista em que a noção de documento e o seu estatuto de "verdade" também ganharam novos contornos, o tema do arquivo se tornou objeto de interesse intelectual de diversos campos disciplinares, sobretudo a história, a sociologia, a antropologia e a crítica literária. Em pleno movimento de renovação teórica e metodológica dessas disciplinas, o tema da ampliação das fontes parecia ser o caminho de investimento dos então chamados estudos culturais (SALOMON, 2011).

O historiador Marlon Salomon (2011) acrescenta, no entanto, que não foi apenas a ampliação das fontes que possibilitou essa dilatação nas novas abordagens históricas e sim, a mudança na forma definir e perceber a relação entre arquivo e documento. Para o autor, documento tanto é matéria bruta do arquivo (organismo e organização), quanto artefato portador de arquivo em si como uma casa, por exemplo, cujos elementos peculiares são passíveis de serem trabalhados no seu interior porque arquivam alguma coisa e agregam memórias acumuladas, ávidas por evidenciar a sua historicidade quando provocadas ou submetidas à crítica histórica" (SALOMON, 2011, p. 32 - 34).

Quanto aos arquivos pessoais ou de pessoas, afirma-se que no campo da história, a trajetória desses vestígios e a sua utilização como fonte documental configura-se na confluência dos processos de valorização das trajetórias de vidas e o interesse pela criação de centros de documentação, públicos e privados, destinados ao tratamento, à guarda e à conservação desse gênero documental, em geral, acumulados no âmbito da vida privada.

Essa perspectiva na qual o arquivo é percebido como agente agregador de memórias sociais e produtor de conhecimento histórico, interessa para a análise da atividade educativa e cultural do IDCH. Os documentos pessoais e de trabalho que os intelectuais catarinenses reuniram, no bojo das instituições onde atuaram ou no íntimo das suas vidas privadas, tanto podem ser apreendidos pelo seu conteúdo histórico, enquanto objetos que documentam a inserção desses personagens no universo intelectual da cidade, quanto pelo seu estatuto de objeto de observação da história, na medida em que arquivam e acumulam a representação

das potenciais noções de indivíduo, documento, verdade, tempo, memória, história (NEDEL, 2013, p.135).

Na condição de construtores de memórias sobre a cidade, seja como atores sociais reconhecidos nos seus campos de atuação ou porque dela trataram em parte dos seus trabalhos e produções intelectuais, esses personagens são percebidos como artífices de uma tessitura narrativa que é resultado da sua relação/experiência com a urbe. Entende-se, portanto, que a proveniente desses vínculos é projetada na e pela casa, afirmando a sua força cultural no cenário urbano, especialmente, por sua recente missão de abrigar um instituto que tem por finalidade conservar, comunicar, educar e promover a pesquisa desses testemunhos materiais em favor da memória e da cultura catarinense.

Arriscando uma ampliação de perspectiva, pode-se aventar que a relevância da participação desses personagens no campo da cultura e da educação, em Santa Catarina, os vincula a um contexto cultural profícuo e intelectualmente inovador, que permite que este estudo promova uma articulação simbólica entre os seus acervos e o edifício que os custodia. Ressalta-se neste cruzamento, o potencial analítico dos arquivos pessoais de intelectuais para o entendimento do ideário cultural da cidade, no qual a casa se insere agregando sentidos, seja na condição de testemunho de um período de franco investimento nas áreas de cultura e educação no estado; seja pela demonstração da sua força alegórica, ao chancelar, na condição de bem cultural reconhecido, a relevância dos documentos que abriga.

Entende-se nessa conexão que essa casa também é documento e por tal estatuto, exerce função singular e didática necessitando por isso ser conservada, preservada e comunicada. No seu êxito cotidiano, esta, que um dia "deteve o controle do seu próprio regime de interioridade e exterioridade", hoje é lugar de circulação de pessoas e ideias; espaço praticado, encarregado de tornar público o que um dia pertenceu ao domínio do privado (LISSOVSKY, 1997, p. 19).

Pode-se assim dizer, que tanto o edifício, quanto os documentos que ele abriga são elementos culturais dotados de uma identidade circunstancial, à medida em que admitem novas interpretações, apropriações e sensibilidades, especialmente, quando submetidos a acréscimos materiais ou simbólicos na tentativa de atribuir-lhes uma representação mais próxima possível de uma trajetória biográfica "exemplar", digna de ser reconhecida e contada. No caso do edifício patrimonializado essa trajetória foi observada tanto nas narrativas da cidade, onde a casa se inscreve como um símbolo de prosperidade de uma sociedade que progride, quanto nas narrativas patrimoniais encarregadas de dotar esse bem cultural de

sentido histórico, relacionando-o com processo de urbanização da capital catarinense e a história da arquitetura adotada na capital catarinense.

Quanto aos acervos pessoais que a casa abriga, no presente, essa "intenção nobilitante" está presente na figura dos doadores, nas circunstâncias a partir das quais eles constituem os seus acervos, assim como, na forma como a própria instituição apresenta e valoriza esses produtores, classifica e descreve os seus acervos, e as organiza em forma de fragmentos autobiográficos que, via de regra, remetem a momentos ou situações que demarcam uma atuação pública consagrada. Enfrentar analiticamente esse processo, no caso do IDCH, pressupõe perceber as redes de interesse que permeiam os documentos depositados na instituição, as motivações intelectuais dos agentes responsáveis pelo seu acolhimento, e o jogo de legitimação que define a relevância desses documentos para as atividades de pesquisa que garantem a existência do IDCH.

3.2 MEDIAÇÃO CULTURAL, MEMÓRIA E TERRITÓRIO

Ao propor o tratamento de tema alusivo ao patrimônio, relacionando-o com o contexto urbano onde ele se afirma, achei oportuno refletir, nos termos de Ulpiano Meneses (2006), sobre uma possível articulação entre prática social e espacialidade, entendendo que os significados que essa conexão produz se definem e geram valor a partir das relações estabelecidas com os elementos do ambiente onde ela acontece. Assim, para além da identidade institucional que a casa comporta no presente, a sua presença física na paisagem urbana expande os seus domínios para o ambiente da rua.

Fragmento da sociedade, este patrimônio, juntamente com os outros edifícios que compõem o Conjunto Arquitetônico do Mato Grosso e mais os espaços preservados no seu entorno, incluindo a praça, representam, nos temos da sua distinção e fruição, uma espécie de paradoxo: se por um lado este acervo oferece ao bairro uma imagem "privilegiada" e pitoresca, na medida em que representa um conjunto consolidado de experiências e atributos de uma passado manifesto no presente da cidade, por outro, ele enfrenta "as dificuldades e contradições com as quais se confrontam a valorização do patrimônio arquitetônico em geral, e em especial, a sua reutilização ou, em outras palavras, a sua integração na vida contemporânea (CHOAY, 2006, p. 222). No caso dos imóveis preservados que compõem o acervo do Mato Grosso, sabe-se que grande parte deles tem sido utilizados para fins comercias e muitos, tiveram a sua composição interna completamente reconfigurada. Alguns

estão fechados, outros, como a própria residência que abriga o IDCH, enfrentam evidente situação de má conservação.

Apesar dessa constatação, é possível afirmar que o edifício do IDCH e a função que ele exerce no presente da cidade, responde aos diferentes enfoques conceituais que sugerem ser positiva a sua versatilidade patrimonial. Em sua trajetória de preservação, esse edifício tanto se apresenta como objeto da memória acumulada, quanto sujeito articulador de novas experiências e significados, a depender do contexto em que ele se manifesta. Isso porque o imóvel tem sido constantemente (re) significado, reunindo em cada presente, atributos suficientes que respondem às razões da sua preservação. Assim, hoje é possível afirmar que a inscrição dessa casa e do instituto que ela abriga no presente de Florianópolis, depende menos de um passado legitimador, do que da dinâmica da sua atuação que corresponde: à de uma agente agregadora e disseminadora de múltiplos processos sociais de produção de memória.

Ao recomendar a necessidade de se criar mecanismos legais que garantam a gestão de um bem cultural, com vistas a proteger "toda a riqueza de sua autenticidade, significado, valor, integridade e diversidade", cartas patrimoniais, como a Declaração de Xi'An (ICOMOS/BRASIL, 2005), reforçam, constantemente, a necessidade de se preservar o "significado cultural" de um patrimônio. No entanto, ao insistir no termo "significado" e discorrer sobre uma iminente ameaça da sua perda, a Declaração de Xi'An não explica, à luz do dinamismo das relações humanas e da complexidade dos processos históricos, o que se pode compreender por patrimônio cultural dotado de significado, nem para quê, ainda menos para quem.

Essa dificuldade interpretativa, para Jorge Kulemeyer (2018), deriva das diversas apropriações e usos conceituais do termo patrimônio cultural, marcadas, ao longo do século XX, por muitos vaivéns históricos e mais recentemente, pela busca constante da ampliação do seu alcance e conteúdo, fenômeno que gera perda da atualidade dos conceitos e acaba por criar paradoxos e contradições difíceis de serem contornados. A declaração de Xi'An aposta, por exemplo, que feitas as avaliações e controles, quantitativos e qualitativos, de qualquer projeto que possa incidir sobre o "significado das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio, assim como sobre seu entorno", estará garantindo uma "interpretação positiva do seu significado e do seu caráter peculiar". (ICOMOS/BRASIL, 2006).

No entanto, essa ideia de positivar o significado cultural de um patrimônio, segundo Andreas Huyssen (2014), além de moldar o imaginário social acerca do passado, tende a transformar essa relação em nostalgia. Mas como sentir nostalgia por um passado que não se conhece e com o qual não se identifica? No caso específico das ruínas da modernidade,

destaca Huyssen, é a nostalgia que reside na promessa de um "futuro alternativo", implícita na materialidade de um patrimônio, que fomenta o desejo das sociedades contemporâneas de preservá-lo na sua integridade. Para o autor, não há nenhum contrassenso nisso, desde que as afetividades geradas por esses fragmentos da memória não obliterem a sua capacidade de gerar reflexão crítica.

Articulando uma outra abordagem de Andreas Huyssen (2000), para o autor, a crença conservadora "a qualquer custo" incorre numa perspectiva binária e simplista que enxerga na "musealização" do patrimônio o único caminho para enfrentar "o drama moral da memória", ameaçada, no entendimento de alguns, por um presente caótico e desgovernado. Segundo esse ponto de vista, a preservação de um bem cultural se daria como mecanismo compensatório da "perda de estabilidade" dos sujeitos, ameaçados em sua identidade, pela atrofia do presente.

Uma das lamentações permanentes da modernidade, destaca Huyssen, "refere-se à perda de um passado melhor, da memória de viver em um lugar seguramente circunscrito, com um senso de fronteiras estáveis". A questão para o autor, porém, é um tanto diferente; na sua teoria, a ilusão de uma "idade de ouro" nada mais é do que uma quimera, nomeada pelo autor de "cultura da memória", alimentada pela própria modernidade frente ao fantasma da perda e das atrocidades – genocídios, destruição em massa, ditaduras, crises migratórias – que marcaram o longo século XX, estendendo-se pelo século XXI.

Discussões como essa, proposta por Andreas Huyssen, não envolve desestimular a conservação dos monumentos e tradições, destaca Hugues De Varine (2018), mas sugerem que se olhe para as práticas de preservação com os olhos da história. Assim, o lugar de distinção dos vestígios da memória deixa de ser o passado, para se inscrever no presente. É no presente que os sentidos patrimoniais são atualizados por aqueles que com eles se relacionam. Outras interpretações, arremata De Varine (2018, p. 21), são meramente anacronismos.

Em sua análise, este autor concebe que a relevância de um patrimônio reside bem mais na função mediadora que ele exerce no presente, do que na "autenticidade" ou "singularidade" que lhe é garantida por um sentimento que milita em favor da sua preservação a qualquer custo, como forma de amparo a uma identidade imaginada. O entendimento sobre o patrimônio cultural sugere que é a dinamização da relação com o seu público que o faz viver. Fazendo uma analogia com os adeptos de uma religião, De Varine chama a atenção para a relação que os fiéis estabelecem com os seus templos, classificando-os como os seus melhores conservadores "pois o utilizam, cuidam dele e o decoram em função de seus rituais. Se mudarem, eles adaptarão o templo às novas exigências":

> Através dos séculos, o patrimônio foi produzido, conservado ou substituído por seu valor de uso, seja profissional, social, afetivo, religioso, decorativo. Nisso, ele sempre foi dinâmico, ao menos até agora, ou principalmente até o movimento de esterilização do patrimônio que se desenvolveu a partir do século XIX e, sobretudo, a partir dos anos 50 do século passado (Ibidem, p.21).

Compreendendo que toda prática social é dinâmica e que o patrimônio cultural se insere nessa realidade, transcendendo a ideia de um monumento fixo que precisa ser reverenciado, a ação patrimonial se coloca como uma iniciativa mediadora da produção de conhecimento pela adoção de novas práticas, alinhadas com as realidades de cada presente e que envolvam operacionalizar o bem cultural, no sentido de promover a sua continuidade.

A presença dos acervos dos intelectuais no IDCH reforça os laços de distinção que aparecem nos tempos discutidos nos capítulos um e dois deste trabalho, tendo em vista que, desde a sua constituição, a casa sempre esteve relacionada às elites econômicas e políticas de Florianópolis, perfil que, em alguma medida, abarca esses intelectuais mediadores que ao longo das suas trajetórias públicas se mantiveram engajados na vida política da cidade, alicerçados, inclusive, por algum tipo de ligação com o aparelho estatal.

Assim, mais do que elementos representativos das trajetórias pessoais daqueles que os produziram ou acumularam, os documentos dos intelectuais, salvaguardados no IDCH, estão imbricados a um contexto social; uma rede de relações que permite que a discussão proposta na dissertação promova uma articulação simbólica entre a casa, o território no seu entorno e os acervos depositados nesse lugar de memória.

Os mediadores culturais que formaram a maioria dos acervos salvaguardados no IDCH também podem ser percebidos como construtores de memórias. Isso porque, além de estarem socialmente ligados à região que circunda o instituto, são parte da história do bairro e atores fundamentais para a construção de um imaginário acerca de Florianópolis porque trataram dela em seus trabalhos e produções intelectuais. São, portanto, artífices de uma construção narrativa que é resultado de sua relação/experiência com a cidade.

Por sua vez, se manter a custódia de conjuntos documentais e bibliográficos gerados por intelectuais catarinenses que atuaram na área da educação e cultura no estado, confere algum tipo de notoriedade às atividades do IDCH e afirma uma suposta natureza distintiva, presentes nesses acervos; por outro lado, abrigar documentos que remetem a outros tipos de sujeitos, não contemplados nesse universo privilegiado das elites, como aqueles contemplados nos documentos da penitenciária de Florianópolis, ou ainda os que figuram no arquivo que trata da experiência da ditadura civil militar em Santa Catarina, faz com que o próprio IDCH revele o paradoxo que sustenta o pressuposto da distinção, tornando evidente que, abrigar

documentos que contemplem memórias relacionadas à dor social, é sim uma quebra de padrão e uma forma de colocar o holofote em uma realidade diferente da que vinha sendo trabalhada até então.

Cabe destacar ainda que, embora a área que compreende o antigo bairro Mato Grosso tenha se constituído como um território de elite, em função de um processo de ocupação que abarcou famílias abastadas da cidade, o bairro também abrigava grupos sociais distintos, principalmente no âmbito das instituições destinadas a exercer o controle de social desses sujeitos que de alguma forma estivessem ocupando aquele território, seja arregimentado pelo corpo da Força Policial; seja matriculados no Liceu de Artes e Ofício sendo preparados para atuar nas fábricas; ou mesmo abrigados no orfanato da Irmandade do Divino. Todas essas experiências tornam visíveis uma outra realidade e um outro tipo de ocupação do bairro, que também merece ser destacado e ter as suas representações lembradas em alguma medida.

Essa é, portanto, uma oportunidade para este trabalho desmistificar o IDCH como um lugar de reforço de determinadas demandas de legitimidade e distinção. E demonstrar que as tensões que separam conjuntos documentais portadores de memórias tão divergentes, é um ponto a se destacar, especialmente em relação a um instituto que se propõe a ser um espaço de estudo, reflexão e crítica. Abre-se, nesse sentido, uma outra possibilidade de se pensar a história do bairro, da casa e do instituto, e que consiste em a dar visibilidade a realidades divergentes, mostrando que o espaço de uma cidade comporta memórias heterogêneos produzidas por sujeitos e instituições que carregam outras referências, realidades e expectativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso reconhecer que a história narrada nesta produção decorre de pequenas realidades entre muitas que compõem socialmente a trajetória de uma casa. Em sua unidade e valores particulares, sabe-se que há uma infinidade de práticas inscritas que nos impedem de considerá-la simplesmente um objeto sobre o qual se pode afirmar alguma coisa, sem recorrer aos caminhos solidários que entrelaçam a memória e a imaginação. Sendo assim, a intenção deste trabalho nunca foi limitar esta casa à descrição dos seus espaços ou reduzi-la às suas características distintivas. Pelo contrário, para além dos detalhes impressivos, buscou-se conectá-la ao dinamismo dos acontecimentos que vem perpassando a sua existência, e que deixaram inscritos na sua materialidade, os projetos, as expectativas, os valores e os sonhos de homens e mulheres ao longo do tempo.

Os papéis e as múltiplas imagens que uma casa pode assumir, ajudaram a compreender a consistência dos diferentes momentos históricos deste edifício e que a dissertação tentou demonstrar, oferecendo a percepção de que esta não é uma casa como as outras, e neste sentido, ela merece ser observada com mais atenção. Afinal, em meio à formulação de estudos que visavam definir um rol de bens remanescentes da memória histórica de Florianópolis, a casa ganhou destaque por ocupar um lugar entre os muitos campos identitários que definem a capital catarinense e que no caso do Conjunto do Mato Grosso, relaciona-se com o valor referencial do espaço e apego ao local, estratégia que vem para afirmar sentimentos de estabilidade e pertencimento.

Sem a intenção de analisar os critérios de seleção dos símbolos da identidade local, acho relevante destacar, nessas considerações finais que, ao assumir uma dada interpretação dos espaços e dos símbolos que representam a "evolução urbana" da cidade de Florianópolis a partir de um lugar social, tanto a historiografia catarinense, quanto os intelectuais que influenciaram nas seleção dos bens tombados pelo Decreto 270/86, certamente eliminaram outras memórias possíveis, suprimindo, em nome de uma pretensa identidade que se desejou destacar, referências e identificações que ainda demandam uma interpretação crítica, posto que estão implícitas nos processos de transformação social da cidade e também dizem respeito à inscrição do patrimônio da cena urbana.

Digo isso por admitir que na escolha do tema da pesquisa, não dimensionei as inúmeras possibilidades de análise e interpretação que a trajetória de um patrimônio poderia suscitar. Essa realidade me impôs dificuldades, especialmente, em relação à seleção das

fontes e construção de uma linha interpretativa e narrativa que me mantivesse focada na questão problema do trabalho, cuja proposta é compreender a relação que se estabelece entre uma casa patrimonializada e os processos de transformação de uma cidade, mantendo como parâmetro, as razões e justificativas da sua proteção e que, em essência, a identifica como um símbolo do desenvolvimento físico-espacial da capital catarinense, a partir do século XIX.

Ocorre que a casa se mostrou mais do que isso. Ao percorrer a sua trajetória social, ela se revelou tanto como símbolo das expectativas da cidade, mobilizadas por um corpo social que começava a experimentar novas apropriações culturais e estéticas, e a desfrutar das soluções que as novidades modernas introduziram na cidade; quanto um de símbolo de exclusão e formas sociais de ocupar os espaços da cidade e experimentar a modernidade. Nesse sentido, o tema da dissertação se mostrou abrangente e aberto a novas possibilidades, deixando evidente que novas discussões podem ser depreendidas deste trabalho.

Nesse tempo dilatado que corresponde à sua existência a casa não deixou de se adaptar aos acontecimentos que balizam a história da cidade, fortemente marcada por processos de reformulação de seu espaço urbano, caracterizados por projetos modernizadores e estéticos fortemente projetados nas expectativas de um novo tempo.

De qualquer forma, daquilo que se pode apreender sobre este patrimônio, a conclusão que se colocou como uma das mais relevantes foi a de que, qualquer que fosse a abordagem ou o processo histórico que se estivesse perpassado, no decorrer da pesquisa e construção narrativa, a casa sempre manteve conectada com a realidade social do seu tempo e com as reverberações desta no presente da cidade. O pressuposto desta constatação, deriva, em parte, da sua dupla historicidade, ou seja, dos usos privados e público que sofreu ao longo da sua existência, e que me permitiu explorá-la por diferentes vieses.

Na sua origem, enquanto um patrimônio privado, representou as expectativas de uma sociedade em emergência, tendo capturado, na sua materialidade, uma forte conexão com o tema do desenvolvimento urbano em Florianópolis, o que, de alguma maneira, ainda se encontra representada na configuração dos seus espaços e formas de utilizá-los em Florianópolis.

A sua transformação em uma instituição pública de ensino superior, em 1964, revelou uma intensa campanha de otimismo em relação ao futuro, com fortes promessas de desenvolvimento da cidade e ampla escalada da gestão pública no estado, fenômeno que resultou nos planos de reformulação urbana e no adensamento populacional da capital catarinense. Este processo, por sua vez, reverberou nos antecedentes que possibilitaram a instalação de uma política de preservação em Florianópolis, percebida como uma ação

singular, levada a efeito em meados de 1980, quando a casa, após ter sobrevivido às disputas por sua representação, durante a década de 1970, foi patrimonizalizada e teve reconhecidos os seus atributos arquitetônicos e históricos que a transformaram em um documento capaz de testemunhar os processos sociais e culturais do século XX.

Por fim, ao tornar-se Centro de Documentação e Pesquisa, em 2012, converteu-se em uma agente destinada a salvaguardar e transmitir as memórias da cidade contidas na produção intelectual de atores sociais que desempenharam papéis importantes na trajetória pública da capital catarinense. Assim, novamente, a casa é revelada na cena urbana onde é associada aos projetos culturais de Florianópolis, ao ser transformada em um instituto de salvaguarda e disseminação que guarda memórias da cidade.

Diante de todas essas percepções acerca do tempo vivido e da impassível habilidade dessa casa de se mante-se no presente de Florianópolis, desafiando o tempo e incidindo sobre a cidade aspectos do seu passado e o testemunho dos processos históricos e identitários nos quais esteve inserida, ficam dois questionamentos acerca dessa presença: por quanto tempo o passado materializado neste bem simbólico seguirá sendo presente? Por quanto tempo mais esse fragmento de memória será significativo para a cidade de Florianópolis?

Sabe-se que ao longo do tempo, o edifício que hoje abriga um centro de documentação sofreu modificações, assim como o território que o abarca. A casa de 1870 não é a mesma que ingressou no século XX sob os ideais renovadores da república, nem o edifício que abrigou a ESAG é o mesmo do IDCH. Mudar progressivamente faz parte da sua historicidade; o que não se espera é que as marcas compreensíveis do tempo se confundam com decadência, erosão, esquecimento, coisa morta e acabada. Assim, praticá-la é a melhor forma de garantir a sua permanência, diria Meneses (2006), entendendo-se que as práticas e os significados sociais só se definem a partir das relações empíricas que se estabelece com os elementos do ambiente. Espera-se, portanto, que a comunidade que se relaciona com este edifício, invista na sua história e assuma atitudes que o mantenham como um espaço ativo, revivido, memorializado e transmitido por meio da sua função legitimadora: a Educação.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS DE ARQUIVO GERADOS POR INSTITUIÇÕES

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Projeto de Lei 148/73 – "Ementa: Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado e dá outras providências". 1973.

Câmara Municipal de Florianópolis (CMF)

Projeto de Lei n. 1.246 – "Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município e cria o órgão competente". 1973.

Cartório

Certidão de antecedência do imóvel matriculado sob nº 39.677, obtida no 1º ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis. 2018.

Conselho Estadual de Cultura (CEC)

Atas de reuniões do Conselho Estadual de Cultura de 1968 a 1973.

Cartas patrimoniais e declarações internacionais

ICOMOS. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos,1964. Carta de Veneza (1964)

_____. Declaração de Xi'An sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural, adotada em 21 de outubro de 2005.

_____. Declaração de Quebec sobre a preservação do *Spiritu Loci,* adotada na ocasião da 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, adotada em 04 de outubro de 2008.

UNESCO. Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2002.

Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artísitico e Natural do Município (COTESPHAN)

COTESPHAN. Atas de reuniões. Florianópolis, 1984 a 1989.

Conselho Universitário da UDESC (CONSUNI)

CONSUNI. Resolução 30/2012. Cria o Órgão Suplementar Setorial "Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas - IDCH", vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, e normatiza seu funcionamento.

_____. Resolução n. 064/2016. Altera a Resolução no 30/2012-CONSUNI, de 30.08.2012, que "Cria o Órgão Suplementar Setorial "Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas - IDCH", vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, e normatiza seu funcionamento".

_____. Resolução n. 064/2016 (Anexo I). REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS – IDCH

_____. Resolução n. 064/2016 (Anexo II). Instrução normativa: define normas para formação e gestão do acerco do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas – ISH, seu acesso e utilização de espaços reservados para pesquisa e estudo.

Divisão de Documentação e Memória do Judiciário Catarinense (AMJC)

JUÍZO DE ÓRFÃOS E AUSENTES DA CIDADE DO DESTERRO. Traslado dos Autos do Inventário de D. Anna Francisca da Costa e Silva (Inventariante e testamenteiro o Major Antônio Nunes Ramos). Cidade de Desterro, (1877 – 1883).

JUÍZO DE ÓRFÃOS E AUSENTES DA CIDADE DO DESTERRO. Justificação para Tutoria. Justificantes: Benedicta da Costa e Silva e Eva da Costa e Silva. Justificado: Major Antônio Nunes Ramos. Cidade de Desterro, 07 de agosto de 1877.

Instituto de Documentação e Pesquisa em Ciências Humanas (IDCH)

IDCH. Realizações 2013-2018. Florianópolis: IDCH, 2017. 29p. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2342/realizacoes_idch_2013_2018.pdf> Acessado em 16/05/2019.

Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF)
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento e Urbanização (SMDU)

Planta baixa da residência da Rua Visconde de Ouro Preto, nº 91 (1933). Projeto de construção n.1665, aprovado em 02/04/1934. Autor do projeto: João Batista Bereta.
Serviço do Patrimônio Histórico, Artísitico e Natural do Município (SEPHAN/IPUF) / Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF);

SEPHAN/IPUF. Diretrizes para a preservação do patrimônio histórico. Florianópolis: IPUF, 1982.

_____. ADAMS etc.al (Orgs.). PROJETO RENOVAR**.** Florianópolis: Política de Preservação do Patrimônio Cultural de natureza material. Florianópolis: IPUF, 2012, 13p. Disponível em: https://bit.ly/2VVxqRu .Acessado em 10/11/2018.

_____. **Plano diretor de Florianópolis:** Patrimônio Histórico e Cultural de Natureza Material: diretrizes básicas. Florianópolis, 2007. 23 p.

_____. Conjuntos tombados: resumos históricos. IPUF, s/d.

Periódicos

A REGENERAÇÃO. Desterro, 09 de agosto de 1882.

A REGENERAÇÃO. Desterro, 10 de agosto de 1882.

A REGENERAÇÃO. Desterro, 16 de fevereiro de 1888.

A REGENERAÇÃO. Desterro, 29 de agosto de 1882.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 1862.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 05 de junho de 1849.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 12 de setembro 1826.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1849.

O COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1858.

O CONSERVADOR. Desterro, 7 de agosto de 1885.

O DESPERTADOR. Desterro, 11 de março de 1882.

O DESPERTADOR. Desterro, 26 de agosto de 1882.

REPÚBLICA. Florianópolis, 09 de janeiro de 1896.

REPÚBLICA. Florianópolis, 28 de dezembro de 1895.

SANTA CATARINA: revista de propagando do Estado e do Município. n. 1, 1939 – Edição Fac-similada/Governo do Estado. Florianópolis: Governo do Estado, 2002.

Legislação Estadual

Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980 – "Dispõe sobre a prática do patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. "

Legislação Municipal

Lei Municipal nº 1.202/74, de 02 de abril de 1974 – que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria o órgão competente (SEPHAN).

Decreto Municipal nº 046/84, de 27 de março de 1984 - Que regulamenta as atividades do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN) e da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (COTESPHAN).

Lei Ordinária nº 2.193, de 03 de janeiro de 1985 – Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 521/89, de 21 de dezembro de 1989 – que classifica por critérios diferenciados, os imóveis tombados pelo Decreto nº 270/86.

Legislação Federal

Constituição Federal de 1988.

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

Literatura sobre Florianópolis

BARBOSA, Renato. **O garoto e a cidade:** Florianópolis dos anos 20. Florianópolis: Secretaria de Comunicação Social, 1979.

NICOLICH, Adolfo. **Ruas de Florianópolis:** resenha histórica. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

VÁRZEA, Virgílio do Reis. **Santa Catarina –** A Ilha (1900**)**. Florianópolis: Lunardelli, 1984.

Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Compromisso de Brasília (1970)

Compromisso de Salvador (1971)

Relatórios de Governo

SANTA CATARINA. Relatório com que ao Exm. Dr. Augusto Fausto de Souza, passou a Província de Santa Catarina o Dr. Francisco José da Rocha. Cidade do Desterro, 20 de maio de 1888. Disponível em <https://archive.org/details/rpescatarina1888a/page/n1>
Acessado em 22/04/2019.

SANTA CATARINA. Governador. **Ação catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1972.

Sites de instituições

Arquivos Digital de Mapas Catarinenses: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>

Hemeroteca Digital Catarinense:< http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>

Hemeroteca Digital Brasileira: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

IDCH: <http://www.faed.udesc.br/idch>

Blog Casas Antigas: <http://casasantigas-sc.blogspot.com/2012/10/praca-getulio-vargas.html>

ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, LIVROS E TESES CONSULTADOS

ADAMS, Betina. **Preservação urbana:** gestão e resgate de uma história (Patrimônio de Florianópolis). Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. 211p.

_____. **O patrimônio de Florianópolis**: trajetória da gestão para sua preservação. 2001. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a respeito de certas práticas de auto arquivamento. In: HEYMANN, Luciana; ROUCHOU, Joelle; TRAVANCAS, Isabel (org.). **Arquivos Pessoais**: Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 45-54.

AZEVEDO, Cecília (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 544 p.

AZEVEDO, Paulo. Renato Soeiro e a institucionalização da cultura no Brasil. In: _____; CORRÊA, Eliane (org.). **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2013, p.19-53.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil 1800 – 1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BOURDIER, Pierre. O campo das instâncias de reprodução e consagração. In.: _____: **A economia das forças simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 116 – 153.
_____. **A distinção**: Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk 2007.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia I**. 1ª Ed. Florianópolis: Gráfica da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.
_____. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia II.** 1ª Ed. Florianópolis: Gráfica da

Universidade Federal de Santa Catarina, 1972.
_____. **Nossa Senhora do Desterro: Memoria I e II.** 1ª Ed. Florianópolis: Gráfica da Universidade Federal de Santa Catarina, 1972.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971 -1974**. Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, n. 37, janeiro-junho de 2006, p. 81-98.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Cultura, integração e desenvolvimento.** Florianópolis: Edições Cultura Catarinense, 1971.
_____. **História de Florianópolis (Ilustrada).** Florianópolis: Editora Insular, 2004.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: Sérgio Miceli, org. **Estado e cultura no Brasi**l. São Paulo: DIFEL, 1984.

CHEREM, Rosângela. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: AREND, Silvia; BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina no Século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001, p. 297-344.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: **IPHAN**. Anais da I Oficina de pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008, p. 24-47.

CRUZ, Karina Martins. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio espacial catarinense:** o caso da região metropolitana de Florianópolis (SC). 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DaMATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARNTON, Robert. Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto. In: ————. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988, p. 141-190

DAVIS, Natalie. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo &Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.
http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014 acessado em 30/08/2019.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais Do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, nº 1, v. 1, p. 131-143, 1993. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0101-47141993000100011 acessado em 24/04/2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

GOMES, Ângela de Castro; Hansen Patrícia (org.). **Intelectuais mediadores:** práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de valor:** patrimônio cultural em Santa Catarina. 1ª Ed. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.
_____. Defender o patrimônio tradicional**:** a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v.8, n.2, p. 4-25, julho-dezembro, 2012.
_____. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. 444 f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: ___; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle (org.). **Arquivos Pessoais**: Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.67-76.
_____. **O lugar do arquivo:** a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro; Contracapa/FAPERJ, 2012.
_____. **De "arquivo pessoal' a "patrimônio nacional"**: reflexões acerca da produção de " legados". Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005. Disponível em: https://bit.ly/33omuAD, acessado em 09/08/2019.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira, 1867 – 1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HUYSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente:** modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.
_____. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KUPKA, R. N. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis (1910 -1930).** 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

KULEMEYER, Jorge. Cambios en el concepto de patrimonio de la mano de las actuales modalidades de los procesos de patrimonialización. In.: CAMPOS, Yussef; _____. **O lado perverso do patrimônio cultural.** Belo Horizonte: Editora Arraes, 2018, p.17-24.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico:** de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LISSOVSKY, Maurício. Sobre o vazio entre paredes: a pretexto de Walter Benjamin e dos museus-casas. In: **Seminário sobre Museus Casas**, 1., 1996: Rio de Janeiro, RJ. Anais do Primeiro Seminário sobre Museus-Casas. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1997. p. 17-30. Disponível em:
< http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibObPub&PagFis=804> Acessado em 22/04/2019.

LOHN, Reinaldo L. **Pontes para o futuro:** relações de poder e cultura urbana. Florianópolis 1950 a 1970. 445f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MALTA, Marize. Décor e salteado: a decoração de interiores em fins do século XIX e as orientações dos manuais para o lar. In: **Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas: espaço, memória e representação**, 3., 2010: Rio de Janeiro, RJ. [Trabalhos apresentados no] III Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2014. p. 49-69.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Germano Wendhausen**. 2018. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/348-Germano_Wendhausen>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia André Wendhausen**. 2018. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/62-Andre_Wendhausen>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2019.

MENESES, Ulpiano T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21 (1998).
_____. Memória e Cultura Material**:** documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, 1998. Vol. 21 (p.89 -103).
_____. A paisagem como fato cultural. In: Eduardo Yázigi (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
_____. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.
_____. Cultura política e lugares de memória. In: Cecília Azevedo (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MENDES, Leonardo. Virgílio Várzea, escritor naturalista. **Revista Só Letras** (Seção Estudos Literários), Rio de Janeiro, n. 27, p. 233 – 253, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/issue/view/758/showToc> Acessado em 23/04/2019.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
_____. O processo de "construção institucional" na área cultural Federal (anos 70) In:__ . **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.
_____. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil**.** In: __. **Estado e cultura no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1984.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina:** Modernidade e exclusão (1889 – 1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

NEDEL, Letícia. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: HEYMANN, Luciana; ROUCHOU, Joelle; TRAVANCAS, Isabel (org.). **Arquivos Pessoais**: Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

QUINTELLA, M. Madalena. Cultura e poder ou espelho, espelho meu**:** existe alguém mais culto do que eu? In: Sérgio Miceli (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

REIS FILHO, Nestor. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 10ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

RICHTER, Fábio Andréas. **Corpo e Alma de Florianópolis:** o patrimônio cultural na ação do governo do município – 1974 – 2008. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Sul de Santa Catarina – UDESC, Faculdade de Educação – FAED, Florianópolis, 2009.

SALOMON, Marlon. A danação do arquivo: ensaio sobre a história e a arte das políticas culturais. In: _____(org.). **Saber dos Arquivo.** Goiânia, GO: Ricochete Editora, 2011.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Ecletismo na fronteira meridional do Brasil: 1870-1931. Tese (Doutorado em Arquitetura – área de Conservação e Restauro) Universidade Federal da Bahia, 2007.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 2ª Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1977. 124p.

SILVA, Fernando Fernandes. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. 2ª Edição – São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 1,6Mb; (PDF).

SILVA, Marcos A. **História, o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, Michel Goulart da. **Planejamento, Modernização e Cultura Política em Santa Catarina.** Florianópolis: Pacto Editorial, 2012. 136 p.
_____. Os ciclos de estudos da ADESG e a formação de "elites civis". 1º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense – SICT. **Revista Técnico Científica (IFSC)**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 596-603, 2012.

SILVEIRA, Alessandra. Casando em segredo: um estudo sobre os casamentos de consciência, Bispado do Rio de Janeiro, séc. XIX. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 15., 2004: Caxambu, MG. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, setembro de 2004. p. 1-17, Disponível em: < http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1332/1296 Acessado em 22/04/2019.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centro de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. (Projeto Como Fazer, n. 09).

VALENTE, Renata. **A GTZ no Brasil:** uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento. E-papers; UFRJ, Laced, 2010.

VARINE, Hugues. Por um olhar histórico sobre nosso patrimônio. In.: CAMPOS, Yussef; KULEMEYER, Jorge. **O lado perverso do patrimônio cultural.** Belo Horizonte: Editora Arraes, 2018, p. 17-24.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis:** Memória urbana. 3ª ed. Florianópolis, Fundação Franklin Cascaes, 2010.

ANEXO A – IMAGENS DA CASA NA DÉCADA DE 1930

Figura 22 - Imagem de parte do entrada da casa na década de 1930. Pela imagem é possível confirmar que a alameda de palmeiras ficava dentro do terreno na casa. Fonte: SANTA CATARINA (2002)

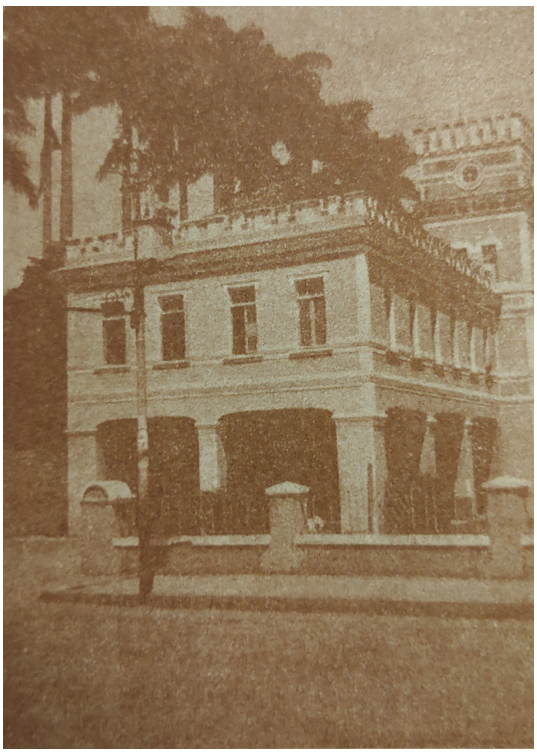

Figure 23 - Vista da alameda de palmeiras imperiais que compunha a entrada da casa. Fonte: SANTA CATARINA (2002)

Figura 24 - Imagem da casa no ano do seu tombamento (1986). Após ser patrimonializada a casa passou por reforma, autorizada pela pró-reitora de extensão da UDESC, Elizabete Anderle. Fonte: Casa da Memória

Figura 25 - Casa que pertenceu a André Wendhausen, com as palmeiras imperiais alinhadas. Ao lado, edifício que abrigou o Instituto Literário e Normal, transferido de local para dar lugar ao Quartel da Força Policial (1888). Rua Visconde de Ouro Preto (2019) Fonte: Acervo fotográfico da autora.

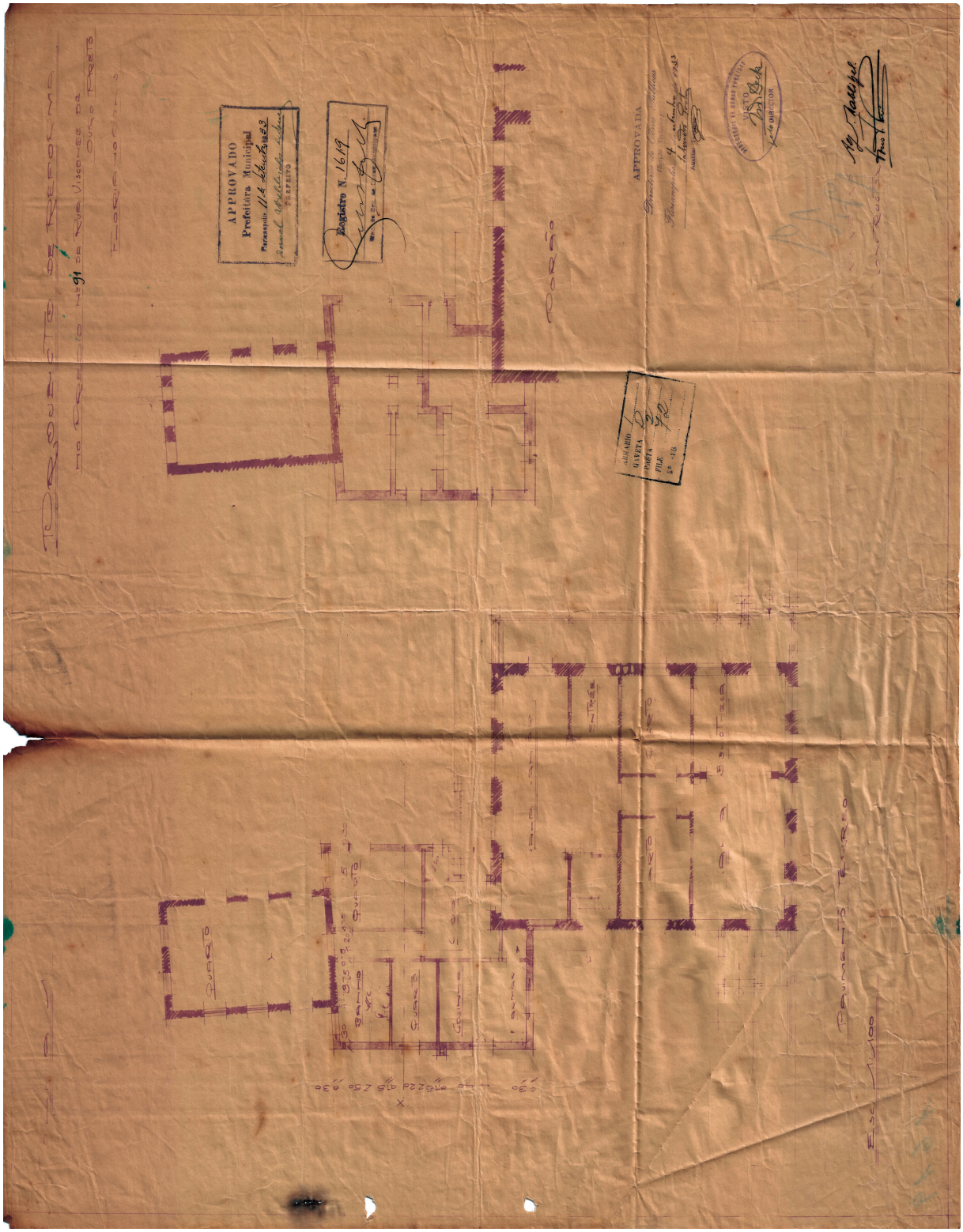

Figura 26 - Planta baixa do primeiro pavimento da casa (1933).

Figura 27 - Projeto solicitando elevação do solo para construção de mais um cômodo na casa (1933).

ANEXO B – CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO BAIRRO MATO GROSSO

Figura 28 – Casa em estilo *Cottage*. Praça Getúlio Vargas (2012). Blog Casas Antigas (http://casasantigas-sc.blogspot.com/2012/10/praca-getulio-vargas.html).

Figura 29 - Casa em estilo Bangalô. Praça Getúlio Vargas (2012). Blog Casas Antigas (http://casasantigas-sc.blogspot.com/2012/10/praca-getulio-vargas.html).

Figura 30 - Casa em estilo Eclético. Praça Getúlio Vargas (2012). Blog Casas Antigas (http://casasantigas-sc.blogspot.com/2012/10/praca-getulio-vargas.html).

Figura 31 - Casa com telhado em duas águas, no estilo colonial, adaptada segundo as Posturas do governo republicano. Praça Getúlio Vargas (2012). Blog Casas Antigas (http://casasantigas-sc.blogspot.com/2012/10/praca-getulio-vargas.html).

ANEXO C – PALÁCIO DO GOVERNO ANTES E APÓS A REFORMULAÇAO COM A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Figura 32 - Palácio do Governo Provincial (Século XIX). Fonte: Casa da Memória.

Figura 33 - Palácio do Governo do Estado na virada do século XIX para o XX, logo após a reforma empreendida pelo governador Hercílio Luz. Fonte: Casa da Memória.

ANEXO D – FLORIANÓPOLIS NA DÉCADA DE 1950, 1960 e 1970

Figura 34 - Imagem aérea da Praça XV de novembro (década de 1950). Fonte: Casa da Memória.

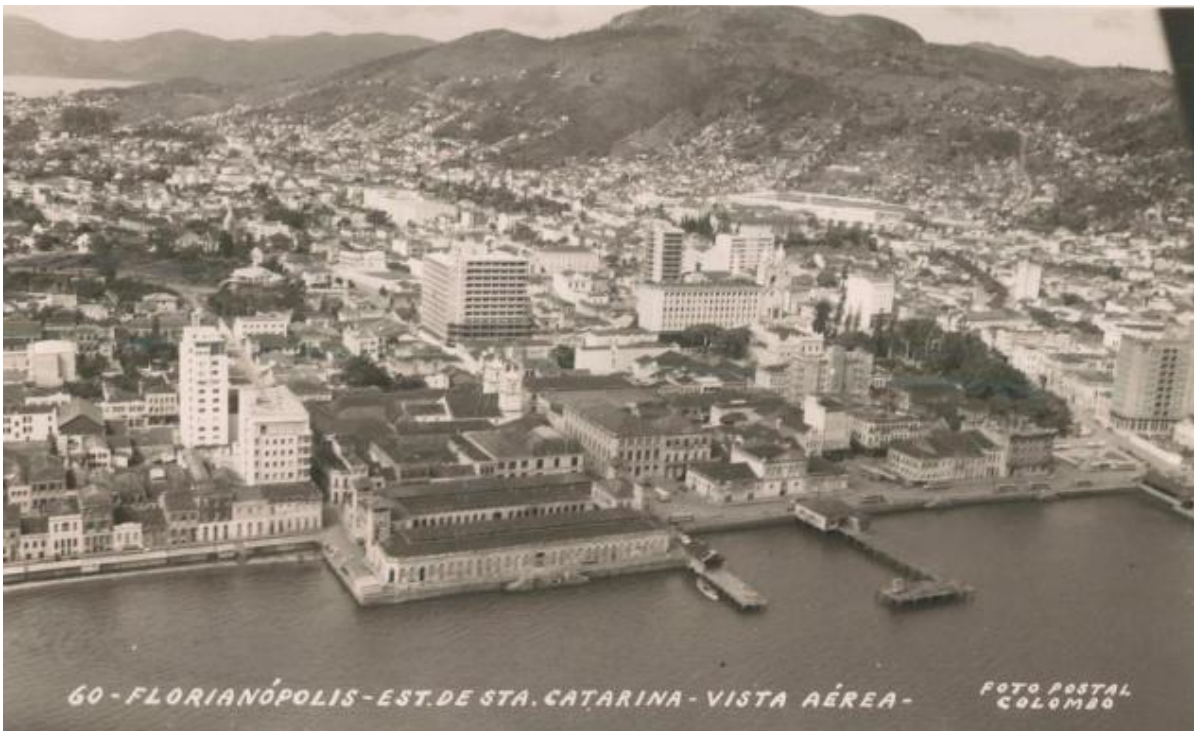

Figura 35 - Imagem aérea de Florianópolis (década de 1960). Fonte: Casa da Memória.

Figura 36 - Imagem aérea do aterro da Baía Sul e construção da Ponte Colombo Salles (1970).

Figura 37 - Aterro da Baía Sul (1970). Fonte: Casa da Memória.

ANEXO E – A PRAÇA GETÚLIO VARGAS NO TEMPO PRESENTE

Figura 38 - Imagem aérea da Praça Getúlio Vargas. Do lado direito da fotografia, é possível ver a casa e uma das duas palmeiras que restaram da antiga alameda (2012) Fonte: Blog Casas Antigas. (http://casasantigas-sc.blogspot.com/2012/10/praca-getulio-vargas.html).

Figura 39. A Praça Getúlio Vargas e o Instituto ao fundo. Fonte: Acervo fotográfico do IDCH (2016). (http://casasantigas-sc.blogspot.com/2012/10/praca-getulio-vargas.html).

APÊNDICE A – ORNAMENTOS

Figura 40. Símbolo da República Federativa do Brasil, colocada em destaque no alto do antigo Palácio do Governo de Santa Catarina, em meio a ornamentos ecléticos e neoclássicos que decoram a fachada do edifício. Praça XV de novembro, Centro de Florianópolis (2019). Fonte: Acervo da autora.

Figura 41. Sacadas e balcões sustentados por delicadas cimalhas ornamentadas. Praça XV de novembro, Centro de Florianópolis (2019). Fonte: Acervo da autora.

Figure 42 - Platibanda intercalada com painel decorado. Rua Visconde de Ouro Preto (2019). Fonte: Acervo da Autora.

Figure 43 - Frontispício indicando o estilo arquitetônico do imóvel; verga arqueada com frisos; e delicada decoração nas janelas (2019). Fonte: Acervo da autora.